

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SANDRA CRISTIANA KLEINSCHMITT**

**HOMICÍDIOS NA FRONTEIRA INTERNACIONAL ENTRE O BRASIL E O  
PARAGUAI: CONSIDERAÇÕES SOBRE FOZ DO IGUAÇU E A REGIÃO  
METROPOLITANA DA CIDADE DO LESTE**

**TOLEDO  
2012**

**SANDRA CRISTIANA KLEINSCHMITT**

**HOMICÍDIOS NA FRONTEIRA INTERNACIONAL ENTRE O BRASIL E O  
PARAGUAI: CONSIDERAÇÕES SOBRE FOZ DO IGUAÇU E A REGIÃO  
METROPOLITANA DA CIDADE DO LESTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Prof. Orientador Dr. Paulo Roberto de Azevedo  
Prof. Coorientador Dr. Eric Gustavo Cardin

**TOLEDO**

**2012**

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNIOESTE/Campus de Toledo.  
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel – CRB – 9/924

K64h Kleinschmitt, Sandra Cristiana  
Homicídios na fronteira internacional entre o Brasil e o Paraguai: considerações sobre Foz do Iguaçu e a região metropolitana da Cidade do Leste / Sandra Cristiana Kleinschmitt .-- Toledo, PR : [s. n.], 2012.  
121 f.

Orientador: Dr. Paulo Roberto Azevedo

Coorientador: Eric Gustavo Cardin

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Ciências sociais – Dissertações 2. Brasil – Fronteira – Paraguai 3. Cidade do Leste, Região Metropolitana de (PY) – Homicídios 4. Foz do Iguaçu (PR) – Homicídios 5. Crimes de homicídios – Estudo de caso 6. Criminalidade urbana 7. Crimes e criminosos 8. Violência urbana I. Azevedo, Paulo Roberto, Or. II. Cardin, Eric Gustavo, Or. III. T

CDD 20. ED. 303.6  
364.152098

**SANDRA CRISTIANA KLEINSCHMITT**

**HOMICÍDIOS NA FRONTEIRA INTERNACIONAL ENTRE O BRASIL E O  
PARAGUAI: CONSIDERAÇÕES SOBRE FOZ DO IGUAÇU E A REGIÃO  
METROPOLITANA DA CIDADE DO LESTE**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
ao Título de Mestre em Ciências Sociais, da  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Toledo, 30 de março de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Orientador Dr. Paulo Roberto Azevedo – UNIOESTE

---

Prof. Dr. Michel Misse – IUPERJ e UFRJ

---

Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese – UNIOESTE

Dedico este trabalho a minha querida família e a todos que me ajudaram na construção do mesmo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu esposo Wagner, pelo incentivo, pela força que sempre me deu com os estudos, pela compreensão, pelo companheirismo e pela dedicação a mim. Sem você, meu amor, eu não iria e nem irei tão longe.

Aos meus pais, Alfredo Guido e Maria, por me apoiarem sempre nas minhas decisões e, mesmo casada, ainda cuidam de mim como se eu fosse aquela garotinha que precisa ser ninada... confesso que eu adoro isso.

Aos meus irmãos, José Carlos e Marlene, e aos meus cunhados, Liliane e Élio, pelo apoio e pela compreensão.

Aos meus sobrinhos, Adriane, Fábio e Diego, pelos momentos felizes que tenho passado junto de vocês... vocês simplesmente renovam minhas energias.

Aos meus professores orientadores, pela maestria com que conduziram esta pesquisa. Paulo e Eric, muito obrigada por tudo.

Aos professores Michel Misse e Silvio Colognese, por terem aceitado o convite para compor a banca de avaliação deste trabalho.

A todo o corpo docente do mestrado de Ciências Sociais da Unioeste de Toledo, pelas excelentes aulas e por instigar todo o corpo discente na busca por conhecimento.

Aos colegas do curso Tiago, Jovane, Maria Cecília, Janete, Thaís, Rodrigo e Zé Roberto. As contribuições que fizeram para esta pesquisa foram de suma importância, em especial às dadas por Zé Roberto na coleta dos dados de campo. Meu muito obrigada a todos.

Mais uma vez quero agradecer ao colega Tiago Leite e ao Rodrigo Kummer, pelas discussões que fazíamos na hora do almoço, pelas festas e brincadeiras... confesso que sentirei saudades.

Agradeço as secretárias Sandra Belotto e Marilucy e a todos os que me ajudaram na construção da Dissertação e na minha jornada acadêmica.

Agradeço também ao jornal A Gazeta do Iguaçu, por ceder acesso às notícias publicadas pelo jornal sem custo algum.

A todos vocês, meu MUITO OBRIGADA!

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. **Homicídios na fronteira internacional entre o Brasil e o Paraguai**: considerações sobre Foz do Iguaçu e a Região Metropolitana da Cidade do Leste. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação foi verificar o perfil dos homicídios na fronteira entre Brasil e Paraguai, com o intuito de levantar algumas hipóteses explicativas sobre as altas taxas de homicídio em Foz do Iguaçu, Paraná. O procedimento técnico para a realização do estudo foi a pesquisa documental, com notícias da página policial do jornal “A Gazeta do Iguaçu” de Foz do Iguaçu e do jornal “Diário Vanguardia”, de Cidade do Leste, entre 5 de agosto de 2010 a 5 de agosto de 2011. Os dados coletados receberam tratamento quantitativo. Os resultados alcançados apontam que as vítimas de Foz do Iguaçu e da Região Metropolitana de Cidade do Leste (RMCDL) eram do sexo masculino e, predominantemente, jovens e adolescentes. O meio mais utilizado para a consumação do ato foi a arma de fogo e os crimes ocorreram em vias públicas, principalmente durante a noite. Levando em consideração a quantidade elevada de tiros e o *modus operandi* dos homicídios ocorridos em Foz do Iguaçu, observam-se fortes indícios de execução sumária. Para a RMCDL, os dados revelam uma situação diferente, uma vez que as motivações apresentadas davam indícios de homicídios intersubjetivos e latrocínio. Nesse contexto, dentre as hipóteses levantadas na pesquisa, como a desigualdade social, a morosidade do sistema de justiça e a corrupção do Estado, evidencia-se que as mortes por execução sumária merecem especial atenção, sem descartar o cenário geral (demais condições inerentes) dessas tragédias, como a situação de fronteira com o Paraguai e o grande fluxo financeiro.

**Palavras-chave:** Homicídio. Fronteira Internacional. Foz do Iguaçu. Região Metropolitana de Cidade do Leste.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. **Homicide on the international border between Brazil and Paraguay: Iguacu Falls considerations and the Metropolitan Region Town of East.** 2012. Dissertation (Post-graduate studies in Social Sciences) – State University of West of Paraná – Campus Toledo.

### **ABSTRACT**

The goal of this thesis was to investigate the profile of homicides on the border between Brazil and Paraguay, in order to propose some hypotheses about the high rates of homicide in Foz do Iguacu, Parana. The technical procedure for the study was to research on police's pages of the newspapers "A Gazeta do Iguacu" Foz do Iguacu and "Diary Vanguardia" Ciudad del Este. The period researched was between August 5, 2010 to 05 August 2011. The collected data were treated quantitatively. The results indicate that victims in Foz do Iguacu and in the metropolitan area of Ciudad del Este (RMCDL) were male and predominantly young people and adolescents. The most widely used weapon for to consummation of the crime are fire guns. The crimes occurred on public roads, especially at night. Considering the high amount of bullets and the "modus operandi" of the killings in Foz do Iguacu, there are strong signs of summary execution. For RMCDL, the data reveal a different situation, since the motivations presented show evidences of intersubjective homicides and robbery. In this context, among the hypotheses in the research, such as social inequality, the slowness of the justice system and corruption of the state, it is clear that deaths from summary executions merit special attention. Not discarding the specific characteristics of the place in focus (other associated conditions) such as the situation along the border with Paraguay and high cash circulation.

**Keyword:** Homicide. International border. Iguacu Falls. Metropolitan Region Town of East.

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Resumo das várias abordagens teóricas sobre as causas da criminalidade .....	29
Tabela 1 – Acréscimo de habitantes em função dos ciclos econômicos .....	60
Tabela 2 – Período da ocorrência dos homicídios em Foz do Iguaçu .....	81
Tabela 3 – Tipo de instrumento e/ou maneira utilizado no homicídio em Foz do Iguaçu .....	82
Tabela 4 – Motivo do homicídio em Foz do Iguaçu.....	83
Tabela 5 – Período da ocorrência dos homicídios em Foz do Iguaçu .....	86
Tabela 6 – Tipo de arma utilizada no homicídio para a RMCDL.....	86
Tabela 7 – Partes do corpo atingidas por arma de fogo para a RMCDL .....	87
Tabela 8 – Motivo do homicídio na RMCDL.....	88
Tabela 9 – Indicadores socioeconômicos .....	96
Tabela 10 – Áreas de favelas .....	97

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Foz do Iguaçu, Paraná .....	12
Figura 2 – <i>Clusters</i> para as taxas de homicídio nos municípios do Estado do Paraná .....	13
Figura 3 – A Tríplice Fronteira Internacional .....	48
Figura 4 – Ponte Internacional Tancredo Neves .....	51
Figura 5 – Ponte Internacional da Amizade .....	54
Figura 6 – Hidrelétrica Binacional de Itaipu.....	59
Figura 7 – Fluxo da informação sobre violência.....	76

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de mortalidade por homicídio em Foz Do Iguaçu, Curitiba, Paraná e Brasil (1979-2009).....	72
Gráfico 2 – Taxa de mortalidade por homicídio segundo sexo em Foz do Iguaçu (1979-2009).....	73
Gráfico 3 – Taxa de mortalidade por homicídio por 100 mil habitantes, segundo faixa etária e períodos (2000-2004 e 2005-2009) em Foz do Iguaçu.....	74
Gráfico 4 – Tipo de arma utilizada no homicídio (2009).....	75
Gráfico 5 – Comparação dos registros de homicídios entre o Datasus e o Jornal Gazeta do Iguaçu (2001-2010) .....	78
Gráfico 6 – Número de homicídios entre agosto de 2010 e agosto de 2011 para Foz do Iguaçu .....	79
Gráfico 7 – Número de Homicídios em relação ao sexo da vítima e à faixa etária para Foz do Iguaçu .....	79
Gráfico 8 – Porcentagem de homicídios em relação à profissão da vítima para Foz do Iguaçu .....	80
Gráfico 9 – Local de ocorrência dos homicídios em Foz do Iguaçu.....	81
Gráfico 10 – Quantidade de tiros por homicídio em Foz do Iguaçu .....	82
Gráfico 11 – Número de homicídios entre agosto de 2010 e agosto de 2011 para a RMCDL.....	84
Gráfico 12 – Número de homicídios em relação ao sexo da vítima e a faixa etária para a RMCDL .....	85
Gráfico 13 – Local de ocorrência dos homicídios para a RMCDL.....	85
Gráfico 14 – Quantidade de tiros por homicídio para RMCDL.....	87
Gráfico 15 – comparação das taxas de homicídio de Foz do Iguaçu e da RMCDL....	89
Gráfico 16 – Comparação da faixa etária das vítimas .....	89
Gráfico 17 – Comparação da armas utilizadas para o crime .....	90
Gráfico 18 – Cmparação sobre a quantidade de tiros.....	91
Gráfico 19 – Comparação entra as motivações dos homicídios .....	91
Gráfico 20 – Evolução anual de taxa de homicídios dolosos (Argentina) .....	94

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 VIOLÊNCIA E HOMICÍDIOS: DISCUSSÃO SOCIOLÓGICA .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Conceito de Violência, Crime, Criminalidade Urbana e Homicídio.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Explicações Sobre a Violência.....</b>	<b>20</b>
2.2.1 Explicações Clássicas .....	21
2.2.2 Teorias Contemporâneas.....	25
<b>2.3 Novos Paradigmas da Violência .....</b>	<b>30</b>
<b>2.4 Discussões Sobre a Violência no Brasil .....</b>	<b>35</b>
<b>3 A TRÍPLICE FRONTEIRA INTERNACIONAL: ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1 Conceito de Território, Espaço, Fronteira e Alteridade .....</b>	<b>42</b>
<b>3.2 A Tríplice Fronteira Internacional: suas cidades formadoras.....</b>	<b>47</b>
3.2.1 Porto Iguazu (Argentina) .....	50
3.2.2 Região Metropolitana de Cidade do Leste (RMCDL) (Paraguai) .....	52
3.2.3 Foz do Iguazu (Brasil) .....	57
<b>3.3 A Tríplice Fronteira Internacional: considerações sobre um espaço de fronteira territorializado .....</b>	<b>62</b>
<b>4 PERFIL DOS HOMICÍDIOS NA FRONTEIRA BRASIL E PARAGUAI .....</b>	<b>71</b>
<b>4.1 Homicídios em Foz do Iguazu.....</b>	<b>71</b>
<b>4.2 Homicídios na RMCDL.....</b>	<b>84</b>
<b>4.3 Comparação Entre o Perfil dos Homicídios Entre Foz do Iguazu e a RMCDL .....</b>	<b>88</b>
<b>4.4 Análise dos Homicídios em Foz do Iguazu: buscas por hipóteses explicativas .....</b>	<b>93</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o fenômeno social do homicídio na fronteira entre Brasil (Foz do Iguaçu) e o Paraguai (Região Metropolitana de Cidade do Leste), entre os anos 2010 e 2011. Por meio do estudo do contexto local e das teorias sobre violência e criminalidade, busca-se levantar algumas hipóteses sobre as altas taxas de homicídios no município brasileiro da fronteira internacional.

O crescimento acelerado e o número elevado das mortes por homicídio no Brasil fizeram com que essa problemática social se tornasse uma das mais preocupantes nas últimas décadas. A morte por homicídio atinge o bem jurídico máximo do ser humano, que é a vida. Por esse motivo, a temática conquistou espaço nas discussões acadêmicas, na imprensa e na vida diária do cidadão, despertando a atenção dos mais variados segmentos da sociedade.

O crescimento da criminalidade violenta e dos homicídios não é uma problemática exclusiva do Brasil. Segundo Gawryszewski, Kahn e Mello Jorge (2005), o aumento da violência é considerado um fenômeno global. Em 1996, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considerou os homicídios um importante problema de saúde pública. Em 2003, a OMS mostrou, no relatório sobre violência e saúde, que a questão dos homicídios era mais preocupante nos países latino-americanos. Isso ocorreu devido ao fato de três países do continente – Colômbia (62,4/100.000 hab.), El Salvador (37,7/100.000 hab.) e Brasil (26,4/100.000 hab.) – apresentaram as maiores taxas de mortalidade por homicídios do mundo, a partir dos dados estimados para o ano 2000.

Falar sobre homicídio no Brasil é falar de uma “tragédia anunciada”. Conforme apontam Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005), a regularidade estatística apresentada pelos indicadores no decorrer dos anos pode ser considerada um “verdadeiro processo endêmico” desses crimes, devido à generalização espacial e temporal no Brasil. Desde que o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) foi implantado no país, em 1979, as altas taxas de homicídios se destacavam. No ano 2000, o Brasil aparecia como um dos países mais violentos do mundo, ocupando a quarta posição entre um grupo de países selecionados pela OMS (2002). No ano 2004, as taxas nacionais de homicídio se

reduziram, porém permaneceram altas e continuaram em posição de destaque no *ranking* latino-americano e mundial (WAISELFISZ, 2008).

No Estado do Paraná, a partir da década de 1990 ocorreu um processo de intensificação dessas mortes e, ao contrário do decréscimo das taxas nacionais de homicídio, o Paraná alcançou os maiores indicadores até então experimentados a partir de 2004, ultrapassando as taxas nacionais (DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – DATASUS, 2011).

Em uma pesquisa realizada anteriormente por Kleinschmitt (2009) foram identificados quatro *clusters*<sup>1</sup> com altas taxas de homicídios no Estado. Dentre esses *clusters*, o município de Foz do Iguaçu e seus vizinhos, no extremo Oeste do Estado do Paraná, apareceram com altas taxas de homicídios. Foz do Iguaçu destaca-se por ser um dos municípios com as maiores taxas de homicídios no Estado do Paraná e se destacou nacionalmente por muitos anos pelas altas taxas de homicídios juvenis (WAISELFISZ, 2008). A Figura 1, a seguir, demonstra a localização do município de Foz do Iguaçu no espaço. Já a Figura 2 demonstra os *clusters* com autocorrelação espacial dos homicídios.

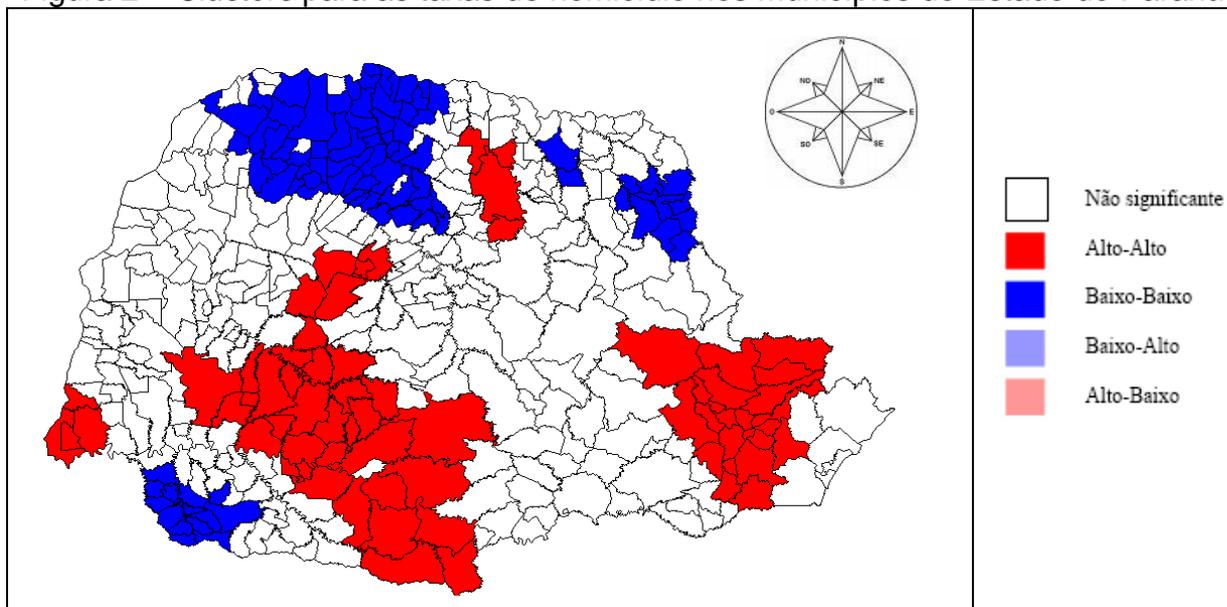
Figura 1 – Localização de Foz do Iguaçu, Paraná



Fonte: (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, 2010, p. 01).

<sup>1</sup> *Cluster* é um aglomerado de municípios com características semelhantes, neste caso municípios com autocorrelação espacial das taxas de homicídio. Os *clusters* com autocorrelação espacial positiva estão destacados no mapa em vermelho e foram denominados *Cluster* 1 (Região Metropolitana de Curitiba), *Cluster* 2 (Norte do Estado), *Cluster* 3 (Oeste do Paraná – Foz do Iguaçu) e *Cluster* 4 (Centro do Paraná). Nos *Clusters* em azul a autocorrelação espacial é negativa.

Figura 2 – *Clusters* para as taxas de homicídio nos municípios do Estado do Paraná



Fonte: (KLEINSCHMITT, 2009, p. 78).

Até o ano 2000, praticamente a metade dos estudos e grupos de pesquisa sobre criminalidade no Brasil estavam localizados nos Estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, por serem os mais atingidos pela problemática nos últimos anos. Apesar de haver uma nacionalização dessa temática a partir de 1995 (KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000) e mesmo com a disseminação dos homicídios no tempo e no espaço, os estudos nos demais Estados brasileiros não seguiram a mesma dinâmica. O Estado do Paraná é um exemplo disso. Apesar do crescimento acentuado dessas mortes violentas e do seu processo de interiorização no Estado, houve poucos estudos que o contemplaram.

O município de Foz do Iguaçu possui incidências comparáveis e até mesmo superiores ao longo dos anos da Região Sudeste desde 1979, porém até a virada do século XXI praticamente inexistiam estudos sociológicos e das demais áreas das ciências humanas e sociais sobre a criminalidade violenta no município. Apesar disso, nos últimos anos os estudos da criminalidade na fronteira começaram a entrar em evidência, especialmente com a inserção de instituições de ensino superior e com a preocupação maior do Estado sobre essa problemática na fronteira.

De acordo com os dados do DATASUS (2011), desde 1979 as taxas de mortes por homicídio no município sempre foram consideravelmente superiores às taxas estaduais e nacionais, alcançando em 2006 a marca de 102 mortes por 100

mil habitantes. Diante dessa realidade, o que explicaria a ocorrência elevada de homicídios em Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, considerando os níveis nacionais e mundiais de taxas de mortes por 100 mil habitantes? O que pode estar influenciando significativamente as mortes violentas nessa realidade específica de Foz do Iguaçu?

Existem várias tentativas de explicação por parte dos cientistas brasileiros sobre as possíveis causas da criminalidade violenta, em especial dos homicídios. De acordo com Adorno (2002), o impacto que a criminalidade violenta provocou no Brasil após a década de 1980 estimulou o desenvolvimento de pesquisas no domínio das ciências sociais. A discussão ainda recente avançou na caracterização do fenômeno, embora não exista consenso nas explicações em relação às causas desse crescimento. Os esforços de explicações dos cientistas sociais no Brasil concentraram-se, numa perspectiva geral, em três direções: a) mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência; b) crise do sistema de justiça criminal; c) desigualdade social e segregação urbana.<sup>2</sup>

Num primeiro momento, a hipótese dessa pesquisa foi a primeira tentativa de explicação apontada por Adorno (2002). Buscava-se identificar se as mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência provocada especialmente pelo intenso comércio ilegal, liderado pelo narcotráfico, potencializavam as altas taxas de homicídios em Foz do Iguaçu. Essa hipótese foi, no entanto, abandonada, pois a metodologia adotada nesta pesquisa não permitiu verificar tal relação.

Dessa forma, abandonada a hipótese inicial, o objetivo a ser alcançado foi o de verificar o perfil dos homicídios na fronteira entre Brasil e Paraguai, para, posteriormente, levantar algumas hipóteses sobre as altas taxas de homicídio em Foz do Iguaçu, Paraná. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva. Para a realização da pesquisa, o procedimento técnico adotado foi a pesquisa documental, com a fonte de análise extraída da imprensa escrita, precisamente extraída das notícias da página policial do jornal “A Gazeta do Iguaçu”, de Foz do Iguaçu, e do jornal “Diário Vanguardia”, de Cidade do Leste, entre 5 de agosto de 2010 e 5 de agosto de 2011. Os dados receberam tratamento quantitativo.

---

<sup>2</sup> Essas três linhas de pesquisa são detalhadas no item 2.4.

A escolha pela imprensa escrita como fonte de análise não foi a primeira opção desta pesquisa, porque se tinha uma preferência pelas fontes das polícias civil e militar. Tais fontes, no entanto, não foram liberadas para pesquisa. A imprensa escrita, por sua vez, possui suas vantagens ao permitir um acompanhamento sistemático das informações. A ressalva a essa fonte de pesquisa é que as versões para os crimes mudam com o decorrer das investigações, fator mais positivo que negativo, pois permite acompanhar as investigações policiais, impossível em fontes como o Boletim de Ocorrência (BO), da Polícia Civil. Um segundo critério para a escolha da imprensa escrita foi a facilidade na obtenção de dados, estando as reportagens disponíveis *on-line*. Isso também possibilitou a obtenção de dados do Paraguai.

A dissertação está dividida em cinco capítulos, contando esta introdução. No capítulo 2, busca-se demonstrar o quadro da discussão sobre criminalidade e homicídios e as principais relações estabelecidas, desde as primeiras explicações clássicas até sua mudança de paradigma. Num segundo momento, verificam-se as principais discussões realizadas sobre a problemática no Brasil. O capítulo 3 discute o espaço, o território e a relação de fronteira. O capítulo tem a pretensão de demonstrar a organização geral da fronteira e entender a realidade local, uma vez que os crimes ocorrem nesse espaço. No capítulo 4 são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa em Foz do Iguaçu e na Região Metropolitana da Cidade do Leste (RMCDL), com a finalidade de demonstrar o perfil dos homicídios. Por fim, o capítulo reúne esforços para tecer uma análise comparando as explicações teóricas com a realidade local. As considerações finais encerram a discussão.

## 2 VIOLÊNCIA E HOMICÍDIOS: DISCUSSÃO SOCIOLOGICA

A violência nem sempre teve os moldes que apresenta na atualidade. As discussões modernas ganharam corpo teórico especialmente a partir do século XIX pela Escola Francesa, com Émile Durkheim. Os pensadores contemporâneos, estimulados pelos avanços tecnológicos, pela globalização e por mudanças do comportamento social, foram provocados às novas formulações teóricas. No Brasil, a mudança do contexto social da década de 1970 (em especial a urbanização) também exigiu novas explicações para a criminalidade, que é denominada pelos principais pensadores do país como “criminalidade urbana violenta”.

O presente capítulo tem por finalidade expor o conceito de violência, de crime, de criminalidade urbana e do homicídio que este estudo enfoca. Em seguida, busca-se mostrar as principais discussões e explicações teóricas que a sociologia e as demais áreas do conhecimento produziram sobre a criminalidade. A abordagem passa pelos clássicos da sociologia e chega até as teorias contemporâneas, para, em seguida, demonstrar o surgimento de um novo paradigma da violência, provocado pelo advento da globalização. Por fim, apresenta-se como a discussão ocorreu no Brasil a partir da década de 1970 até a atualidade.

### **2.1 Conceito de Violência, Crime, Criminalidade Urbana e Homicídio**

Violência, crime, criminalidade urbana e homicídio possuem significações específicas e que, muitas vezes, são utilizadas indistintamente, sem obedecer às conceituações próprias de cada termo. Para evitar possíveis confusões e esclarecer o que se entende por cada um desses termos, os parágrafos seguintes procuram expressar suas significações.

Violência, conforme Zaluar (1999) tem raiz latina *violentia*, cujo significado remete à força física ou aos recursos do corpo em exercer a força vital. A força empregada nem sempre é entendida como violência, mas somente quando ultrapassa um limite ou regras que ordenam relações socialmente estabelecidas: “[...] É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente [...]” (ZALUAR, 1999, p. 08).

A violência não é o simples uso da força, pois existem forças comedidas, usadas com prudência e com limites. A “veemência”, a “impetuosidade” e a “força” dão significados à violência que usa uma “força cega” sem prever as consequências de seus atos. Ou seja, a violência é uma “ação intencional que provoca dano” (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003).

Para a Organização Mundial da Saúde, o conceito de violência associa a intenção em relação à prática do ato, independente do resultado que possa ocorrer:

[...] O uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação [...] (OMS, 1996 apud PINHEIRO; ALMEIDA, 2003, p. 16).

Na atualidade surgem novas formas da violência, como a perspectiva de um terrorismo biológico, bacteriológico, químico ou nuclear, sacrificando-se a vida ao causar a morte do outro (WIEVIORKA, 2007). A violência pode ser dividida genericamente em três grandes categorias: a autoinfligida, a interpessoal e a coletiva. A violência interpessoal (homicídios, latrocínios e acidentes de trânsito), ocorrida especialmente nas regiões metropolitanas, é a que mais causa danos e mortes no Brasil (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003).

O ato violento se caracteriza como crime, porém nem todo fenômeno socialmente percebido como violento se reduz à esfera das violações penais (ADORNO, 2002). Quando a violência se caracteriza como crime, ela se torna um conceito jurídico, codificado nas leis penais. A definição jurídica de crime violento está na Lei dos Crimes Hediondos e inclui homicídio (quando praticado em atividade típica de extermínio, ainda que cometido por um só agente) e homicídio qualificado (art. 121, parágrafo 2º, incisos I, II, III, IV e V); latrocínio (roubo seguido de morte); extorsão qualificada pela morte; extorsão mediante sequestro e na forma qualificada; estupro (art. 213 caput e §§ 1º e 2º); estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); epidemia com resultado de mortes; falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou

medicinais; e crime de genocídio (previsto nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 2889/1956)<sup>3</sup> (BRASIL, 2007).

Sobre os crimes de execução sumária, o Núcleo de Estudos sobre Violência da Universidade de São Paulo (NEVUSP) assim define:

Crimes de Execução Sumária são homicídios dolosos, nos quais existem evidências (implícitas ou explícitas) de que os agressores perpetraram a ação:

- Com a intenção prévia de eliminar a vítima, ficando excluídos os casos de morte resultante de assalto (tentado ou consumado), seqüestro [sic], tortura, brigas ou discussões, bala perdida, tiros acidentais ou outros delitos em que a morte da vítima não seja resultado dessa intenção prévia;
- Tendo motivações específicas, sobretudo vingança, acerto de contas ou dívidas. As execuções podem ocorrer por outras motivações, desde que, ao agirem, os agressores tenham um mínimo de planejamento e a intenção de cometer o homicídio;
- De uma tal maneira e com um modus operandi (tipo de armas e de ferimentos, número de tiros e de vítimas e qualificação dos agentes) que nos permitam qualificar a ação como execução sumária;
- Sem que a vítima tenha tido oportunidade de esboçar reação física ou jurídica. (NEVUSP, 2011, p. 01).

Por outro lado, os crimes de homicídios considerados de motivação intersubjetiva podem ser assim arrolados:

[...] Trata-se de um infindável número de situações, em geral envolvendo conflitos entre pessoas conhecidas, cujo desfecho acaba, muitas vezes até acidental e inesperadamente, na morte de um dos contendores. Compreendem conflitos entre companheiros e suas companheiras, entre parentes, entre vizinhos, entre amigos, entre colegas de trabalho, entre conhecidos que freqüentam [sic] os mesmos espaços de lazer, entre pessoas que se cruzam diariamente nas vias públicas, entre patrões e empregados, entre comerciantes e seus clientes. Resultam, em não poucas circunstâncias, de desentendimentos variados acerca da posse ou propriedade de algum bem, acerca de paixões não correspondidas, acerca de compromissos não saldados, acerca de reciprocidades rompidas, acerca de expectativas não preenchidas quanto ao desempenho convencional de papéis como os de pai, mãe, mulher, filho, estudante, trabalhador, provedor do lar, etc. (ADORNO, 1994, p. 138).

Do ponto de vista sociológico, os crimes violentos distinguem-se dos não violentos, conforme afirmam Cardia, Adorno e Poletto (2003, p. 64):

---

<sup>3</sup> A lei que trata de crimes hediondos sofreu alterações em 2007 (Lei Federal nº 11.464/2007).

[...] os violentos compreendem ações que ameaçam a vida ou a integridade física de quem quer que seja. São praticados mediante o emprego de meio destinado a constranger a vítima, como as armas de fogo. Compreendem o homicídio, o latrocínio (roubo seguido de morte), o estupro, a extorsão mediante seqüestro [sic], o tráfico de drogas. Crimes não violentos não implicam ameaça à vida ou à integridade física, como, por exemplo, os furtos ou o estelionato. No Código Penal Brasileiro, os crimes violentos são aqueles que, em geral, estão sujeitos às penas mais elevadas, justamente por serem os de maior gravidade. Entende-se por criminalidade violenta o conjunto de crimes violentos.

A criminalidade urbana violenta, por sua vez, são os crimes contra o patrimônio (roubos e latrocínios), contra a vida (homicídios dolosos), contra a saúde pública (tráfico e uso de drogas), contra os costumes (estupros), além das contravenções penais (porte ilegal de armas). Os crimes podem ser tanto a tentativa quanto o ato consumado (ADORNO, 1993).

As mortes violentas são especificadas no campo da saúde (SIM/MS) como mortes por “causas externas” e são estratificadas por cinco diferentes causas: 1) acidentes de transportes; 2) outros acidentes; 3) suicídios; 4) homicídios, e 5) outras violências. A morte violenta provocada por homicídios, tal como é compreendida e definida no campo da saúde brasileira, é a mesma usada em outros países e se refere às consequências de golpes, de feridas e de traumatismos resultantes de intervenções exteriores e brutais, podendo ser intencional ou acidentalmente infligidas (ZALUAR, 2004). No campo da saúde, o homicídio não necessariamente corresponde ao tipo de crime classificado no Código Penal, mas a qualquer ação intencional dirigida a outro, por um indivíduo ou um grupo, que resulte em óbito (OMS, 2002).

Para esta dissertação, usa-se a definição jurídica de homicídio quando os dados são extraídos da “Gazeta do Iguazu” e do “Diário Vanguardia”, mas substituiu-se a denominação “acerto de contas e/ou vingança” utilizada pelos jornais por “execução sumária”. Já os crimes com motivação intersubjetiva, assim serão denominados quando a motivação for passional, briga de bar, entre vizinhos, parentes e amigos. Por outro lado, os crimes categorizados por outras motivações foram latrocínio, confronto com a polícia e/ou legítima defesa, mesmo não sendo considerados homicídios pelo Código Penal. A opção por manter essas mortes como homicídios deu-se em virtude do não acesso aos dados da polícia, bem como

a tramitação do processo, investigações e julgamentos. Dessa forma, considerou-se pertinente mantê-los na pesquisa. A definição da OMS será usada quando os dados são extraídos do DATASUS.

Como se pode perceber, cada termo citado no início deste item possui especificações próprias. A violência, o crime, a criminalidade urbana e o homicídio são definidos distintamente pelo Direito, pela Saúde e pela Sociologia. No próximo item realiza-se um apanhado histórico das discussões sociológicas sobre violência, com a intenção de mapear as principais explicações atribuídas à problemática.

## **2.2 Explicações Sobre a Violência**

O presente item mostra a trajetória das discussões sobre violência, dos clássicos à sociologia contemporânea. Antes, porém, é necessário fazer um breve resgate histórico da violência na sociedade moderna ocidental, e citar o contexto em que a mesma emergiu e foi discutida.

A sociedade moderna e o Estado democrático de direito surgiram com o advento do capitalismo na Europa ocidental, entre os séculos XV e XVIII. As principais transformações ocorridas no período foram da economia, da sociedade, do Estado, da cultura e do direito. Nesse período ainda resistiam as formas tradicionais de resoluções de conflitos, que eram baseadas na “justiça pelas próprias mãos”, herdadas da Idade Média. Durante a Idade Média foram extintas as formas jurídicas do Império Romano, para dar espaço ao direito germânico, modelo que repousava na justa, sistema *sui generis* de liquidação judicial e de administração da prova (ADORNO, 1999).

Em algumas partes da Europa, especialmente na França e na Inglaterra, ocorreu o processo de centralização do poder político e o Estado moderno burocrático se consolidou através da Revolução Francesa a partir do século XVIII. Em 1789 a França reconheceu a dignidade da pessoa humana, com os princípios de liberdade, justiça e paz através da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, conforme cita Adorno (1999, p. 82):

[...] A sociedade democrática consolidou-se justamente quando os direitos humanos, o pluralismo político, o sistema contratual e os princípios da representação (Heller, 1988) passaram a ser, tanto do

ponto de vista formal quanto efetivo, assegurados pelo poder de Estado.

Com o processo de mudanças mais acelerado e desregulado, a perturbação dos arranjos tradicionais ficava mais visível. Diante do cenário acima exposto, várias teorias surgiram para tentar explicar as possíveis causas da violência, em especial da violência física na sociedade moderna. A seguir demonstram-se os primeiros ensaios explicativos da violência no século XIX e, em seguida, a primeira teoria sociológica desenvolvida por Émile Durkheim e a forma como percebeu a violência na sociedade moderna. Nos itens posteriores são expostas as principais teorias sobre a criminalidade que imperaram no século XX.

### 2.2.1 Explicações Clássicas

O presente item expõe as explicações clássicas e que deram início às discussões sobre a temática. O primeiro pensador foi o francês Adolphe Quételet, mas a abordagem puramente sociológica foi iniciada pelo também francês Émile Durkheim.

No livro “Crime, sociologia e políticas públicas” de Magalhães (2004), foram discutidas algumas teorias e perspectivas sociológicas sobre crime e delinquência no cenário internacional, considerando as explicações dessas teorias e a relação delas para a elaboração de políticas públicas para o controle da problemática. Dessa forma, Magalhães (2004) fez uma exposição do início das discussões sociológicas da criminalidade e construiu um parâmetro geral das abordagens no século XX.

As primeiras discussões e estudos sobre criminalidade surgiram na França no século XIX pelo astrônomo e matemático Adolphe Quételet, em 1825. Quételet foi um dos fundadores da criminologia positivista e o pensador que abriu caminhos para os estudos da sociologia do crime. Através de análises estatísticas e sob a influência enfática das ciências naturais pretendia descobrir padrões e regularidades para a observação em grande escala da “mecânica social”. Dessa maneira, “[...] o crime poderia ser observado como uma atividade humana regida por leis semelhantes àsquelas encontradas no mundo natural [...]” (MAGALHÃES, 2004, p. 24). Quételet mantinha esse posicionamento por encontrar regularidades nos dados estatísticos que superavam a individualidade e tinham expressão coletiva, como as

características de serem homens jovens, pobres, pouco instruídos, desempregados ou mal empregados, aumentando as chances de serem criminosos. Apesar disso, rejeitava a associação direta entre crime e pobreza, vendo muito mais o problema associado à desigualdade social.

Para Quételet existiam três tipos de crimes: os acidentais (guerras, fome e desastres naturais); os variáveis (liberdade da vontade e “nuances” de personalidade) e os constantes (representados por uma determinada faixa etária, sexo, ocupação e religião). Um avanço de sua teoria foi que o crime teria uma característica inerente a todas as organizações sociais, sendo um dos primeiros analistas da criminalidade que entendeu o fenômeno como normal e resultante da forma como a sociedade se organizava. Apesar de ver a sociedade como um agregado de indivíduos, o crime não seria causado apenas pela vontade individual. Ressalta-se que Quételet construiu a teoria do “Homem Médio” através de uma fórmula matemática constando algumas características pessoais. As pessoas cujo desvio padrão fosse significativo em relação à média prevista seriam os possíveis criminosos. Para tanto seria muito fácil para o Estado identificar contextos específicos das causas e atuar para combatê-los. Como para ele um conjunto de crimes sempre tinha as mesmas causas, a prevenção e o combate seriam possíveis (MAGALHÃES, 2004).

Émile Durkheim foi o clássico da sociologia que sofreu influências e contestou Quételet. Por sua vez, Max Weber e Karl Marx pouco discutiram e/ou desenvolveram teorias específicas sobre o problema da criminalidade, apesar de possuírem grande importância e exercerem influência nas discussões no Brasil, em especial a discussão marxista, entre as décadas de 1970 e 1980. Os clássicos vivenciaram uma mudança significativa na sociedade moderna ocidental, na forma como passou a organizar o seu trabalho e o modo de produção, a sua riqueza, as suas instituições sociais e a forma de punir.

Durkheim nasceu na cidade de Épinal (França), em 1858 e faleceu em 1917. Como pensador, foi um dos maiores sociólogos existentes e um dos autores mais citados no campo da sociologia criminal. Suas principais obras foram: “Da divisão do trabalho social”, “As regras do método sociológico”, “O suicídio”, “Formas elementares da vida religiosa”, “Educação e sociologia”, “Sociologia e Filosofia” e “Lições de sociologia” (obra póstuma). Durkheim é reconhecido como um dos

primeiros e principais teóricos da sociologia, por ter aplicado a ela caráter científico. Sua teoria tem caráter e influência positivista (COSTA, 1997).

Uma das principais obras de Durkheim é “As regras do método sociológico”, publicada em 1885. Nessa obra o autor define o objeto da sociologia: os fatos sociais. Assim se exprime:

[...] Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais. (DURKHEIM, 2002, p. 40).

Para o autor, os fatos sociais possuem três características básicas: 1) coerção social, que é a força que os fatos exercem sobre os indivíduos. Ao ser tomado o crime como exemplo, a coerção torna-se evidente com as sanções que são impostas àqueles que descumprem as regras socialmente estabelecidas. As sanções podem ser legais (prescritas por leis) ou morais/espontâneas (quando afloram na sociedade sem ter cunho legal); 2) exterioridade, por existirem antes do nascimento das pessoas, como, por exemplo, as regras, os costumes e as leis, impostos de forma coercitiva àqueles que ousam desafiar as regras coletivas; 3) generalidade, porque se repetem em todas as sociedades e apresentam certa regularidade, em alguns momentos aumentam e em outros diminuem, expressando sua natureza social.

Durkheim entendia a sociedade analogicamente a um organismo vivo e como tal, o estado normal/saudável e patológico/doente seria natural. Por exemplo, o crime de homicídio, dentro dessa concepção, é normal, pois se encontra generalizado pela sociedade e em todas as sociedades (generalidade). Aos que desafiam a lei, aplica-se à coerção legal (coerção social), que existe antes do nascimento dos indivíduos (exterioridade). Para o autor, o crime tem caráter positivo, pelo fato de integrar as pessoas em torno de uma conduta de valor e punir o infrator. A generalidade de um fato social garante a característica de normalidade, ou seja, a mesma ideia por toda a sociedade sobre determinada questão:

[...] tal como para os indivíduos, a saúde é boa e desejável também às sociedades, ao contrário da doença, que é coisa má e de se evitar. Se encontrarmos um critério, objetivo, inerente aos próprios fatos, que nos permita distinguir cientificamente a saúde da doença

nas diferentes ordens de fenômenos sociais, a ciência estará em condições de esclarecer a prática permanecendo fiel ao seu próprio método [...] (DURKHEIM, 2002, p. 69).

O fato social torna-se patológico quando coloca em risco a harmonia, o consenso e a “evolução” de uma sociedade. Quando os indicadores de homicídio, por exemplo, atingirem índices alarmantes, como no caso de Foz do Iguaçu, que chegou a 102 mortes por 100 mil habitantes em 2006, caracteriza-se como um desvio em relação às taxas de outros locais. Dessa forma, Durkheim entende esse índice como patológico, por estar muito acima da quantidade esperada para uma sociedade normal/saudável. É interessante citar que a patologia social, assim como as doenças biológicas, é transitória e excepcional. Em outras palavras, da mesma forma que um organismo vivo fica doente e volta ao seu estado de saúde após um determinado período de tempo, essa tendência deve se repetir na sociedade também:

[...] Chamaremos normais aos fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou de patológicos. Se convencionarmos chamar tipo médio ao ser esquemático que resultaria da reunião num todo, numa espécie de individualidade abstrata, das características mais freqüentes [*sic*] na espécie com as suas formas mais freqüentes [*sic*], poder-se-á dizer que o tipo normal se confunde com o tipo médio, e que qualquer desvio em relação a este padrão da saúde é um fenômeno mórbido [...] (DURKHEIM, 2002, p. 74).

A consciência coletiva é a forma moral vigente na sociedade. Ela aparece como um conjunto de regras estabelecidas que atribui valor e delimita os atos individuais. É a consciência coletiva que define o que é “imoral”, “reprovável” ou “criminoso”:

O conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria; poderemos chamá-lo: a consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade; mas não deixa de ter caracteres específicos que fazem dela uma realidade distinta. Com efeito, é independente das condições particulares em que os indivíduos estão colocados; eles passam, ela permanece. (DURKHEIM, 1983, p. 40).

A anomia, também importante para entender a criminalidade, é uma condição social em que as normas reguladoras do comportamento sobre as pessoas perdem a validade. Nas sociedades em que prevalece a impunidade, a eficácia das normas é questionável, parecendo não mais existir ou, se existem, não produzem efeito. Dessa forma, o crescimento da criminalidade estaria ligado ao fracasso da lei e da ordem, bem como ao fato de o Estado ser incapaz de proteger os seus.

Durkheim empregou caráter de ciência natural à sociologia. Aos pesquisadores aconselhou livrar-se das pré-noções e tratar o seu objeto de estudo de forma neutra, como coisa, para que suas opiniões não interferissem na objetividade da análise. Para os estudos dos fatos sociais era prescindível a eliminação da subjetividade. Essa característica lhe rendeu muitas críticas.

O item abordou as explicações clássicas do crime, sendo Émile Durkheim o primeiro pensador a proferir explicações sociológicas sobre a temática. A seguir retratam-se as teorias e os modelos explicativos sobre a criminalidade discutidos ao longo do século XX.

### 2.2.2 Teorias Contemporâneas

O presente item tem por finalidade retratar as principais explicações sobre o crime originadas no século XX. Várias foram as tentativas de entender esse fenômeno tão complexo e para isso foram criadas várias teorias explicativas.

A Escola de Chicago surgiu no início do século XX e priorizava o estudo da violência no espaço urbano, entendido como consequência das mudanças ocorridas nos âmbitos econômico, demográfico e espacial (SANTOS, 2006). Os crimes eram entendidos como um produto da urbanização, devido à expansão das cidades americanas no século XIX. A urbanização decorria da intensa industrialização, que provocava modificações no espaço e novos fenômenos sociais de ordem econômica, demográfica e espacial, bem como induzia a alterações nos costumes e nas formas de interação e controle social. Paralelamente às mudanças no espaço, a cidade de Chicago enfrentava problemas sociais, como as altas taxas de criminalidade, de delinquência, de prostituição, de corrupção e de alcoolismo. Com essas mudanças, surgiram profundas desigualdades sociais, consideradas propícias ao aparecimento de desvios de conduta (FREITAS, 2004).

Como resultado da Escola de Chicago, surgiu a Teoria da Ecologia Humana e a Teoria das Zonas Concêntricas. Essas teorias vigoraram entre os anos 1915 e 1940 e tiveram como área de análise a cidade de Chicago, nos Estados Unidos. A Escola de Chicago influenciou várias teorias, como a Teoria Estrutural-Funcionalista do Desvio e da Anomia; a Teoria da Associação Diferencial; a Teoria do Aprendizado Cultural e a Teoria do Controle (SANTOS, 2006).

Beato (1998) agrupou em duas linhas distintas as teorias internacionais mais discutidas por sociólogos na definição das causas da criminalidade e da violência. A primeira delas atribuía ao delinquente e aos seus atos uma ofensiva ao consenso moral e normativo da sociedade, atribuindo as causas do crime à baixa integração moral, sendo a punição uma necessidade expressiva para o restabelecimento dos valores fundamentais do núcleo normativo. A segunda linha teórica, por sua vez, atribuía a causa desse fenômeno a fatores de natureza econômica, tais como a privação de oportunidades, a desigualdade social e a marginalização.

A sociologia sempre deteve um maior prestígio e domínio na abordagem da criminalidade, mesmo assim foram construídas explicações sobre a problemática em especial nas áreas da economia, da psicologia e da antropologia. Cerqueira e Lobão (2004) explicam que, a partir do início do século XX, os estudos não criaram necessariamente teorias, mas inúmeros modelos que focalizavam fatores particulares. Dessa forma, os autores elaboraram um quadro teórico genérico que contempla várias áreas de conhecimento sobre as principais abordagens contemporâneas, ressaltando certas omissões, em especial na área da antropologia. Cerqueira e Lobão (2004) fazem um resumo das principais abordagens sobre as causas da violência e da criminalidade e são nove as categorias de abordagem destacadas:

1) Teorias Focadas nas Patologias Individuais: o comportamento criminoso é explicado pelas patologias individuais, cuja natureza poderia ser biológica, psicológica ou psiquiátrica. O principal precursor dessa teoria foi Césare Lombroso (1893) e a hipótese explicativa para a criminalidade estava relacionada à baixa inteligência do criminoso. Essa teoria foi rejeitada após a II Guerra Mundial, por seu conteúdo racista.

2) Teoria da Desorganização Social: o crime possui relação negativa com a coesão social. Quanto maior é a desorganização social de um local, maior a criminalidade. O primeiro estudo empírico deve-se a Sampson e Groves (1989).

3) Teoria do Estilo de Vida: a hipótese para o crime ocorrer possui três elementos: uma vítima em potencial; um agressor em potencial; e uma tecnologia de proteção. Quanto ao fato de a ocorrência do crime depender do estilo de vida da vítima em potencial, isso significa que quanto maior segurança oferecer o local em que realiza as atividades, menor é a probabilidade de ser vitimado. Os trabalhos empíricos utilizaram pesquisas de vitimização, com destaque aos trabalhos de Messner e Blau (1987), Miethe et al. (1991), Roncek e Maier (1991), Miethe et al. (1987), Osgood et al. (1996) e Tremblay e Tremblay (1998). A crítica a essa teoria é que ela não constitui uma relação causal do crime.

4) Teoria da Associação Diferencial (Teoria do Aprendizado Social): a opção de um indivíduo ser criminoso ou não, especialmente os jovens, advém das experiências pessoais com relações a situações de conflito, sejam interações pessoais com a família, com grupos de amizade ou com a comunidade. Sutherland (1973) inaugurou a abordagem e Matsueda (1982) buscou elementos empíricos para atestar a teoria.

5) Teoria do Controle Social: essa teoria inverte a explicação causal e tenta responder por que um indivíduo se abstém de cometer crimes. De acordo com essa abordagem, quanto maior é o elo do indivíduo com a sociedade e a concordância com os valores e as normas estabelecidas, menores são as chances de se tornar um criminoso. O principal precursor dessa teoria foi Agnew (1991).

6) Teoria do Autocontrole: diferencia indivíduos que têm comportamentos desviantes de outros. O comportamento desviante seria gerado entre os dois anos de idade até a fase pré-adolescente, quando os mecanismos psicológicos de autocontrole não teriam sido desenvolvidos pelo indivíduo. Os precursores dessa teoria são Gottfredson e Hirschi (1990).

7) Anomia: a motivação para a criminalidade advém de metas planejadas pelo indivíduo e que não foram atingidas, em especial as econômicas. Essa é uma das explicações mais tradicionais da área da sociologia e o precursor da teoria foi Merton (1938).

8) Teoria Interacional: a criminalidade ocorre através das relações recíprocas desenvolvidas entre o indivíduo e os grupos sociais em que está

envolvido, em um processo interacional dinâmico. O precursor da teoria foi Thornberry (1996).

9) Teoria Econômica da Escolha Racional: o crime seria decorrente da análise do custo-benefício advindo da atividade criminosa, comparado com os resultados da alocação do tempo no mercado de trabalho legal. O precursor da teoria foi Becker (1968).

O Quadro 1 resume as abordagens teóricas e suas principais variáveis.

Quadro 1 – Resumo das Várias Abordagens Teóricas sobre as Causas da Criminalidade

Teoria	Abordagem	Variáveis
Desorganização social	Abordagem sistêmica em torno das comunidades, entendidas como um complexo sistema de rede de associações formais e informais.	<i>Status</i> socioeconômico; heterogeneidade étnica; mobilidade residencial; desagregação familiar; urbanização; redes de amizades locais; grupos de adolescentes sem supervisão; participação institucional; desemprego; e existência de mais de um morador por cômodo.
Aprendizado social (associação diferencial)	Os indivíduos determinam seus comportamentos a partir de suas experiências pessoais com relação a situações de conflito, por meio de interações pessoais e com base no processo de comunicação.	Grau de supervisão familiar; intensidade de coesão nos grupos de amizades; existência de amigos com problemas com a polícia; percepção dos jovens sobre outros envolvidos em problemas de delinquência [ <i>sic</i> ]; jovens morando com os pais; e contato com técnicas criminosas.
Escolha racional	O indivíduo decide sua participação em atividades criminosas a partir da avaliação racional entre ganhos e perdas esperadas advindos das atividades ilícitas <i>vis-à-vis</i> o ganho alternativo no mercado legal.	Salários; renda familiar <i>per capita</i> ; desigualdade da renda; acesso a programas de bem-estar social; eficiência da polícia; adensamento populacional; magnitude das punições; inércia criminal; aprendizado social; e educação.
Controle social	O que leva o indivíduo a não enveredar pelo caminho da criminalidade? A crença e a percepção do mesmo em concordância com o contrato social (acordos e valores vigentes), ou o elo com a sociedade.	Envolvimento do cidadão no sistema social; concordância com os valores e normas vigentes; ligação filial; amigos delinquentes [ <i>sic</i> ]; e crenças desviantes.
Autocontrole	O não-desenvolvimento de mecanismos psicológicos de autocontrole na fase que segue dos 2 anos à pré-adolescência, que geram distorções no processo de socialização, pela falta de imposição de limites.	Freqüentemente [ <i>sic</i> ] eu ajo ao sabor do momento sem medir conseqüências [ <i>sic</i> ]; e raramente deixo passar uma oportunidade de gozar um bom momento.
Anomia	Impossibilidade de o indivíduo atingir metas desejadas por ele. Três enfoques: a) diferenças de aspirações individuais e os meios disponíveis; b) oportunidades bloqueadas; e c) privação relativa.	Participa de redes de conexões? Existem focos de tensão social? Eventos de vida negativos; sofrimento cotidiano; relacionamento negativo com adultos; brigas familiares; desavenças com vizinhos; e tensão no trabalho.
Interacional	Processo interacional dinâmico com dois ingredientes: a) perspectiva evolucionária, cuja carreira criminal se inicia aos 12-13 anos, ganha intensidade aos 16-17 e finaliza aos 30 anos; e b) perspectiva interacional que entende a delinquência [ <i>sic</i> ] como causa e conseqüência [ <i>sic</i> ] de um conjunto de fatores e processos sociais.	As mesmas daquelas constantes nas teorias do aprendizado social e do controle social.
Ecológico	Combinação de atributos pertencentes a diferentes categorias condicionaria a delinquência [ <i>sic</i> ]. Esses atributos, por sua vez, estariam incluídos em vários níveis: estrutural, institucional, interpessoal e individual.	Todas as variáveis anteriores podem ser utilizadas nessa abordagem.

Fonte: (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 258-259).

De um modo geral, várias foram as tentativas de explicação da violência e da criminalidade no mundo, porém os novos fatos sociais e econômicos que emergiram após a segunda metade do século XX transformaram profundamente a sociedade e, conseqüentemente, as explicações para a criminalidade. Nesse sentido, o próximo item traz as novas discussões geradas pelas mudanças ocorridas no mundo ocidental, após o advento da globalização econômica.

### **2.3 Novos Paradigmas da Violência**

Para uma melhor compreensão do presente item é necessário contextualizar o cenário sobre a incidência desenfreada que a violência teve no mundo inteiro, causado especialmente pela globalização em um contexto de mudança do perfil da modernidade. Ocorre que, conforme afirma Wieviorka (1997), não se pode mais abordar a questão da violência na atualidade como se abordava nas décadas de 1970 ou 1980: as mudanças no mundo foram consideráveis.

Uma das primeiras conseqüências da modernidade foi a mudança radical das concepções de espaço-tempo. Giddens (2002) afirma que não é possível dissociar a constituição das sociedades modernas, em sua complexidade atual, desconsiderando as conseqüências dramáticas que a globalização imprime, tanto ao indivíduo quanto à coletividade, especialmente através do desenvolvimento de novos meios de comunicação, como a internet. São diversos os nomes que são dados a essa possível nova fase da modernidade e alguns deles são denominados como: modernidade tardia (Antony Giddens); pós-modernidade (Stuart Hall) e modernidade líquida (Zygmunt Bauman).

Para Bauman (2001), a modernidade tornou-se líquida, opostamente à solidez da primeira modernidade. Os setores da modernidade que antes eram considerados sólidos, agora estariam sendo invadidos pela liquidez. A economia tornou-se independente do local, o trabalho tornou-se flexível e não depende da produção de bens materiais e nem da localidade onde são produzidos. O poder que dependia da localidade tornou-se fluído. E o indivíduo tornou-se cada vez mais apto a escolher “livremente” as opções que o mercado lhe dispõe ao consumo.

As transformações sociais ocorridas após a Segunda Guerra Mundial mudaram consideravelmente as relações entre diferentes sociedades, possibilitados pelo contato entre elas. É interessante ressaltar que em especial a partir da década

de 1980, a globalização se manifestou com maior intensidade. Para Santos (1997, p. 108), “[...] a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival.” Para Ianni (2000), a globalização fez a sociedade viver sob um novo paradigma, como, por exemplo, deixar de pensar e entender o mundo baseado em Estados-nação. Essa mesma sociedade não criou, no entanto, parâmetros para compreender e falar sobre a “sociedade global” surgida com a globalização.

É preciso destacar que as mudanças das últimas décadas foram perceptíveis e precisam ser consideradas dentro do contexto da violência. As significativas e profundas mudanças provocadas pelo desenvolvimento capitalista globalizado ocorreram mundial e nacionalmente e são indiscutivelmente percebidas e discutidas por grande parte de pensadores das ciências sociais. Conforme aponta Adorno (1999, p. 93):

[...] novas formas de acumulação de capital e de concentração industrial e tecnológica; mutações substantivas nos processos de produção, nos processos de trabalho, nas formas de recrutamento, alocação distribuição e utilização da força de trabalho com repercussões consideráveis nas formas tradicionais de associação e representação sindicais; transbordamento das fronteiras do Estado-nação, promovendo acentuado deslocando nas relações dos indivíduos entre si, dos indivíduos com o Estado e entre diferentes Estados, o que repercute na natureza dos conflitos sociais e políticos e nas formas de sua resolução (com a criação de legislação e tribunais paralelos ao Estado) [...]

Para o autor, os conflitos são novos e não são mais exclusivamente de classe, mas de gênero, geração, étnicos e religiosos. As utopias e os objetivos gerais ou universais foram esquecidos. Dessa forma, “[...] o fenômeno da violência e da criminalidade não comporta mais modelos simplificadores de análise. Inúmeras variantes conformam o problema da violência e o seu enfrentamento [...]” (FEGHALI, 2006, p. 14). Com o propósito de refletir sobre o lugar do crime e da violência na sociedade contemporânea, Adorno (1999) adverte sobre a emergência de um novo paradigma da violência apontado pelas preocupações públicas e inquietações coletivas:

[...] Trata-se de um novo paradigma que está a dizer algo além do mero crime. Parece dizer respeito à mudança de hábitos cotidianos, à exacerbação de novos conflitos sociais, à adoção de soluções que desafiam tradições democráticas, à demarcação de novas fronteiras sociais, ao esquadrinhamento de novos espaços de realização pessoal e social, ao sentimento de desordem e caos que se espelha na ausência de justiça social [...] (ADORNO, 1999, p. 77).

Seguindo o mesmo raciocínio, para Wieviorka (1997), o que permite falar em um novo paradigma da violência é o fato de ela ser ao mesmo tempo globalizada e localizada. De acordo com Adorno (1999), a partir da metade do século XX ocorreu um aumento substantivo dos crimes contra a pessoa. As taxas de assassinatos aumentaram, especialmente nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na Alemanha, nos Países Baixos e na Suécia. O aumento foi maior em relação aos assaltos, roubos e estupros, “[...] em função mesmo da prosperidade e do aumento da circulação da riqueza, novas modalidades de crimes surgiram, como aquelas relacionados ao tráfico de drogas.” (ADORNO, 1999, p. 86). Isso sem citar os países latino-americanos. Assim:

[...] Poderíamos fazer observações bastante semelhantes no que diz respeito ao crime organizado, ligado às drogas, por exemplo, que opera segundo lógicas planetárias, transnacionais, mas cujo funcionamento é melhor compreendido caso se considerem as raízes dos atores em tal ou qual país. (WIEVIORKA, 2007, p. 1150).

Manuel Castells (1999) desenvolveu uma teoria contemporânea sobre a violência. O autor afirma que o formato global do crime é recente por se aproveitar da globalização econômica e das novas tecnologias de comunicações e transportes. Essa nova configuração possibilitou a formação de redes entre as organizações criminosas, bem como facilitou as operações transnacionais, tornando-se um novo fenômeno ao atingir as economias nacionais e internacionais, além da política, da segurança e das sociedades em geral. Castells (1999) alerta para uma ramificação do crime organizado tendo as drogas o peso principal do setor:

[...] Embora o tráfico de drogas seja o segmento mais importante desse setor com ramificações e contatos em todo mundo, o contrabando de armas também representa um mercado de alto valor. Além disso, efetuam operações com tudo a que se atribui valor agregado precisamente por ser proibido em um determinado meio institucional: contrabando de mercadorias das mais diversas naturezas de e para todos os lugares, incluindo materiais radioativos,

órgãos humanos e imigrantes ilegais; prostituição; jogos de azar; agiotagem; seqüestro [sic]; chantagem e extorsão; falsificação de mercadorias, títulos bancários, papéis financeiros, cartões de crédito e cédulas de identidade; assassinos mercenários; tráfico de uso e acesso confidencial, tecnologia ou objeto de arte; vendas internacionais de mercadorias roubadas; ou mesmo lançamento ilegal de detritos contrabandeados de um país para outro [...] No centro do sistema está a lavagem de dinheiro [...] A flexibilidade da conexão dessas redes criminosas por meio de redes internacionais constitui uma característica da nova economia global, bem como da dinâmica sociopolítica da Era da Informação [...] (CASTELLS, 1999, p. 204).

A formação de redes é o *modus operandi* das organizações criminosas, tanto internamente, como em relação a outras organizações criminosas. A flexibilidade e a versatilidade de sua organização tornaram-se a chave para o sucesso e a expansão do crime global na década de 1990: “[...] As redes de distribuição operam com base em quadrilhas autônomas locais, para as quais fornecem mercadorias e serviços e de quem recebem dinheiro [...]” (CASTELLS, 1999, p. 216). Além disso, as organizações criminosas possuem sua própria maneira de garantir o cumprimento de acordos, dentre elas a violência implacável, que inclui a intimidação, a tortura, o sequestro e os assassinatos (prática constantemente submetida aos assassinos de aluguel). Mais importante, porém, é o “aparato de segurança” mantido pelo crime organizado:

[...] a rede de agentes responsáveis pela garantia do cumprimento das leis, juízes e políticos, todos devidamente incluídos na folha de pagamento da organização. Uma vez que entram no sistema, tornam-se prisioneiros, para o resto da vida [...] (CASTELLS, 1999, p. 216-217).

A capacidade de os líderes criminosos encontrarem lugares seguros, adicionada à mobilidade global dos assassinos de aluguel e aos métodos tradicionais de repressão contribui para o sucesso desse empreendimento. Na América Latina, as principais características da indústria do narcotráfico são:

1. Estar orientada à demanda e à exportação, em especial para os Estados Unidos e a Europa Ocidental, e as áreas mais abastadas da Ásia.
2. A indústria é internacionalizada, com rigorosa divisão da mão de obra entre os diferentes locais do processo produtivo: “[...] Em muitos casos, o método de transporte é o mais direto possível: pelo suborno dos

agentes da alfândega de um ou mais países [...]” (CASTELLS, 1999, p. 228).

3. O componente essencial é o sistema de lavagem de dinheiro.
4. O cumprimento de todo o conjunto de transações é assegurado por meio do uso de violência.
5. A indústria da droga precisa da corrupção e da penetração em seu meio institucional para poder funcionar, em todas as etapas do sistema:

[...] Os traficantes de drogas têm de corromper e/ou intimidar as autoridades locais e nacionais, como polícia, alfândega, juízes, políticos, banqueiros, químicos, transportadores, jornalistas, donos de veículos de comunicação e empresários [...] A corrupção sistemática do Estado e o uso de extrema violência como meio de vida constituem componentes essenciais da indústria do narcotráfico. (CASTELLS, 1999, p. 231-232).

O ataque direto ao Estado, como o realizado por Pablo Escobar e pelo cartel de Medellín, na Colômbia, de 1984 a 1993, normalmente leva o criminoso ao aniquilamento:

[...] O cartel de Cali, tão cruel e violento quanto o de Medellín, desenvolveu uma estratégia de penetração estatal bem mais sutil, subornando em vez de matar, reservando a matança a seus rivais de Medellín e aos membros desse cartel com posições de menor responsabilidade que podiam ser levados à subserviência com facilidade [...] A corrupção sistemática do Estado e o uso de extrema violência como meio de vida constituem componentes essenciais da indústria do narcotráfico. (CASTELLS, 1999, p. 231-232).

Pior do que enfrentar o Estado é penetrar nele e conduzir as rédeas do sistema de “injustiça”. Além do suborno aos agentes do sistema de justiça, a corrupção da política democrática tornou-se um dos aspectos mais insidiosos e devastadores. Os candidatos a cargos públicos e partidos necessitam de recursos financeiros para suas campanhas, possibilitando ao crime organizado o oferecimento de apoio a campanhas políticas nos momentos críticos. Além disso, o processo democrático é dominado pela política do escândalo, destruição da figura política e construção da imagem e o aceite do auxílio perseguirá o político para sempre. E, “[...] ao atrair políticos para o mundo do sexo, das drogas e do dinheiro, ou inventar acusações de ocasião, o crime organizado instituiu uma vasta rede de

informações e extorsão, que trafica influência a troco de silêncio [...]” (CASTELLS, 1999, p. 242).

A seção 2.3 teve por objetivo mapear a discussão da violência dos clássicos até a atualidade, quando então se discute a mudança de paradigmas, ocasionada especialmente pela globalização econômica. No item a seguir aborda-se a discussão brasileira sobre criminalidade.

## **2.4 Discussões Sobre a Violência no Brasil**

As discussões sobre a criminalidade violenta por cientistas sociais surgiram na década de 1970 no Brasil. Foi, porém, a partir da década 1960 que o país sofreu os impactos da urbanização, da industrialização e de crescimento demográfico (ADORNO, 2002). Nos anos 1970 e 1980, o país vivenciou importantes incrementos na área social, como melhorias nas condições de habitação e diminuição da mortalidade infantil e do número de analfabetos. Na década de 1990, a estabilização econômica fez com que os números fossem ainda mais positivos, devido à melhoria expressiva na distribuição de renda com o controle da inflação (BEATO; REIS, 2000).

No Brasil, a percepção da globalização e a entrada na nova fase da modernidade foram sentidas através das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, a partir da segunda metade do século XX. Conforme Adorno (2002, p. 87-88), a:

[...] sociedade brasileira tornou-se mais densa e mais complexa nas suas relações de classe, nas suas relações intersubjetivas, nas lutas sociais pelo reconhecimento de identidades e de direitos; mais reivindicativa, mais participativa, cada vez mais inconformada com a persistência de seus problemas, entre os quais a violência urbana cotidiana.

Não obstante, os padrões de concentração de riqueza e de desigualdade social permaneceram os mesmos de quatro décadas. A desigualdade de direitos e de acesso à justiça agravou-se na proporção mesma em que a sociedade se tornou mais densa e mais complexa. Os conflitos sociais tornaram-se mais acentuados. Neste contexto, a sociedade brasileira vem conhecendo crescimento das taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações de direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas. Em especial, a emergência do narcotráfico [...]

Para Adorno (2002), a sociedade brasileira vivenciou quatro tendências sobre a criminalidade violenta a partir da década de 1980, sendo elas: a) crescimento da delinquência urbana, principalmente com os crimes contra o patrimônio e com os homicídios dolosos; b) emergência da criminalidade organizada, especialmente pelo tráfico internacional de drogas, que modificou os modelos e perfis convencionais da delinquência; c) graves violações de direitos humanos; e d) explosão de conflitos nas relações intersubjetivas.

Adorno (1993) também sistematizou os diferentes enfoques dos estudos brasileiros sobre a criminalidade e apontou quatro abordagens específicas: a) o movimento da criminalidade; b) o senso comum a respeito do perfil social dos autores de delitos; c) a organização social do crime sob a perspectiva do delinquente; e d) as políticas públicas penais.

Por sua vez, Zaluar (1999) classificou o campo de estudos sobre a criminalidade violenta no Brasil em cinco áreas: a) reflexão do que é violência e seus múltiplos planos e significados; b) imagens e/ou representações sociais do crime e da violência e o medo da população; c) contagem das vítimas e dos crimes (em números e sentidos); d) procura de explicações para o aumento da violência e da criminalidade; e e) abordagem do problema social da criminalidade como tema de política pública.

Por fim, Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) sistematizaram os estudos dentro das Ciências Sociais após 20 anos de produção acadêmica sobre o tema, sendo: a) delinquência e criminalidade violenta; b) a polícia e o Sistema de Justiça Criminal; c) políticas públicas de segurança; e d) violência urbana.

Zaluar (1999) argumenta que, desde a década de 1970, formaram-se vários campos temáticos com questões metodológicas, teóricas e ideológicas distintas. Ocorre, contudo, que o debate sobre o crime, sobre a violência e, em especial, sobre os homicídios, nunca foi bem organizado e bem fundamentado teoricamente. Os modelos teóricos na produção brasileira estavam sobrepostos num mesmo autor, veiculados mais por temas do que por teorias.

Existem várias tentativas de explicação dos cientistas brasileiros sobre as possíveis causas da criminalidade violenta, em especial a dos homicídios. De acordo com Adorno (2002), o impacto que a criminalidade violenta provocou no Brasil após a década de 1980 estimulou o desenvolvimento de pesquisas no domínio das ciências sociais. A discussão, ainda recente, avançou na

caracterização do fenômeno, embora não exista consenso nas explicações em relação às causas desse crescimento. Os esforços de explicações dos cientistas sociais no Brasil concentraram-se, numa perspectiva geral, em três direções: a) mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência; b) crise do sistema de justiça criminal; c) desigualdade social e segregação urbana.

Quanto às mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência como causa de criminalidade, Adorno (2002) entende que os estudos relacionados a essa perspectiva estavam visualizando as intensas mudanças que o Brasil havia sofrido nos últimos 50 anos, jamais experimentadas, como as:

[...] novas formas de acumulação de capital e de concentração industrial e tecnológica; mutações substantivas nos processos de produção, nos processos de trabalho, nas formas de recrutamento, de alocação, de distribuição e de utilização da força de trabalho com repercussões consideráveis nos padrões tradicionais de associação e representação sindicais; transbordamento das fronteiras do Estado-nação, promovendo acentuada mutação nas relações dos indivíduos entre si, dos indivíduos com o Estado e entre diferentes Estados, o que repercute na natureza dos conflitos sociais e políticos e nas modalidades de sua resolução (com a criação de legislação e tribunais paralelos ao Estado, por exemplo). (ADORNO, 2002, p. 101).

Essas mudanças teriam repercutido também no domínio do crime, da violência e dos direitos humanos. Os antigos padrões de delinquência cometidos por ações individuais e concentrados em torno do crime contra o patrimônio, cujo alcance era apenas local, passou para o crime organizado, operado sob moldes empresariais e com bases transnacionais. Os indícios mais visíveis dessa transformação seriam emprego de violência excessiva com uso de potentes armas de fogo, contrabando de armas, corrupção de agentes do poder público, acentuados desarranjos no tecido social e desorganização das formas convencionais de controle social, sendo o tráfico internacional de drogas a modalidade mais significativa.

Sobre a segunda perspectiva, os estudos reconheciam a incapacidade do sistema de justiça criminal, como as agências policiais, o Ministério Público, os tribunais de justiça e o sistema penitenciário, em conter o crime e a violência nos marcos do Estado democrático de direito. O aumento da criminalidade e o aperfeiçoamento das características não estariam provocando alterações na

atuação do sistema de justiça criminal, que permanecia operando como o fazia há décadas, tornando o Estado incapaz de impor a lei e a ordem: “[...] Esse é um sistema que não se modernizou e não só não se modernizou como, pelo contrário, perdeu um quanto de modernidade ou de racionalidade [...]” (MISSE, 2006, p. 24-25). A impunidade penal se tornaria o resultado mais visível dessa crise do sistema de justiça criminal e “A consequência mais grave deste processo em cadeia é a descrença dos cidadãos nas instituições promotoras de justiça, em especial encarregadas de distribuir e aplicar sanções para os autores de crime e de violência [...]” (ADORNO, 2002, p. 104).

Na terceira perspectiva, os pesquisadores acreditavam que o crime, a criminalidade e a brutalidade contra o delinquente teriam raízes estruturais, estabelecendo uma associação mecânica entre a pobreza e a violência. Esses argumentos logo foram contestados pelas forças conservadoras, que atribuíam a violência mais à falência das políticas retributivas (repressão dos crimes e aplicação das leis penais) do que com à falência das políticas distributivas (estruturais). A comunidade científica percebeu que, embora a maioria dos delinquentes pertencesse às classes trabalhadoras urbanas pauperizadas, a maior parte dessa classe não era delinquente, não residindo o problema na pobreza, mas na criminalização dos pobres (ADORNO, 2002). A relação com a desigualdade econômica ou com a ausência de sistemas eficazes compõe os contextos para a violência prosperar e não a causa para tais acontecimentos (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003). As três perspectivas apontadas por Adorno (2002) ainda figuram em vários estudos científicos no Brasil.

Michel Misse (1997) discute a dinâmica da violência nas áreas urbanas pobres da cidade, “[...] menos pela relação estereotipada drogas-crime e mais como resultante da sobreposição (e das tensões internas) entre esse mercado informal ilegal e outros, particularmente os que se associam à economia da corrupção e às ‘mercadorias políticas’ [...]” (MISSE, 1997, p. 93).

Para o autor, a partir do final da década de 1970, o aumento da violência foi atribuído à inserção das drogas e o seu mercado informal nos grandes centros urbanos, mas mais que o aumento do consumo de drogas entre os jovens de classe média, foi o “medo da violência” a ele associado. O autor demonstra que a droga é mais uma mercadoria do “mercado informal ilegal” que se constrói como “mercadoria política” dentre tantas outras que se teve no Rio de Janeiro,

demonstradas e analisadas na pesquisa<sup>4</sup>. Dessa forma, Misse (1997, p. 94, grifos do autor) entende que “[...] pela sobreposição de *diferentes tipos de mercadorias ilegais com mercadorias políticas*, têm maior importância para a compreensão do problema da violência no Rio de Janeiro, do que a relação estereotipada (e hoje universal) entre drogas e crime [...]”. Em relação aos homicídios, cuja associação é dada com o narcotráfico, Misse (1997, p. 106) argumenta:

Outro grande problema na manutenção seja das redes mais abrangentes, seja da rede do grupo local, é a “cobrança” das diferentes consignações de mercadorias, armas e favores. A protelação da dívida pelo credor pode se transformar em meio de chantagem e seu não pagamento após um “ultimato” em motivo suficiente de eliminação física do devedor. Parte ponderável de homicídios registrados deve-se a cobranças desse tipo. Mas a maioria dos homicídios parece decorrer principalmente de acerto de contas intra e intergrupos e nos conflitos com a polícia e com grupos de extermínio.

Não é por acaso que os corpos são mutilados e as balas são despejadas nas vítimas. Muitos sinais evidenciam a morte marcada, encomendada, planejada. Conforme o autor, parte considerável do lucro obtido no comércio de drogas nas áreas mais pobres é gasta com a compra de mercadorias políticas. Dessa forma, a expansão regular do comércio de mercadorias ilegais ocorre especialmente pelo “[...] emprego da violência na base das relações de poder e a expansão do mercado potencial de mercadorias políticas [...]” (MISSE, 1997, p. 107). Nesse mesmo sentido, a economia da corrupção constitui outras redes de economia informal ilegal que negocia com mercadorias políticas ilícitas e não somente com mercadorias econômicas criminalizadas.

Conforme Misse (1997, p. 114):

São muito diferentes entre si os tipos de “mercadorias políticas”, e a chamada “economia da corrupção”, com toda a sua variedade interna de tipos, é um deles. O que há de específico na corrupção como mercadoria política é o fato de que o recurso político usado para produzi-la é expropriado do Estado e privatizado pelo agente de sua oferta. Essa privatização de um recurso público para fins individuais pode assumir diferentes formas, desde o tráfico de influência até a expropriação de recursos de violência cujo emprego

---

<sup>4</sup> “Proponho, em resumo, chamar de ‘mercadoria política’ toda a mercadoria que combine custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor-de-troca político ou econômico [...]” (MISSE, 1997, p. 115).

legítimo dependia da monopolização de seu uso legal pelo Estado. A corrupção policial, que negocia a “liberdade” de criminosos comuns, contraventores e traficantes, é um exemplo de mercadoria política produzida por expropriação de um poder estatal (no caso, o “poder de polícia”), fazendo uso de recursos políticos (a autoridade investida no agente pelo Estado) para a realização de fins privados.

O assassinato encomendado, realizado por grupos de extermínio, é outra forma de mercadoria política e o emprego da violência ocorre para fins privados.

Alba Zaluar foi a pesquisadora brasileira que se destacou pelo seu pioneirismo na discussão da violência urbana no Brasil. O livro “A máquina e a revolta”, publicado em 1985, marcou o início de uma longa trajetória de pesquisa e investigação nesse campo temático. A autora também é pioneira na relação que estabelece entre a criminalidade violenta e o crime organizado. Essa discussão foi muito questionada pelos pesquisadores brasileiros devido à grande tendência da relação do crime com fatores estruturais, em especial na década de 1980.

Zaluar possui uma vasta produção de pesquisas na área, dentre elas, em “A globalização do crime e os limites da exposição local”, publicado em 1996. Nesse trabalho, Misse e Zaluar convergem com a ideia:

[...] Não por acaso, aqui também continua-se a apresentar os jovens que servem de mão-de-obra barata e bucha-de-canhão do crime organizado como heróicos revoltados contra a iniquidade [sic] da desigualdade social no Brasil e vítimas do extermínio perpetrado pela polícia, sem considerar as complexas relações do crime organizado com o mundo legal dos negócios e as instituições que deveriam combatê-lo, mas na qual alguns enriquecem pela associação comercial com esses jovens pobres que acabam mortos ou presos. (ZALUAR, 1996, p. 66).

A criminalidade violenta, em especial o homicídio, pode ser considerada um fenômeno multifacetário e complexo, bem como suas explicações são diversificadas e contraditórias. Por esse motivo, as teorias explicativas sobre as causas dos homicídios não encontraram, até os dias atuais, uma argumentação aceitável entre os especialistas do assunto. A bibliografia é vasta, bastante complexa e contraditória (BRUIT; ABRAHÃO, 2001).

O objetivo deste capítulo foi explanar o quadro da discussão sobre criminalidade e os homicídios até a atualidade, apresentando as principais relações estabelecidas pelos vários especialistas do assunto. Foram abordadas as

discussões clássicas e contemporâneas até a mudança de paradigma da violência com o advento da globalização. Num último momento, foram apresentadas as discussões no Brasil e as principais tentativas de explicação sobre a temática. No próximo capítulo discute-se o cenário da violência em Foz do Iguaçu e as relações com a fronteira.

### 3 A TRÍPLICE FRONTEIRA INTERNACIONAL: ANÁLISE E DISCUSSÃO

O objetivo do presente capítulo é desenvolver uma discussão sobre a dinâmica da tríplice fronteira internacional formada por Brasil, Paraguai e Argentina. Primeiramente são discutidos os conceitos de território, espaço, fronteira e alteridade, base para o entendimento da discussão subsequente. Em seguida, discute-se a tríplice fronteira, suas cidades formadoras e sua dinâmica transfronteiriça. Por fim, traça-se uma análise da região integrada, sua dinâmica local, sua relação com o contrabando e o descaminho, bem como a discussão sobre a associação com o tráfico de drogas, armas e demais mercadorias ilícitas e a relação com o terrorismo. Todos esses elementos fundamentam as acusações das mídias nacionais e internacionais como um território de contravenções e de insegurança nacional.

#### **3.1 Conceito de Território, Espaço, Fronteira e Alteridade**

O território estudado é a fronteira que envolve áreas contíguas entre os países do Brasil, Paraguai e Argentina.<sup>5</sup> Carece, dessa forma, o entendimento dos conceitos de território, espaço, fronteira e alteridade, pois a definição desses conceitos é variada. Um dos pioneiros na discussão sobre território foi Raffestin (1993). O autor partiu da concepção política de território e da compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, definindo-o da seguinte maneira:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Para Raffestin (1993, p. 144), o território possui ênfase nos aspectos político-administrativos. Ao se apropriar de um espaço, o autor territorializa-o: “[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do

---

<sup>5</sup> Essa região passou a ser denominada tríplice fronteira após os ataques terroristas de 1992 em Buenos Aires, capital da Argentina, e atribuídos aos árabes que residiam em Cidade do Leste.

espaço [...]”, inscrevendo-se num campo de poder, exercido por pessoas ou por grupos. Vários outros autores discutiram o conceito de território ao longo dos anos, dentre eles Haesbaert (2002), que analisou o território com três diferentes enfoques: 1) jurídico-político: quando o território torna-se um espaço delimitado, sendo controlado ao exercer um determinado poder, em especial o estatal; 2) cultural: prioriza as dimensões simbólicas e subjetivas, sendo produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; e 3) econômico: destaca a desterritorialização em sua perspectiva material.

Assim como para Andrade (1995) o conceito de território parte das concepções política e econômica de ocupação do espaço, assim para Raffestin (1993) a ideia de poder é essencial para a análise do território. Andrade (1995), no entanto, diferencia território de espaço. O território seria uma área efetivamente ocupada, tanto por pessoas, quanto por aspectos econômicos, socioculturais, ambientais, etc. O espaço, por sua vez, englobaria ainda as áreas vazias que ainda não se territorializaram.

Para Milton Santos (1985), espaço e território ocorrem pelo processo histórico. A construção do espaço define como o território será organizado econômica, política e socialmente ao longo dos anos. Por esse motivo, espaço e território não podem ser confundidos, conforme afirma:

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (SANTOS, 1996, p. 77).

O território pode ser entendido como o espaço socialmente apropriado e cristalizado num determinado lugar. Para ser entendido como tal a fronteira legal ou imaginária estabelece seus limites. Conforme Albuquerque (2010, p. 33), atualmente a palavra fronteira adquire diversos sentidos: “[...] Utiliza-se este termo tanto no aspecto territorial, delimitando espaços geográficos ocupados pelos mais heterogêneos agrupamentos humanos, como no sentido metafórico [...]”. As fronteiras internacionais sempre foram entendidas no senso comum como fruto de uma fronteira natural. Essa representação foi construída por fatores seculares quando os impérios antigos e reinos medievais não possuíam fronteiras definidas e técnicas aprimoradas para a sua demarcação.

De acordo com Ferreira (1986), fronteira significa a extremidade de um país ou região de um lado onde confina com outro. Limite é a linha de demarcação, uma raia, uma linha real ou imaginária que separa dois terrenos ou territórios contíguos. Por mais que uma fronteira seja vista como zona, faixa ou região, muitos Estados nacionais definem juridicamente uma Faixa de Fronteira por questão de segurança nacional. O Brasil estabeleceu a Faixa de Fronteira em 1974, delimitando-a a 150 km a partir do limite internacional, mas respeitando o recorte municipal (MACHADO, 2005). O Paraguai só estabeleceu Faixa de Fronteira em 2004 e delimitou-a em 50 km a partir do limite internacional (ALBUQUERQUE, 2010).

Conforme Albuquerque (2010, p. 37, grifos do autor):

Os limites políticos e jurídicos das soberanias nacionais são territórios de disputas, barreiras, passagens e *terras de ninguém*. Eles simbolizam aparentemente a fixidez das nações alicerçadas em territórios claramente demarcados. Entretanto, as fronteiras nacionais estão em movimento, impulsionadas por fluxos migratórios, estratégias geopolíticas, as influências econômicas e culturais de determinados países sobre outros e por diversas formas de circulação de mercadorias nos espaços fronteiriços.

Para Martins (2009), as fronteiras são zonas marcadas por tensões, conflitos, disputas e diferenças de saberes. O conflito faz com que a fronteira seja um lugar de descoberta do outro e de desencontro:

[...] Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história do outro. (MARTINS, 2009, p. 133).

Sobre o espaço e o território da fronteira, Martins (2009) compreende o espaço social da fronteira como privilegiado e específico, com componentes marcantes desde sua ocupação (fronteira territorial) até o confronto com o Outro (fronteira do humano) e tudo o que dessa relação decorre, que se manifesta como local de diversas disputas, ocasionadas pelo desencontro étnico e social. A alteridade, nesse sentido, parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e é interdependente dos outros indivíduos. O “eu-individual” existe mediante o contato com o “Outro”. Isso permite compreender o mundo a partir de

um olhar diferenciado, partindo tanto do diferente quanto do eu mesmo, sensibilizado pela experiência do contato. A “[...] noção de outro ressalta que a diferença constitui a vida social, à medida que esta efetiva-se através das dinâmicas das relações sociais. Assim sendo, a diferença é, simultaneamente, a base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito.” (VELHO, 1996, p. 10).

Laplatine (2000, p. 21) argumenta que:

A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) levamos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos “evidente”. Aos poucos, notamos que o menor dos nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não tem realmente nada de “natural”. Começamos, então, a nos surpreender com aquilo que diz respeito a nós mesmos, a nos espiar [...]

A fronteira passa pelo crivo da alteridade, sendo esse o limite e o entrecruzamento geográfico e simbólico das representações da nação. Por esse motivo, “[...] a situação de fronteira é uma situação de conflito ou de fricção [...]” (MARTINS, 2009, p. 29). A fronteira é o conflito e é nesse conflito que a fronteira se constitui um lugar de alteridade. A fronteira não existirá mais quando não existir o conflito, pois o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não existe território sem sujeitos que o constroem. O território se arranja através dos sujeitos sociais em movimento.

Para Barth (1998), o contato entre diferentes grupos étnicos não anula as diferenças culturais, mas fortalece as identidades étnicas na zona de fronteira. A mobilização política constrói a inclusão e a exclusão social e o que distingue os grupos étnicos é organização política e social. Martins (2009), por sua vez, afirma que a fronteira é uma linha de separação, seja ela concreta ou abstrata, mas que necessariamente não seja rígida:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e moral dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós. Quando a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e que nos devorou. (MARTINS, 2009, p. 134).

Albuquerque (2010), além de chamar atenção sobre o fato de as fronteiras não serem estáticas, e sim fenômenos sociais plurais e dinâmicos, acrescenta:

As fronteiras nacionais são fenômenos bem mais complexos, não se resumem a limites, divisas, tratados diplomáticos, nem podem ser simplificados como o lugar do narcotráfico e do contrabando. Não existe a fronteira em abstrato, o que existem são situações sociais e singulares de fronteiras. Alguns fenômenos podem ser generalizados para outros contextos fronteiriços e outros são específicos de uma dada configuração social. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 42).

Alguns postos de fronteira podem ser influenciados pelas diferenças de padrão monetário, de regime político, de etnias, de língua e de religião e isso estabelece controle sobre a travessia de um lado para o outro. Conforme Souza (2009), a fronteira segue duas “lógicas espaciais”, uma é a “lógica territorial tradicional” e a outra é a “lógica reticular”. A lógica tradicional é aquela com controle rígido das barreiras fronteiriças internacionais. Por sua vez, a lógica reticular de organização do território envolve outras relações, como “[...] no vai e vem de brasileiros e de paraguaios na fronteira de Foz do Iguaçu com a Ciudad del Leste e de brasileiros e argentinos na fronteira de Foz do Iguaçu com Puerto Iguaçu [...]” (SOUZA, 2009, p. 106). Assim também ocorre no entrelaçamento de brasileiros, argentinos e paraguaios vistos em território brasileiro. Esse é cotidiano da fronteira, “[...] com aspectos contraditórios, complexos e de complementaridade, seja pelos fluxos de serviços, de informações e de mercadorias ou pelas relações das culturas que os unem e os desunem.” (SOUZA, 2009, p. 106), convivendo com múltiplas redes de solidariedade, de trocas comerciais, culturais e políticas, de caráter transfronteiriço:

São espaços nos quais o local e o internacional se articulam, estabelecendo vínculos e dinâmicas próprias, construídas e reforçadas pelos povos fronteiriços. Neles estão presentes as identidades e as culturas nacionais de cada um dos países envolvidos, que constroem, reelaboram e constituem uma outra cultura e identidade diferenciada, capaz de recriar um novo lugar, com aspectos regionais. São regiões que não “respeitam” as barreiras existentes, já que há ação e interação dos agentes fronteiriços, estimulando dinâmicas fronteiriças informais. (SOUZA, 2009, p. 106).

As discussões mais variadas para se pensar a fronteira apresentadas neste item buscam elucidar, mesmo que parcialmente, a realidade empírica da tríplice fronteira estudada. Para prosseguir com a discussão e elucidar os enigmas dessa região, são apresentadas as cidade que compõem a tríplice fronteira, bem como suas histórias de formação e características relevantes. Por fim, discute-se a posição insistente das mídias locais, nacionais e internacionais sobre a relação com o ilícito, em especial com o narcotráfico. Conforme aponta Albuquerque (2010, p. 38-39, grifos do autor):

*A Tríplice Fronteira* (Cidade do Leste no Paraguai, Foz do Iguazu no Brasil e Puerto Iguazú na Argentina) é geralmente representada a partir de meados da década de 1990, particularmente pela imprensa brasileira e argentina e organismos oficiais de segurança e “inteligência” dos Estados Unidos como um lugar de tráfico de drogas e armas, de lavagem de dólares, de venda ilegal de cigarros, “paraíso de contrabandistas”, santuário da corrupção, impunidade e delinqüência” [sic], espaço de trânsito de *sacoleiros*, e refúgio de traficantes e terroristas árabes (Rabossi, 2002). A ponte da amizade é o foco principal do comércio fronteiriço e das imagens construídas sobre essa fronteira. As notícias abordam os bloqueios na ponte, o aumento da fiscalização e da apreensão das mercadorias vindas do Paraguai, as cenas de violências entre policiais e sacoleiros, bem como os controles e as proibições das entradas de trabalhadores brasileiros no Paraguai. As mercadorias “pirateadas” ou sem nota fiscal compradas em Cidade do Leste e revendidas em todas as cidades brasileiras ajudam também a cristalizar preconceitos sobre a nação vizinha, tais como “país da falsificação”, “tudo que é do Paraguai não presta” etc. [...]

### **3.2 A Tríplice Fronteira Internacional: suas cidades formadoras**

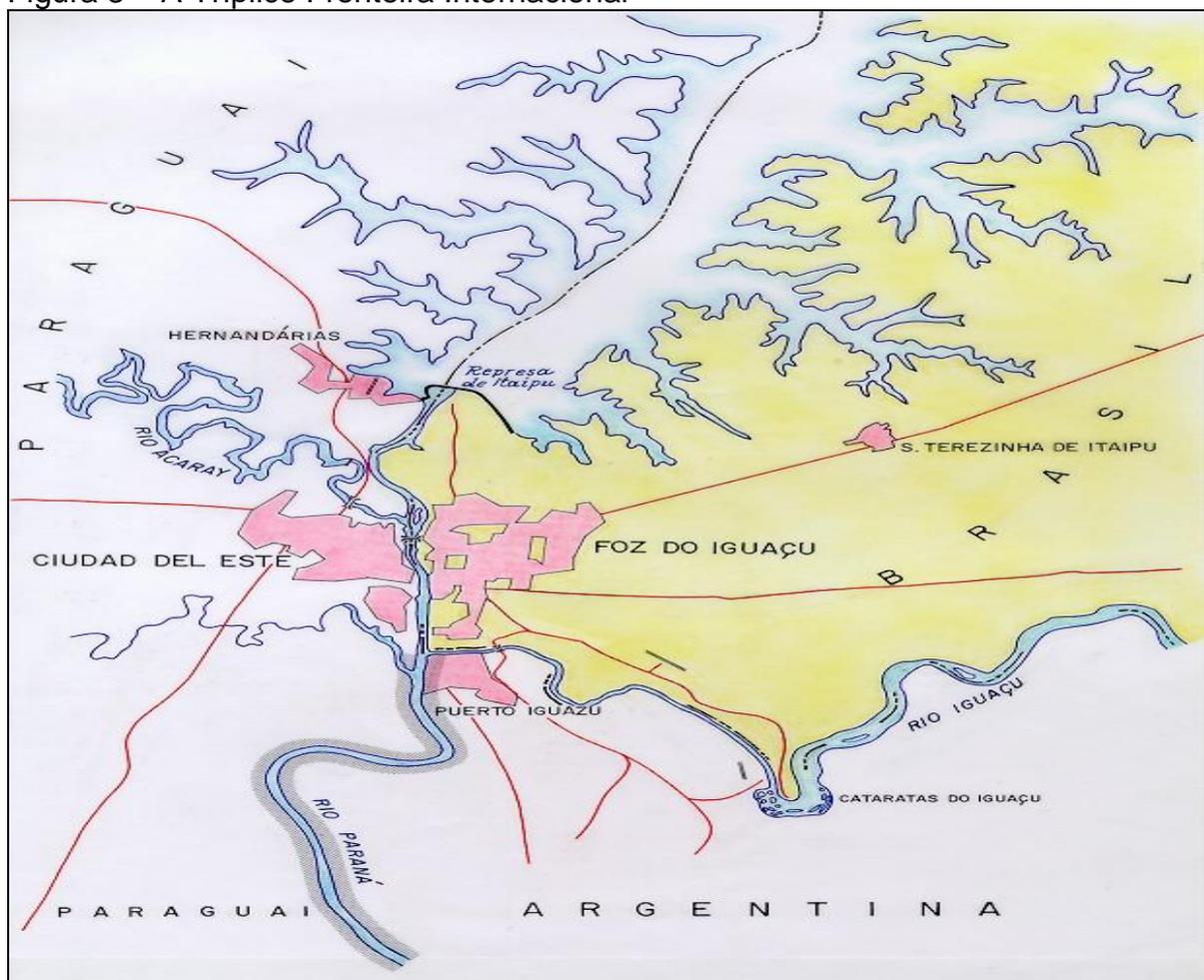
O presente item busca explicar o cenário e o contexto da tríplice fronteira internacional estudada. O termo “Tríplice Fronteira” deriva da interseção das fronteiras de três diferentes países. No total, o Brasil possui nove tríplices fronteiras<sup>6</sup>, dentre elas, a mais notória e foco da análise é entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina, conforme demonstra a Figura 3. O que diferencia essa tríplice fronteira das outras é o adensamento populacional, com a presença de cidades

---

<sup>6</sup> As tríplices fronteiras estão entre: Brasil-Guiana Francesa-Suriname no Amapá; Brasil-Suriname-Guiana no Pará; Brasil-Guiana-Venezuela em Roraima; Brasil-Venezuela-Colômbia no Amazonas; Brasil-Colômbia-Peru também no Amazonas; Brasil-Peru-Bolívia no Acre; Brasil-Bolívia-Paraguai no Mato Grosso do Sul; Brasil-Paraguai-Argentina no Paraná (tríplice fronteira estudada); e Brasil-Argentina-Uruguaí, no Rio Grande do Sul (AMARAL, 2008).

urbanizadas nesses limites territoriais, e a intensidade dos fluxos humanos e econômicos. Além disso, a região localiza-se entre dois Rios: o Paraná e o Iguaçu. O Rio Paraná separa Brasil e Paraguai e ambos são ligados pela Ponte da Amizade entre Foz do Iguaçu e Cidade do Leste. O Rio Iguaçu, por sua vez, separa o Brasil da Argentina e ambos estão conectados pela Ponte Tancredo Neves<sup>7</sup>, entre Foz do Iguaçu e Porto Iguazu (AMARAL, 2008).

Figura 3 – A Tríplice Fronteira Internacional



Fonte: (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011, p. 01).

Conforme Amaral (2008), a tríplice fronteira começou a ser povoada a partir de 1888, com a Colônia Militar de Iguazu do lado brasileiro e a partir da infraestrutura provida pelos postos militares do Brasil e da Argentina, desenvolvendo as cidades de Foz do Iguazu e de Porto Iguazu: “[...] O processo de ocupação é iniciado tanto por Brasil quanto por Argentina após a Guerra do Paraguai com vistas

<sup>7</sup> O nome original era Ponte da Fraternidade.

a estabelecer postos avançados que permitissem a ambos os países atuar sobre a confluência dos rios Paraná e Iguazu [...]” (AMARAL, 2008, p. 09). A região é considerada estratégica em termos geopolíticos devido à relevância de ambos os rios para a comunicação e transporte em territórios até então parcamente ocupados. Até a década de 1950, a região foi pouco povoada. A partir da década de 1960, o contingente populacional local foi ampliado. Na década de 1970, com o início da construção da barragem e da usina Hidrelétrica de Itaipu, a região foi marcada por um intenso crescimento populacional.

Na atualidade, as três cidades juntas somam mais de 500 mil habitantes. Se somadas as conurbações urbanas do lado paraguaio, entre Cidade do Leste, Presidente Franco, Hernandárias e Minga-Guaçu, que formam uma Região Metropolitana, a soma ultrapassa os 800 mil habitantes. Conforme Dreyfus (2007), essa região forma um sistema internacional urbano muito peculiar em relação às outras regiões de fronteiras do Brasil, porque não se trata simplesmente de áreas vizinhas a uma linha de fronteira. As áreas são contíguas também em relação aos aspectos econômicos, culturais, geográficos e de seguridade. Nesse mesmo sentido, comenta:

[...] la Triple Frontera tiene la particularidade de no estar próxima a una zona de conflicto armado de carácter político y de no ser una región inhóspita y desprovista de infraestructura comercial. Todo lo contrario, el eje Ciudad del Este-Foz de Iguazú está interconectado por una impresionante red vial, portuaria, aeroportuaria y bancaria que en términos de su movimiento comercial hace que Ciudad del Este nada tenga que envidiarle a Hong Kong o Miami. (DREYFUS, 2005, p. 13).

Conforme o mesmo autor, a região tem sua própria dinâmica econômica transnacional. A cidade com menor crescimento e expressão econômica é Porto Iguazu, que sobrevive basicamente do turismo e está numa das áreas mais pobres e menos desenvolvidas da Argentina. Os enclaves urbanos e comerciais entre a Região Metropolitana de Cidade do Leste (RMCDL) e Foz do Iguazu estão situados em áreas de forte desenvolvimento agrícola, em especial do cultivo de soja. Foz do Iguazu é uma peça fundamental para a economia regional (Estado do Paraná). Já Cidade do Leste é peça fundamental para todos os setores da economia nacional, sendo a porta de entrada para o porto brasileiro de Paranaguá (Estado do Paraná).

A tríplice fronteira estudada é extremamente complexa. Entender a dinâmica das três cidades formadoras torna-se necessário, pois cada uma possui particularidades e, ao mesmo tempo, características comuns que transpõem o espaço e as formalidades da fronteira internacional. Estudar cada uma das cidades e o que representa para seu respectivo país é o que se pretende fazer nos próximos itens.

### 3.2.1 Porto Iguazu (Argentina)

Porto Iguazu está situada na Província de Misiones, Região Nordeste da Argentina. Na sua inauguração era denominada de Puerto Aguirre. Em 1943 passou a ser denominada como é conhecida na atualidade, mas em 1951 o presidente da Argentina alterou o nome para Eva Perón, contudo, com o fim da ditadura, voltou a ser denominada Porto Iguazu. A cidade foi fundada em 1901 a partir da primeira excursão às Cataratas do Iguazu. De acordo com os Indicadores Sócio-Econômicos de Desenvolvimento Regional do Departamento Iguazú (2001), Porto Iguazú apresentava uma população de 33.799 habitantes, sendo a menos ativa das três cidades que compõem a tríplice fronteira (apud CURY, 2010).<sup>8</sup>

Conforme o autor, a cidade possui pouca imigração comparada a Foz do Iguazu e a Cidade do Leste. Em 1928, foram compradas as terras para a criação do Parque Nacional do Iguazu (PNI-AR) e a instalação da zona militar, mas foi somente em 1934 que o PNI-AR foi criado, impulsionando a atividade turística. A urbanização foi impulsionada com a fundação da Igreja Católica, dos correios, de hotéis, de praças e de mirantes, além de estabelecimentos comerciais, escolas e museu. A incorporação econômica regional ocorreu pelos fluxos comerciais, como o comércio e o turismo. Na década de 1960, as atividades econômicas entre Foz do Iguazu e Porto Iguazu eram marcadas pelos fluxos de produtos agrícolas e têxteis produzidos na Argentina.

Essa cidade é diferente das suas vizinhas. A economia de Porto Iguazu é periférica para o país e sua base de sustentação é turística através da infraestrutura hoteleira. Porto Iguazu e a RMCDL não possuem ligação por ponte, para ir de uma cidade à outra é necessário atravessar o Rio Paraná via balsa, ou ir a Foz do Iguazu através da Ponte Tancredo Neves e depois passar a Ponte da Amizade. A aduana é

intensamente vigiada pelas autoridades de saúde e de imigração. O trânsito entre Foz do Iguaçu e Porto Iguaçu via Ponte Tancredo Neves é considerado pouco intenso em relação à Ponte da Amizade, por transitarem diariamente somente cerca de 4.000 pessoas (DREYFUS, 2007). A Figura 4 apresenta a Ponte Internacional Tancredo Neves, que liga Foz do Iguaçu com Porto Iguaçu, inaugurada em 1985.

Figura 4 – Ponte Internacional Tancredo Neves



**Fonte:** (STATIC.PANORAMIO, 2011, p. 01).

\*NOTA: Ao lado esquerdo do Rio Iguaçu fica a Argentina e ao lado direito o Brasil.

A cidade de Porto Iguaçu registra baixas taxas de delinquência e conta com forte presença de organismos de segurança federal, como a polícia federal, a guarda costeira e o setor de inteligência. Esse reforço aduaneiro está relacionado com a suspeita de presença terrorista na Cidade de Leste e em Foz do Iguaçu, após os ataques terroristas contra instituições israelenses e judeus em Buenos Aires, capital da Argentina, na década de 1990 (DREYFUS, 2007).

---

<sup>8</sup> Os dados atualizados pelo Censo da Argentina de 2010 não foram divulgados.

### 3.2.2 Região Metropolitana de Cidade do Leste (RMCDL) (Paraguai)

Cidade do Leste está localizada na região oriental do Paraguai, capital do Departamento de Alto Paraná. A cidade, além de ser vizinha de Foz do Iguaçu, faz conurbação com outros três municípios paraguaios: Presidente Franco (faz divisa com Porto Iguaçu, Foz do Iguaçu, Cidade do Leste e Minga-Guaçu), Hernandárias (faz divisa com Foz do Iguaçu, Cidade do Leste e Minga-Guaçu) e Minga-Guaçu (faz divisa com Cidade do Leste, Hernandárias e Presidente Franco). Os dados a seguir sobre essas cidades são oficiais e pertencem à obra "Geografia Ilustrada do Paraguai" (2007 apud CURY, 2010).

Presidente Franco foi fundada em 1929, sendo um dos principais portos fluviais do Paraguai, com o transporte de madeira, erva-mate e soja. De acordo com a Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC) do Paraguai, em 2007 a cidade de Presidente Franco possuía 68.242 habitantes. É considerada uma cidade dormitório, pelo trabalho formal e informal que a maioria de seus habitantes fazem em Cidade do Leste. Os atrativos turísticos naturais são: Saltos do Monday, a estação do Tape Avirú, o Monumento Científico Moisés Bertoni e o marco das três fronteiras. As atividades econômicas estão atreladas à exportação da madeira e com a agricultura da soja.

A cidade de Hernandárias localiza-se ao norte de Cidade do Leste e foi emancipada em 1938. De acordo com a DGEEC, em 2007 a cidade de Hernandárias possuía 79.735 habitantes. Inicialmente a economia da cidade era dependente da produção ervateira. O desenvolvimento urbano foi estimulado pela construção das usinas hidrelétricas de Acaray (1968) e da Itaipu Binacional (1976-1982). Destaca-se pela agricultura, pecuária bovina, exploração de madeira e pelo comércio. Os atrativos turísticos principais, além das usinas hidrelétricas, são: a Reserva Biológica de Itabó; o Museu da Terra Guarani; o Museu de História Natural; o Zoológico de Itaipu; o Viveiro Florestal; a Estação de Aquicultura; e o Refúgio Tati Yupi.

A cidade de Minga-Guaçu foi fundada em 1958. De acordo com a DGEEC, em 2007 a cidade possuía 60.719 habitantes. As atividades econômicas se fundamentam na Cooperativa, tendo instalado na cidade a multinacional Cargil (brasileira), convertida em um complexo agroindustrial, possuindo a maior produção

de óleo de soja do Paraguai. O Aeroporto Internacional Guarani se localiza nesse município, a 30 km de Cidade do Leste.

A Cidade do Leste é a capital do Departamento de Alto Paraná e foi fundada em 1957 com o nome de Puerto Flor de Lis em função da abertura da Ponte da Amizade que ligaria ao Brasil. Logo foi denominada Puerto Presidente Stroessner, por ser fundada no período de governo de Alfredo Strossner, e somente em 1989 passou a ter a denominação atual, após a queda do ditador.<sup>9</sup>

Conforme Cardin (2010, p. 03):

A fundação de Porto Presidente Stroessner, ocorrida em 28 de janeiro de 1957 pelo decreto do poder executivo paraguaio de nº 24.634, estava alicerçada nos interesses políticos e econômicos de algumas frações da classe dominante paraguaia que visavam à consolidação de uma rota internacional que possibilitasse a exportação da produção agrícola nacional pelo Oceano Atlântico. Neste sentido, foram estabelecidos os primeiros acordos bilaterais entre Brasil e Paraguai, possibilitando o escoamento da produção paraguaia através da utilização dos portos de Santos/SP e Paranaguá/PR, definindo a região onde seria construída a ponte que ligaria as duas nações e indicando os setores econômicos que receberiam os primeiros investimentos no intuito de promover o desenvolvimento da nova cidade.

De acordo com a DGEEC, em 2007 a cidade possuía 320.782 habitantes sendo a segunda maior cidade do Paraguai em termos populacionais, perdendo somente para Assunção, capital do país. Conforme se percebe na Figura 5, ao contrário de Foz do Iguaçu cuja área central da cidade está afastada da ponte da amizade, Cidade do Leste encontra-se na desembocadura da Ponte da Amizade como se tratasse de um prolongamento urbano. Apesar disso, a urbanização de Foz do Iguaçu avançou até a cabeceira da ponte devido ao comércio de exportação (apud CURY, 2010). Cidade do Leste teve um desempenho econômico acentuado na década de 1960 com a construção da Ponte da Amizade e na década de 1970 com a construção da represa de Itaipu, consolidando a economia local e a rápida urbanização (DREYFUS, 2007).

---

<sup>9</sup> O presidente Alfredo Strossner do Partido Colorado foi presidente do Paraguai entre 1954 e 1989.

Figura 5 – Ponte Internacional da Amizade



Fonte: (LIDIANOPOLISNEWS, 2011, p. 01).

Em termos populacionais, Cidade do Leste tem descendentes diretos e indiretos de guaranis, paraguaios, brasileiros, argentinos, libaneses, palestinos, sírios, chineses, coreanos, entre outros, que se ocupam como comerciantes, consumidores, cambistas, ambulantes, turistas, laranjas, sacoleiros, entre outros (CURY, 2010). Conforme Dreyfus (2007, p. 110): “[...] El mayor grupo étnico de la ciudad son los chinos, con alrededor de 30.000 miembros de los cuales 9.000 están legalmente registrados, seguido por alrededor de 3.000 inmigrantes árabes [...]”. A maioria da população árabe é libanesa e chegaram ao Brasil durante a guerra civil do Líbano nos anos 1980. Grande parte do comércio também é controlada por esses imigrantes.

Em relação aos libaneses e chineses, muitos residem e colocam seus filhos em colégios de Foz do Iguaçu pela melhor estrutura urbana, no entanto, para os que possuem carro, a maioria é com placa paraguaia, devido aos baixos impostos. A maioria dos empregados é composta por brasileiros e paraguaios que vivem nessa fronteira internacional, na informalidade como sacoleiros ou laranjas, fazendo o

contrabando “formiguinha”.<sup>10</sup> A travessia da Ponte da Amizade é feita a pé, de mototáxis, táxis, vans e ônibus (CURY, 2010).

Entre 1972 e 2002, a população de Cidade do Leste praticamente duplicou a cada década, passando de 26.485 habitantes em 1972, para 223.350 habitantes em 2002 (RABOSSI 2004). Segundo Cardin (2010), o súbito aumento é explicado por três fatores: 1) o desenvolvimento da rota internacional no Paraguai, facilitando o deslocamento de trabalhadores e o escoamento e armazenamento da produção de grãos paraguaios; 2) a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, iniciada em meados da década de 1970 e concluída ao final da década de 1980, momento que chegou a possuir 40.000 funcionários, sendo a metade paraguaia; e 3) o crescimento acentuado do comércio internacional na região. Para Rabossi (2004), o súbito aumento populacional de Cidade do Leste está vinculado predominantemente ao dinamismo adquirido pelo movimento comercial. A venda de produtos importados tornou-se altamente atrativa e transformou a cidade em um dos centros comerciais regionais mais importantes na América Latina.

O microcentro ou a área central de Cidade do Leste é formado por uma aglomeração com formato labiríntico. Nesse local encontram-se vários negócios de importação e exportação, galerias e casas comerciais com venda de eletrônicos e informática e postos de venda informal. A venda desses produtos ocorre num ambiente de “turismo de compras” (CURY, 2010).

Conforme Cardin (2010, p. 06):

[...] Aproveitando-se da diferença dos preços existentes entre os produtos importados e típicos do Paraguai em relação aqueles fabricados no Brasil ou na Argentina, milhares de pessoas das mais diferentes origens se instalaram na região, montando lojas nas inúmeras e irregulares galerias existentes em Ciudad Del Este ou instalando pequenas *mesitas* nas vias públicas do município. Estas mesitas são pequenas mesas portáteis utilizadas para a exposição das mercadorias nos locais de maior movimentação de turistas [...]

De acordo com Rabossi (2004), trata-se de um mercado fronteiriço que tira proveito das diferenças de preços e produtos entre distintos espaços nacionais e milhares de compradores se abastecem de produtos. Trata-se, enfim, de um mercado transnacional com circuitos comerciais, que articula múltiplos espaços

---

<sup>10</sup> Comércio ilícito de pequena escala.

localizados em diversos continentes através de comerciantes e de mercadorias. A principal atividade econômica da cidade é o comércio de bens de consumo importados, em especial do Sudeste Asiático, que são reexportados legal e ilegalmente para o Brasil:

A rota China-Paraguai-Brasil corresponde ao sistema de produção no sul da China, à importação dos mesmos pelos imigrantes chineses e árabes que estão no Paraguai e à revenda para os sacoleiros brasileiros que, por meio do trabalho “formiga”, são responsáveis pela presença de grande parte desses bens nos mercados populares do Brasil [...] (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 119).

Para Cury (2010), existem quatro pontos principais que determinam a dinâmica urbana de Cidade do Leste. 1) os fluxos econômicos relacionam-se com a diferença dos preços, pois que, além dessa comodidade na aquisição, são produtos diversificados desde os de subsistência até os de mercado de armas e drogas; 2) a cooperação de grupos como de libaneses, palestinos, sírios, chineses e coreanos que dominam o mercado (com os modernos *shopping centers*) até as lojas mais modestas (predominando os imigrantes como donos dos estabelecimentos comerciais) e predominando os paraguaios e brasileiros como os trabalhadores e empregados formais e/ou informais; 3) a multidão que compõe esse espaço urbano e as forças controladoras desse fluxo humano na fronteira (Polícia Federal/BR Guarda Nacional/PY). Esses fatores fazem do comércio entre as cidades uma situação de risco devido ao comércio de mercadorias ilegais, misturadas com o comércio de produtos legais. Além disso, existem os paraguaios que atravessam a ponte com mercadorias industrializadas do Brasil. De uma maneira geral, o vai e vem de pessoas é a característica mais marcante do lugar; 4) o trânsito pela manhã e à tarde. Estima-se que, em dias de grande fluxo, aproximadamente 20 a 40 mil pessoas atravessam a ponte, com predominância de veículos brasileiros e paraguaios. Além dos baixos custos das mercadorias, esse fluxo ocorre também devido à posição geográfica, em especial devido à Zona de Livre Comércio (ou Zona Franca Comercial).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Cidade do Leste é considerada a terceira maior zona franca do mundo.

[...] Em função do seu caráter de extraterritorialidade aduaneira, essas zonas funcionam como entrepostos para o comércio de triangulação (reexportação), devendo favorecer a distribuição dos produtos importados para outros Estados. É comum, portanto, que estas se localizem, de forma descontínua, ao longo da zona contígua das divisas internacionais, e obedecendo ao padrão de ocorrência de centros atacadistas coincidentes com as cidades-gêmeas. (CURY, 2010, p. 142).

O Paraguai não tem saída para o mar. Por esse motivo tem um acordo com o Brasil para armazenar suas mercadorias nos portos de Paranaguá (Estado do Paraná) e Santos (Estado de São Paulo), portos mais movimentados do Brasil.<sup>12</sup> As práticas internacionais e os regulamentos proíbem a abertura de contêineres em trânsito para um país terceiro, a menos que haja uma ordem judicial. Dessa maneira, Dreyfus (2007) acredita que são traficadas pelo corredor Paranaguá-Foz do Iguaçu armas e munições que reingressam ao Brasil por Cidade do Leste ou por vias fluviais, terrestres ou aéreas.

### 3.2.3 Foz do Iguaçu (Brasil)

Foz do Iguaçu está situada no extremo Oeste do Estado do Paraná, Região Sul do Brasil. De acordo com os registros da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2010), a história conta que o primeiro europeu que descobriu as Cataratas do Iguaçu foi o conquistador Álvaro Nuñez “Cabeza de Vaca”, em 1542, vindo da Espanha, quando pretendia chegar a Assunção, no Paraguai. De acordo com o Tratado de Tordesilhas, no período, o território iguaçuense pertencia à Coroa Espanhola, mas por tratados imperiais posteriores passou ao domínio português.

Na década de 1760, o Conde Oyeras Pombal solicitou ao Capitão Geral de São Paulo a fundação de um estabelecimento militar onde, na atualidade, é o município de Foz do Iguaçu, para assegurar sua posse ao Brasil. No ano de 1897 foi criada a Agência Fiscal, chefiada pelo Capitão Lindolfo Siqueira Bastos. Na ocasião foi registrada a existência de 13 casas e alguns ranchos de palha. No início do século XX, a população era próxima a 2.000 pessoas e possuía uma hospedaria, quatro mercearias, um quartel militar, mesa de rendas e estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e agricultura de subsistência. Antes, no entanto, em 1889 foi fundada a Colônia Militar na fronteira, que tinha competência para distribuir

terrenos a colonos interessados, marcando a ocupação efetiva desse lugar por brasileiros, pois o território era ocupado e explorado por argentinos e paraguaios a serviço dos ingleses, que se dedicavam à extração da erva-mate e da madeira, exportadas via Rio Paraná:

Durante a época imperial, esta região ficou praticamente esquecida. A fronteira brasileira com o mundo espanhol havia sido definida pelo Rio Paraná. A solidez dessa fronteira, passando por um rio caudaloso, levou provavelmente ao desinteresse de sua colonização durante todo o século XIX. Nenhuma estrada ou picada foi aberta durante o período imperial até as margens do rio Paraná. Por terra era praticamente impossível chegar até essa região fronteira. Em meados do século XIX o Brasil assinou tratados de navegabilidade fluvial com a Argentina e o Paraguai. Esses países permitiram ao Brasil a navegabilidade dos Rios Paraná e Paraguai, a fim de que os brasileiros pudessem chegar à isolada província de Mato Grosso. Em contrapartida, a Argentina obteve do Brasil a permissão de navegar o Rio Paraná, da foz do rio Iguazu até as Sete Quedas, ficando mais exposta à penetração Argentina, via fluvial, do que à ligação terrestre com os grandes centros brasileiros. (WACHOWICZ, 2002, p. 231).

Segundo a Prefeitura Municipal de Foz do Iguazu (2010), a Colônia Militar tornou-se a “Vila Iguassu”, distrito do município de Guarapuava em 1910. Em 1912, através do ministro da Guerra, a Colônia foi emancipada e se tornou um povoamento civil do Paraná. O município de Foz do Iguazu foi emancipado em 1914, mas passou a ser reconhecido por esse nome em 1918.

A partir da década de 1930, incentivados pela política de Getúlio Vargas, chegaram os primeiros agricultores do Rio Grande do Sul, no movimento conhecido como expansão das fronteiras agrícolas no Brasil. No início, a estrutura fundiária era baseada na pequena propriedade rural, mas o principal empecilho para a região era o sistema viário. Após a construção de algumas redes viárias, a agricultura conseguiu maior dinamismo. Como reflexo, ocorreu aumento na demanda por bens manufaturados e crescimento no número de estabelecimentos comerciais:

É também da era Vargas a criação da chamada “Marcha para o Oeste”, política de ocupação brasileira no território de fronteira com a Argentina e com o Paraguai. Várias estratégias são adotadas e, dentre elas, a necessidade de intensificar o povoamento intensivo, promovendo o aproveitamento das riquezas naturais através da colonização de suas terras. Inteiramente inserida nos objetivos desenvolvimentistas do governo federal e estadual, a colonização

---

<sup>12</sup> Existe um acordo com a Argentina também, mas este se deu muito recentemente.

prevista deveria ser baseada na pequena propriedade e ter um sentido agro-industrial. Mas até a década de [19]40, momento da intensa migração, houve a ocupação das terras de modo esporádico, por colonos advindos das velhas colônias de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina [...] (SILVA, 2006, p. 13).

No ano de 1965 foi inaugurada a Ponte Internacional da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai. Quatro anos mais tarde (1969) foi construída a BR-277, que liga Foz do Iguaçu a Curitiba e ao litoral paranaense. Através dessa rodovia houve um aceleramento do desenvolvimento da cidade, que possuía, na época, aproximadamente 35.000 habitantes. Em 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado para a construção da Hidrelétrica de Itaipu (Figura 6). Com o início da obra ocorreu um crescimento populacional e econômico intenso na cidade de Foz do Iguaçu. Entre os anos de 1978 a 1981, aproximadamente 5.000 pessoas eram contratadas todos os meses para trabalhar na construção da hidrelétrica. No auge de sua edificação, a barragem chegou a ter 40.000 trabalhadores nos dois países. A inauguração da hidrelétrica ocorreu em 1982 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2010).

Figura 6 – Hidrelétrica Binacional de Itaipu



Fonte: (ITAIPU BINACIONAL, 2011, p. 01).

A construção da Hidrelétrica de Itaipu, na década de 1970, provocou consideráveis mudanças na expansão demográfica de Foz do Iguaçu. Em 1960 a população era de 28.080 habitantes, sendo que em 2008 essa população era estimada em 319.189 habitantes (IBGE, 2010). O grande contingente populacional atraiu a presença de pessoas que buscavam uma cidade com oportunidades de novos empreendimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços para atender às necessidades da população local, aumentando a geração de renda, tributos e consumo. A Tabela 1 apresenta o acréscimo populacional de Foz do Iguaçu, de acordo com seus ciclos econômicos.

Tabela 1 – Acréscimo de habitantes em função dos ciclos econômicos

<b>Período</b>	<b>Ciclo Econômico</b>	<b>Acréscimo Populacional</b>
1870 / 1970	Extração da Madeira e Cultivo da Erva-Mate	33.966
1970 / 1980	Construção da Usina de Itaipu	102.355
1980 / 1995	Exportação e Turismo de Compras	74.861
1995 / 2008	Comércio, Turismo de Compras e Eventos	108.007

**Fonte:** (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2010, p. 01).

A formação populacional de Foz do Iguaçu, marcada por ciclos econômicos temporários, não ofereceu condições para um desenvolvimento local sustentável (CARDIN, 2005). Por mais que os estudos apontem a construção da Hidrelétrica de Itaipu como um marco econômico e social, ela ocasionou influências positivas e negativas para a cidade. As influências positivas foram os *royalties* pagos a Foz do Iguaçu, fonte de recursos para o município. Por outro lado, a sua construção foi responsável pelo rápido crescimento demográfico e geradora de empregos para os imigrantes. Com o término da construção, a demissão de milhares de trabalhadores se constituiu em problema de ordem econômica e social (ROSEIRA, 2009).

Com fim da construção e início do funcionamento da Hidrelétrica de Itaipu, o comércio de exportação e turismo de compras com o Paraguai foi intensificado, causando movimento migratório para o município e originando amplas invasões em áreas públicas e privadas. Com o aumento do desemprego e a fuga para o trabalho informal ocorreu o aumento de favelas e das dificuldades dos setores sociais, como na educação, na saúde e na segurança pública (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2010).

Foz do Iguaçu vive da economia do turismo, seja ele de compra ou de passeio. Além disso, tem um aeroporto internacional e uma grande infraestrutura

hoteleira. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos habitantes da cidade é de 5.997 dólares, maior que o PIB *per capita* do Brasil, que é de 3.430 dólares. Dreyfus (2007) suspeita que a relação com o setor informal da economia de Cidade do Leste ajuda a manter o alto padrão do município. O município é um dos três maiores polos da Mesorregião Oeste do Paraná<sup>13</sup> (ROSEIRA, 2009) e um dos enclaves urbanos e comerciais dentro do Paraná, considerado um dos Estados mais prósperos do Brasil, por ser o maior produtor de grãos nacional e possuir um importante parque industrial na Região Metropolitana de Curitiba (DREYFUS, 2007).

No artigo de Carvalheiro, Stamm e Ferrera de Lima (2003), “A análise da movimentação turística no município de Foz do Iguaçu – Paraná (1983-2000)”, o objetivo foi analisar a movimentação turística de Foz do Iguaçu no período de 1983 a 2000 de forma contextualizada com o ambiente social e econômico. A metodologia aplicada foi a análise econométrica. Os resultados alcançados com a pesquisa foram que as variáveis Produto Interno Bruto *per capita* (PIB) do município, Índice do Custo de Vida (ICV) e o total de turistas que visitaram o município no ano anterior influenciam direta e indiretamente nas oscilações da demanda pelo turismo no município. A análise revelou a relação existente entre turismo e renda. Os autores perceberam que qualquer oscilação econômica no contexto global pode variar a demanda turística, recebendo influência direta da economia mundial e/ou nacional.

Foz do Iguaçu possui a segunda maior comunidade de imigrantes árabes do Brasil, atrás somente da cidade de São Paulo. Grande parte dos árabes são libaneses e descendentes de imigrantes libaneses. A primeira onda imigratória ocorreu no início do século XX, com a maioria de cristãos maronitas e católicos, e a segunda, na década de 1980, em decorrência da guerra civil no Líbano, principalmente por muçulmanos xiitas. O município abriga entre 20 e 30 mil imigrantes árabes, sendo a maioria donos de estabelecimentos comerciais em Cidade do Leste (DREYFUS, 2007). Por serem ligados ao islamismo, esses imigrantes foram considerados pelo governo argentino, na década de 1990, e no início do século XXI, pelo governo americano, como subsidiadores do terrorismo, como será discutido no item seguinte.

---

<sup>13</sup> “[...] os pólos são caracterizados por um conjunto de fatores que definem sua influência regional, marcada por uma concentração de atividades econômicas, políticas e sociais que não são restritas

O presente item demonstrou as particularidades dos três países e das cidades que compõem a Tríplice Fronteira Internacional. Pode-se afirmar que, para a Argentina, a região tem pouca influência econômica, social e espacial, tanto regionalmente como nacionalmente. No lado brasileiro, a influência é regional. O município de Foz do Iguaçu tem posição de destaque para o Estado do Paraná. Por sua vez, no lado paraguaio, a região tem influência nacional. De um modo geral, a fronteira é singular e possui dinâmicas econômicas, sociais e demográficas extremamente peculiares, como se demonstra no item a seguir.

### **3.3 A Tríplice Fronteira Internacional: considerações sobre um espaço de fronteira territorializado**

O presente item tem a pretensão de discutir a Tríplice Fronteira Internacional enquanto espaço integrado. A análise em casos isolados pode distorcer a análise da região e de sua dinâmica local. Entender o papel de cada cidade e a sua contribuição para a formatação atual é de suma importância, em especial para entender o que se propõe nesta dissertação: entender os fatores que estão atrelados aos homicídios em Foz do Iguaçu.

Lima (2007) criticou a forma como os estudiosos brasileiros tratam essa fronteira. A maneira como a cidade de Foz do Iguaçu é estudada relega a sua condição de aglomeração urbana, bem como sua complexidade multinacional ao desconsiderar a cidade no contexto de sua vizinhança paraguaia e argentina: “[...] Apesar de situar-se entre as maiores cidades do estado [do Paraná] quando compreendida isoladamente, a real dimensão da vida e dos negócios na cidade é demasiado limitada quanto se pensa apenas por esse ponto de vista [...]” (LIMA, 2007, p. 02).

A região da tríplice fronteira compõe uma das maiores aglomerações internacionais do continente americano e a maior da América do Sul. Por esse fator, Lima (2007) questiona que a cidade de Foz do Iguaçu, no ano 2000, com 260 mil habitantes, pertencia a uma aglomeração com mais de 600 mil habitantes, muitas vezes ignorada pelos estudos brasileiros, devido à separação formal das fronteiras e

---

ao seu perímetro, mas que têm o poder de se irradiar por toda a região a que pertence.” (ANDRADE, 1987 apud ROSEIRA, 2009, p. 01).

pelas divisões administrativas e histórico-culturais.<sup>14</sup> Essa aglomeração, no entanto, estava diretamente interligada em relação ao trânsito, à saúde, à educação, ao mercado de trabalho e à economia.

O principal marco da região foi a construção da Hidrelétrica de Itaipu:

A construção da hidroelétrica de Itaipu (1974-1984) produziu uma profunda transformação demográfica e infra-estrutural, a qual veio a se juntar com as transformações em andamento na região. O comércio continuou crescendo em ambos lados da ponte. No lado brasileiro, as numerosas importadoras transformaram Foz do Iguaçu num dos mais importantes entrepostos de produtos brasileiros para exportação; comércio desenvolvido por comerciantes árabes, brasileiros e também paraguaios. Junto às carretas que atravessavam a ponte, centenas de paraguaios – milhares depois começaram a viver da introdução de mercadorias brasileiras no território paraguaio. No lado paraguaio a oferta de importados ampliou-se. Muitos representantes de firmas internacionais estabeleceram-se lá e, com o passar do tempo, à variedade de artigos importados tradicionais veio somar-se a crescente produção asiática, particularmente chinesa. (RABOSSI, 2004, p. 03-04).

Para Cardin (2009), a criação da Zona Franca na Cidade do Leste na década de 1960 criou uma área de livre comércio que atraiu um contingente de trabalhadores desempregados ao microcentro. Eles negociavam mercadorias com custos baixos, vendendo-as, após atravessar o Rio Paraná, no território brasileiro. De acordo com a classificação internacional da Revista Forbes (1994), além do setor hoteleiro, do comércio de fronteiras e da geração de eletricidade, a aglomeração da tríplice fronteira foi considerada, no início da década de 1990, o terceiro maior centro comercial do mundo, perdendo apenas para Hong Kong e Miami.

Esse pode ser um fator que ajuda explicar a terceira posição da cidade no Produto Interno Bruto (PIB *per capita*) do Estado, cujo valor é o dobro de Curitiba, capital do Paraná. Curitiba é uma cidade cuja industrialização é significativa e ocupa, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2005), o primeiro espaço paranaense sob o ponto de vista socioeconômico (apud LIMA, 2007). Além do comércio de mercadorias, o alto valor

---

<sup>14</sup> Esses números ignoram as populações das cidades que fazem conurbação com Cidade do Leste no lado paraguaio. A população de todos os municípios da tríplice fronteira está estimada em mais de 800 mil habitantes na atualidade. Isso é uma marca impressionante para uma tríplice fronteira internacional e se configura como uma metrópole regional.

do PIB também pode estar atrelado aos *royalties* que Foz do Iguaçu recebe anualmente.

A década de 1990 foi marcada pela abertura econômica dos Estados nacionais e pelo auge da globalização econômica. Cardin (2009), no artigo “Globalização e desenvolvimento regional na Tríplice Fronteira”, problematiza as relações entre o processo de globalização e as possibilidades de desenvolvimento regional:

Observando rapidamente o contexto da Tríplice Fronteira, é possível verificar a fusão destas diferentes perspectivas de análise da globalização. Simultaneamente, a região possibilita a padronização do consumo e dos valores por intermédio de seus impostos diferenciados e de suas zonas francas internacionais, que disponibilizam mercadorias com alto valor agregado, produzidas nas mais diferentes partes do globo terrestre. Somando-se a isso, é identificada a facilidade de comunicação e trânsito existente entre os moradores de Foz do Iguaçu/Brasil, Ciudad Del Este/Paraguai e Puerto Iguazu/Argentina, que estreitam os laços sociais e culturais dos habitantes da região. É de conhecimento geral o fluxo de trabalhadores nos diferentes mercados da fronteira, a busca de um lazer diferenciado durante os períodos de ócio e, principalmente, uma alta circulação de capital, fato que cria uma forte relação de interdependência entre as três economias. (CARDIN, 2009, p. 164-165).

A abertura econômica da década de 1990 e o seu impacto, bem como os ajustes fiscais e cambiais da década proporcionaram transformações nas configurações da economia local no Brasil, no Paraguai e na Argentina. Com a igualdade cambial entre o peso argentino e o dólar americano, Porto Iguaçu sentiu os impactos, pois os produtos e serviços encareceram e provocaram a maior recessão econômica na história do município. Isso dificultou o consumo dos turistas brasileiros, que compravam cosméticos, roupas e produtos alimentícios no mercado argentino. Por sua vez, Cidade do Leste é diretamente dependente dos processos produtivos e de acumulação globais (CARDIN, 2009). Ainda na década de 1990, algumas medidas, como a redução de impostos para importação de produtos no Brasil e na Argentina, a vigência do Mercosul em 1994 e diversas políticas cambiais provocaram decréscimos da atividade comercial, especialmente em Foz do Iguaçu e Cidade do Leste (RABOSSI, 2004).

Conforme Roseira (2009), o Plano Real foi uma das políticas cambiais que mais geraram impactos na região, em especial em Foz do Iguaçu. A cidade sempre

teve um forte poder de atração sobre a população das cidades da tríplice fronteira, como as lojas de roupas, de móveis, os supermercados, as farmácias, entre outros, que obtinham lucros elevados com o atendimento da população dessas cidades. A capacidade de atração do seu comércio para prestação de serviços foi afetada pela valorização do real brasileiro em relação às moedas estrangeiras, em especial perante o dólar americano. Por outro lado, a valorização do real impulsionou o turismo de compra em Cidade do Leste, porque a comercialização das mercadorias era feita em dólar. Dessa forma, o turismo de compra em Cidade do Leste impulsionou outros setores de Foz do Iguaçu, como a hotelaria e o transporte urbano:

Durante a década de 1990 a região referida vivenciou uma intensa movimentação de compristas motivada pelos valores competitivos das mercadorias negociadas em Ciudad Del Este, pela baixa no preço do dólar, pela fragilidade na fiscalização da Receita Federal e pelo desemprego estrutural que atingia a população brasileira. Milhares de trabalhadores visitavam diariamente as vielas do município paraguaio atrás dos melhores preços com o intuito de revender as mercadorias de forma lucrativa nos mais diferentes lugares do território brasileiro. Muitos sacoleiros atravessavam o país em comboios para transportar a maior quantidade possível de produtos, utilizando outros trabalhadores para auxiliarem nos serviços executados, gerando uma grande rede de negócios e ocupando um contingente populacional significativo. (CARDIN, 2011a, p. 02-03).

A região estudada tem alta sensibilidade às mudanças globais e às variações cambiais. Nesse contexto, o contrabando e o descaminho<sup>15</sup> se inserem com maior facilidade, pelas disparidades econômicas, tributárias e legislativas entre os Estados-nação. Roseira (2009) chama a atenção para o fato de que o contrabando não ocorre somente quando os produtos paraguaios são importados, especialmente da China, através dos Portos de Santos (São Paulo) e de Paranaguá (Paraná). O contrabando ocorre também com muitos produtos brasileiros que, teoricamente, são exportados ao Paraguai, escapando da alta carga tributária e voltam ao Brasil de forma ilegal: contrabandeados ou falsificados: “[...] Segundo estimativas da Polícia Federal, a falsificação de cigarros a partir do Paraguai já

---

<sup>15</sup> A diferença entre o contrabando e o descaminho é a licitude do objeto. No contrabando existe o trânsito de um objeto ilícito, como as drogas. No descaminho, o trânsito do objeto é lícito, mas o recolhimento de tributos nascentes do trânsito de mercadorias não ocorre, subsistindo a sonegação

custava ao Brasil em 2000 um valor de 560 milhões de dólares de perdas em impostos [...]” (ROSEIRA, 2009, p. 10). Além do cigarro, a falsificação envolve bebidas alcoólicas, roupas de grifes famosas, perfumes, tênis e artigos esportivos em geral:

Uma imensa variedade de produtos, preferencialmente cigarros e os diversos segmentos eletrônicos, retornam ao Brasil [levadas ao Paraguai via porto de Santos e/ou Paranaguá] sem pagar qualquer imposto de importação. Televisões, Aparelhos de Som (doméstico e automotivo), Máquinas Fotográficas, Filmadoras, Vídeo Games, Computadores, Softwares, Bebidas e Perfumes são apenas parte da variedade de produtos que envolvem uma massa de *sacoleiros* e comerciantes de várias regiões de Paraná e de vários Estados brasileiros. (ROSEIRA, 2009, p. 10).

A atividade dos sacoleiros na ponte tornou-se intensa a partir da década de 1980. Uma das prováveis razões de Cidade do Leste ter se tornado um centro comercial tão destacado é o fato de ela ser uma praça comercial sem ou com poucas cargas tributárias (RABOSSI, 2004):

Ao longo das últimas décadas as diferenças econômicas, políticas e tributárias existentes entre o Brasil e o Paraguai vêm garantindo a permanência de um conjunto de atividades comerciais com complexa definição e de difícil controle e fiscalização pelos governos envolvidos. Neste sentido, inúmeras estratégias de combate ao contrabando e às práticas ilegais de trabalho foram efetivadas principalmente entre o final do século passado e início do XXI. Em grande medida, as políticas de cota zero adotadas pela Receita Federal neste período visavam extinguir o descaminho e impossibilitar a atuação de sacoleiros<sup>16</sup> e laranjas<sup>17</sup>, rompendo com a logística de circulação das mercadorias que abastecem o mercado informal e pirata em todo território brasileiro. (CARDIN, 2011a, p. 01).

---

fiscal. Por exemplo, a compra de aparelho eletroeletrônico no exterior acima da cota de isenção sem deduzir os tributos devidos.

<sup>16</sup> “Os sacoleiros são trabalhadores que fazem a intermediação das relações comerciais entre os empresários que atuam no Paraguai e os pontos de venda e distribuição das mercadorias adquiridas no país vizinho por todo o território brasileiro. Eles são, ao mesmo tempo, os atravessadores e os distribuidores no Brasil dos inúmeros produtos disponibilizados no mercado paraguaio, atuando de forma autônoma ou para um ‘patrão’, que administra o dinheiro e os contatos necessários para a boa lucratividade da ocupação.” (CARDIN, 2011a, p. 01).

<sup>17</sup> “Os ‘laranjas’ são os trabalhadores contratados informalmente para transportar determinada quantidade de mercadoria em troca de um valor previamente determinado, que é conhecido como ‘cota’. Esse serviço possui a função de auxiliar os sacoleiros na travessia dos produtos adquiridos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Polícia e da Receita Federal.” (CARDIN, 2011a, p. 01).

Roseira (2009) estima que aproximadamente 18 mil pessoas vivam dessa atividade, sendo aproximadamente oito mil que residem no lado brasileiro e atravessam a fronteira para trabalhar no Paraguai e aproximadamente dez mil vivam como laranjas. Além do emprego indireto que essa atividade gera, o turismo de compra gera ganhos para o comércio de Foz do Iguaçu, como para restaurantes, lanchonetes, taxistas, hotéis, supermercados, comércio atacadista e varejista e também as principais atrações turísticas da cidade.

Embora as ações da Receita Federal do Brasil tenham se intensificado no início do século XXI, as práticas de trabalho ilegais não desapareceram, simplesmente mudaram sua maneira de atuar. Um exemplo é a organização e as práticas de trabalho desenvolvidas pelos barqueiros<sup>18</sup>. Dessa forma, a fiscalização mais rígida não foi o único motivo do aparecimento desse ramo de atividade. Com o tempo, a utilização dos laranjas para o transporte das mercadorias ficou mais onerosa, motivando os sacoleiros que compravam em grandes quantidades a procurar outras alternativas mais rentáveis de passagem (BATISTTI, 2009).

Em cada uma das etapas do transporte das mercadorias, em especial o transporte de barqueiros, existe um conjunto de ajudantes e auxiliares subordinados. Quando as mercadorias chegam aos portos brasileiros existem pessoas responsáveis em buscar esses produtos para levá-los até os hotéis. Desse ponto em diante, sacoleiros e laranjas esperam as mercadorias para distribuí-las ao destino final ou até parte dele. Muitos sacoleiros acreditam que seu trabalho é correto, sabendo-se que o problema não é na ocupação em si, mas no tipo de mercadoria transportada (CARDIN, 2011a):

[...] embora a Receita Federal tenha empregado uma política aduaneira mais rigorosa nos últimos anos, as atividades vinculadas à compra, venda e circulação de mercadorias oriundas do Paraguai continuam existindo e de forma importante para o mercado de trabalho da região. (CARDIN, 2011a, p. 11).

Todo esse processo funciona porque o esquema do contrabando e do descaminho abarca também os órgãos fiscalizadores, em especial entre o Brasil e o

---

<sup>18</sup> “Os barqueiros são os trabalhadores responsáveis pela travessia da mercadoria contrabandeada pelo Rio Paraná, ou seja, por via fluvial. No entanto, o termo é utilizado de forma mais abrangente nas relações cotidianas, englobando todos os trabalhadores que possuem vínculos com os portos do Rio Paraná.” (CARDIN, 2011a, p. 02).

Paraguai, pelo volume imensamente maior em relação à Argentina. Conforme demonstra Cardin (2011a), em uma entrevista com um barqueiro, os brasileiros compram as mercadorias no lado paraguaio, embrulham-nas em sacos pretos e levam para os portos. Os barqueiros pegam as mercadorias e levam ao Brasil via Rio Paraná, sem revistá-las e “[...] Para não ter problemas pagamos 50 reais semanalmente para cada uma das sete polícias paraguaias e quando tem muita mercadoria pagamos cem, igual no Brasil.” (CARDIN, 2011a, p. 08):

Nessa análise não se pode esquecer dos processos de corrupção envolvendo funcionários de órgãos fiscalizadores. É amplamente conhecido o fato de a corrupção ser extremamente comum nas fronteiras dos países sul-americanos; especialmente naquelas de grande circulação de mercadorias. Boa parte das atividades ilícitas que se cometem na área da Tríplice Fronteira, principalmente na Ponte da Amizade e na Ponte Tancredo Neves, está associada a episódios de corrupção de funcionários públicos (Bartolomé, 2003, 32). Esta corrupção envolvendo a fiscalização na Tríplice Fronteira, internacionalmente conhecida, é um componente do movimento de mercadorias, principalmente entre Brasil e Paraguai. (ROSEIRA, 2009, p. 13).

A passagem da Ponte Internacional da Amizade é complexa. Nesse sentido, a Receita Federal e os agentes da Polícia Federal brasileira desempenham papel crucial, pois as possibilidades de ordenar o fluxo na fronteira refletem no poder de seletividade da rede territorial. Dentro dessa lógica, sacoleiros, contrabandistas, traficantes, entre outros, são atores territoriais que desafiam leis, acordos, tratados que regem o funcionamento das fronteiras, possuindo meios de circulação com efeitos diretos no funcionamento do território. Os ganhos econômicos pela capacidade de deslocamento são possibilitados pelo suborno dos agentes de fiscalização (ROSEIRA, 2009):

Essa íntima relação entre agentes do Estado e comerciantes é crucial para o entendimento da permanência e do fortalecimento desse ramo de mercado que possui um grande nível de práticas ilegais de ponta a ponta, como o contrabando, a produção, a circulação e a venda de produtos falsificados e o trabalho informal. Todo o processo que vai da China ao Brasil só pode ser viabilizado se sustentado por redes informais de interesses mútuos. O Estado, ou melhor, os seus atores (encarregados de cumprir a lei e punir) não apenas se beneficiam da economia informal, como acabam sendo eles mesmos os executores de práticas informais e ilícitas. (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 129).

Conforme Roseira (2009), a magnitude dos fluxos ilegais na Tríplice Fronteira tem destaque na comunidade internacional pelos seus efeitos de destruição em larga escala: “[...] O grande volume de carros brasileiros roubados com destino ao Paraguai e diversos tipos de armas e munição que abastecem organizações criminosas de todo Brasil e América do Sul fazem da área um elemento desafiador da segurança nacional [...]” (ROSEIRA, 2009, p. 14). Aliadas ao contrabando de drogas, as atividades criminosas têm ligação direta com grupos criminosos das grandes capitais brasileiras. Por sua vez, nos estudos sobre segurança internacional, a Tríplice Fronteira é associada a uma terra sem lei, sem controles estatais, cujo crime organizado progride pelo livre fluxo de mercadorias ilícitas transnacionais das mais variadas naturezas:

La Triple Frontera ha sido identificada también como un punto de pasaje de armas de fuego tipo militar y granadas de mano (algunas de ellas con marcas oficiales de instituciones militares y policiales argentinas) que son utilizadas por organizaciones criminales en Rio de Janeiro. El 11% del total de los fusiles de asalto y pistolas ametralladoras incautados por la Policía de Rio de Janeiro en la última década son de fabricación argentina y el 23% de las granadas de mano incautadas en los “comandos” de la droga en Rio de Janeiro son granadas FMK-2 de producción argentina cuyos trenes de fuego (espoletas de tiempo) son de producción reciente [...] (DREYFUS, 2007, p. 119).

Toda essa construção de imagem negativa da Tríplice Fronteira fez as autoridades internacionais, em especial, as da Argentina e as dos EUA, associarem os ataques à embaixada de Israel em Buenos Aires (Argentina) no ano de 1992 a Cidade do Leste, como local utilizado para preparar os atentados terroristas, tramado por supostas células de Hezbollah (DREYFUS, 2007). A intensificação da associação ao terrorismo ocorreu após o ataque ao edifício *World Trade Center* em Nova York. Os ataques dos EUA a essa região só não foram concretizados porque não foram encontradas quaisquer provas ou integrantes ligados a grupos terroristas árabes em meio à população estimada em 20 mil dessa descendência, na Tríplice Fronteira (SILVA, 2006).

O espaço da fronteira possui dinâmica própria, em que o local e o internacional se encontram e estabelecem vínculos. Nesses espaços, as barreiras existentes não são respeitadas, sendo a ação e a interação dos agentes fronteiriços estimuladas pela dinâmica fronteiriça informal (SOUZA, 2002). A ação do Estado é

vista especialmente na fiscalização, que “[...] representa a possibilidade de afirmar a posição do País no cenário mundial, simultaneamente à afirmação de seu poder.” (BECKER, 1988, p. 09), mas não alcança as estratégias desses povos em criar condições de sobrevivência. A ideia de separação e de limites territoriais é imposta pelo Estado-nação. Na escala sub-regional, as relações econômicas e sociais ignoram os limites nacionais e até mesmo as normas legalmente estabelecidas.

Considerando que a incidência do homicídio possui associação com as características do local onde ocorre, é dentro desse contexto que se tenta entender por que Foz do Iguaçu possui taxas de homicídios tão elevadas. O ambiente de fronteira internacional estudado pode potencializar as mortes por homicídios, pois, conforme Félix (2002), os crimes não ocorrem no vácuo, mas em contextos espaciais específicos, existindo características particulares do espaço que influenciam a sua ocorrência.

## 4 PERFIL DOS HOMICÍDIOS NA FRONTEIRA BRASIL E PARAGUAI

O presente capítulo demonstra o perfil dos homicídios no município de Foz do Iguaçu e da Região Metropolitana de Cidade do Leste (RMCDL), que engloba, além desta cidade, Hernandárias, Minga-Guaçu e Presidente Franco. Os dados sobre os homicídios de Foz do Iguaçu foram coletados mediante acesso à base de dados do Departamento de Informática e Informação do Ministério da Saúde (DATASUS), que disponibiliza informações oriundas do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/MS). Os dados foram obtidos pela internet, de acordo com o município em que a vítima era residente. Além disso, os dados para a pesquisa de campo foram coletados do jornal “A Gazeta do Iguaçu”. Para a pesquisa sobre os homicídios da RMCDL a fonte utilizada foi o jornal “Diário Vanguardia”. Ambos os jornais têm versões disponíveis *on-line*. O período para a análise e comparação entre os dois países foi de 5 de agosto de 2010 a 5 de agosto de 2011. A delimitação do tempo ocorreu em função de os dados da RMCDL estarem disponíveis *on-line* somente a partir do dia 5 de agosto de 2010. Dessa forma, optou-se pela delimitação do período de um ano para a pesquisa de campo. Por fim, o capítulo lança mão de algumas hipóteses sobre a criminalidade violenta em Foz do Iguaçu.

### 4.1 Homicídios em Foz do Iguaçu

Conforme o DATASUS (2011)<sup>19</sup>, as mortes por homicídio em Foz do Iguaçu são consideravelmente altas comparadas às taxas de mortes por homicídios dos outros municípios brasileiros. Desde o início da década de 1990, o município esteve em constante crescimento dessa categoria de morte, tornando-se uma das principais causas de mortalidade nas décadas de 1990 e 2000.

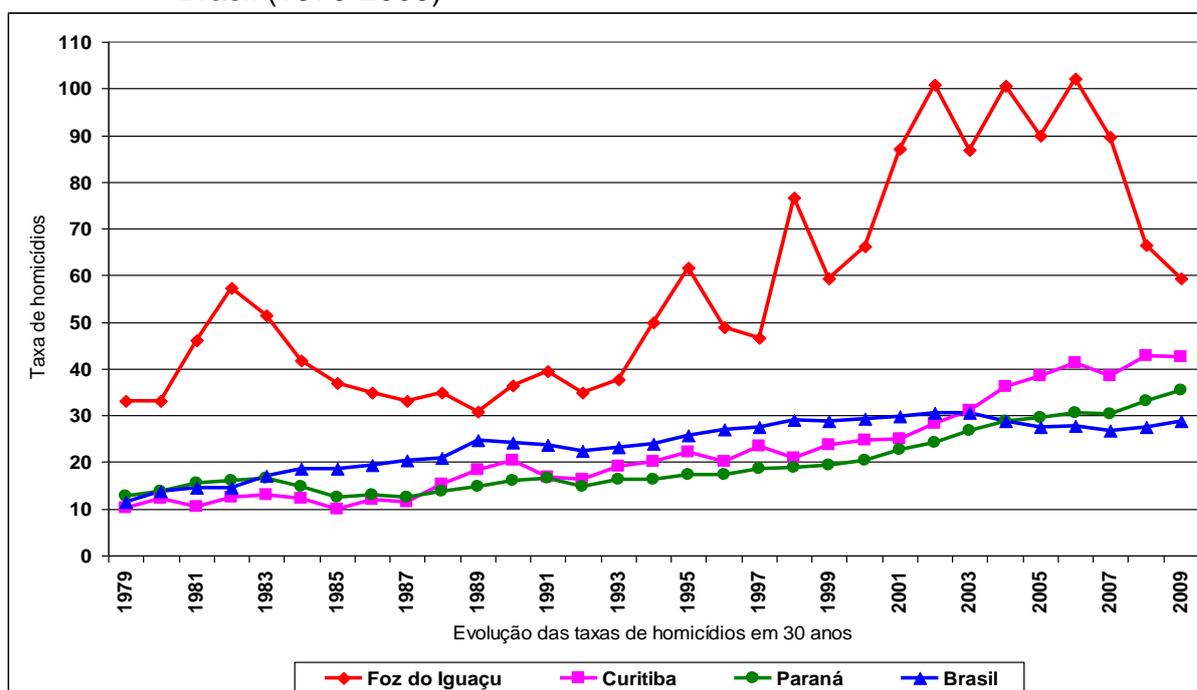
O aumento do número e das taxas de mortes por homicídio em Foz do Iguaçu entre 1979 e 2006 foi de aproximadamente 69 óbitos por 100 mil habitantes, com um pico considerável de crescimento entre os anos 2000 e 2003, quando

---

<sup>19</sup> Para este estudo, foram somados os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/MS), os óbitos por homicídios (CID-9: E960-E969 e CID-10: X85-Y09) os óbitos classificados como eventos com intenção indeterminada provocados por arma de fogo (CID-9: E985 e CID-10: Y22-Y24) e por arma branca (CID-9: E986 e CID-10: Y28-Y29) e os óbitos classificados como intervenções legais (CID-9: E970-E977 e CID-10: Y35).

permaneceram elevadas até 2006. Após o ano de 2006, as taxas no município tiveram uma queda considerável, chegando a 61 por 100 mil habitantes em 2009. Apesar da diminuição das taxas, o município continua com os indicadores elevados. O Gráfico 1 compara as taxas de mortes entre o município de Foz do Iguaçu, de Curitiba (capital paranaense), do Estado do Paraná e do Brasil. Verifica-se no Gráfico a discrepância significativa das taxas de Foz do Iguaçu com as outras unidades de análise.

Gráfico 1 – Taxa de mortalidade por homicídio em Foz do Iguaçu, Curitiba, Paraná e Brasil (1979-2009)

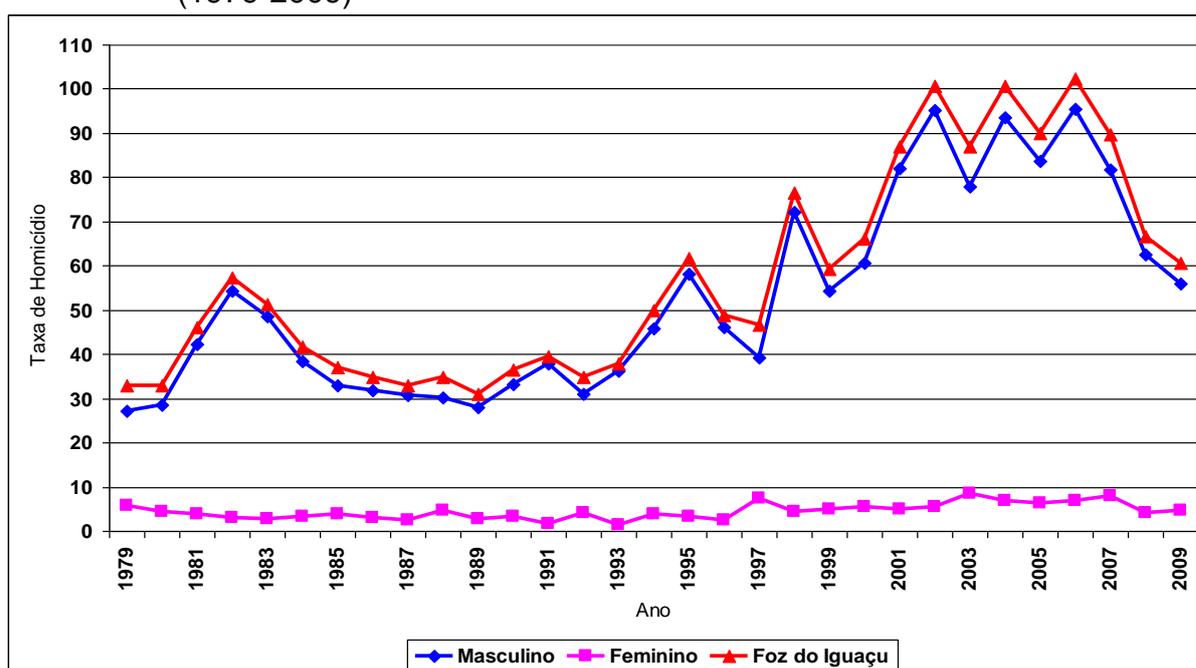


Fonte: (DATASUS, 2011).

Como pode ser observado no Gráfico 1, Foz do Iguaçu teve constante crescimento de suas taxas desde o começo da década de 1990, mas foi nos anos 2002, 2004 e 2006 que superou a marca de 100 mortes por 100 mil habitantes. Entre os anos 2000 e 2006, Foz do Iguaçu teve um aumento de 35% de suas taxas. Em termos numéricos, em 1979 o município havia sofrido 45 mortes por homicídio e em 2006 os números alcançavam 316 óbitos. No total, entre 1979 a 2009, ocorreram 4.221 óbitos por homicídio, registradas no SIM/MS. Verifica-se também uma queda brusca dos indicadores a partir de 2006, diminuindo 41 mortes por 100 mil habitantes até 2009.

Dentre todas as vítimas de homicídio, a população masculina foi a que mais sofreu com óbitos por essa causa. Desde 1979 as mortes do sexo masculino acompanharam a tendência de crescimento das taxas do município que permaneceram sempre elevadas. O Gráfico 2, a seguir, apresenta as taxas de mortalidade por homicídio de acordo com o sexo, em Foz do Iguaçu (1979-2009).

Gráfico 2 – Taxa de mortalidade por homicídio segundo sexo em Foz do Iguaçu (1979-2009)



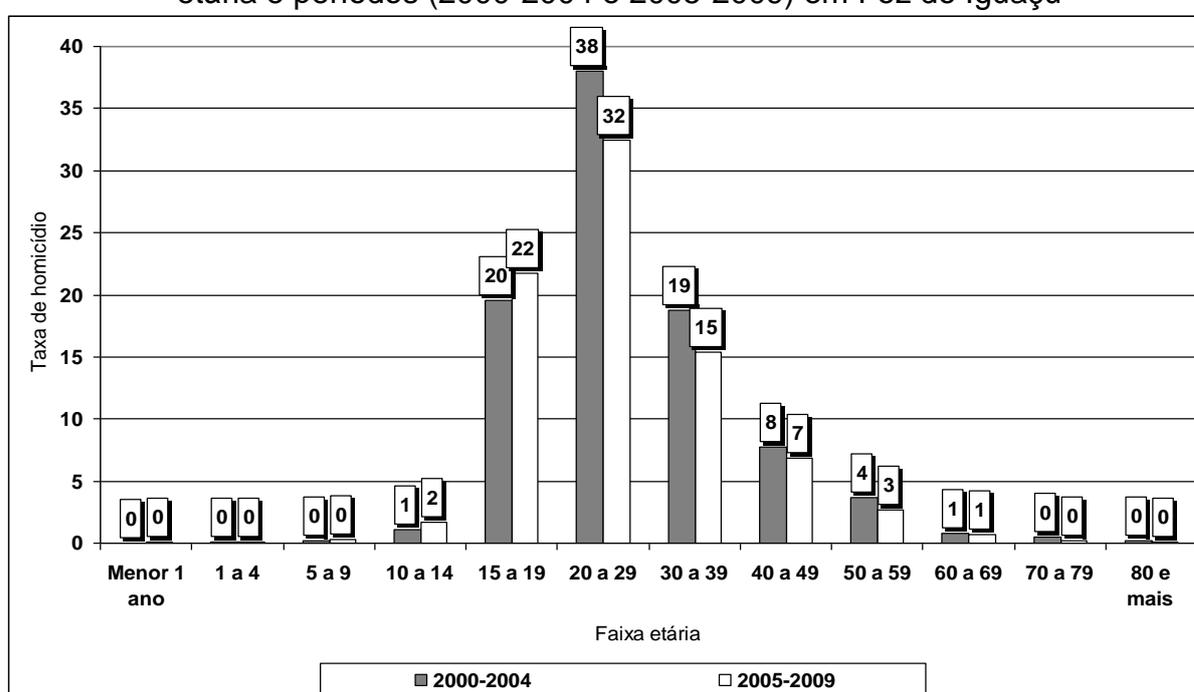
Fonte: (DATASUS, 2011).

Enquanto as taxas do município, em 1979, estavam em 33 por 100 mil habitantes, as taxas de mortes do sexo masculino estavam em 27,14 por 100 mil habitantes. No ano 2009, Foz do Iguaçu apresentava 60,59 mortes por 100 mil habitantes e 55,98 delas eram compostas pela população masculina. No total das 4.221 mortes por homicídio no município, 3.899 eram de homens. As taxas de mortalidade do sexo feminino, em oposição, não chegaram a atingir dez mortes por 100 mil habitantes, durante o período. Do total de 4.221 mortes, em 322 delas, as vítimas eram mulheres. Além da diferença das mortes entre homens e mulheres, a ocorrência dos homicídios também foi bastante diferenciada entre os diferentes grupos etários da população.

O maior percentual de óbitos por homicídio foi observado na população adolescente e jovem, entre 15 e 29 anos de idade, tendência que se repete em

todos os lugares do mundo. A diferença é a intensidade dessas mortes em Foz do Iguaçu, especialmente da faixa etária de 20 a 29 anos. O município liderou nacionalmente, no ano de 2008 e em alguns anos anteriores e posteriores, o *ranking* de municípios que mais matam jovens (WAISELFISZ, 2008). No Gráfico 3 apresenta-se a mortalidade por homicídios segundo a faixa etária. Foram selecionados dois períodos para visualizar o comportamento das taxas médias: 2000-2004 e 2005-2009.

Gráfico 3 – Taxa de mortalidade por homicídio por 100 mil habitantes, segundo faixa etária e períodos (2000-2004 e 2005-2009) em Foz do Iguaçu



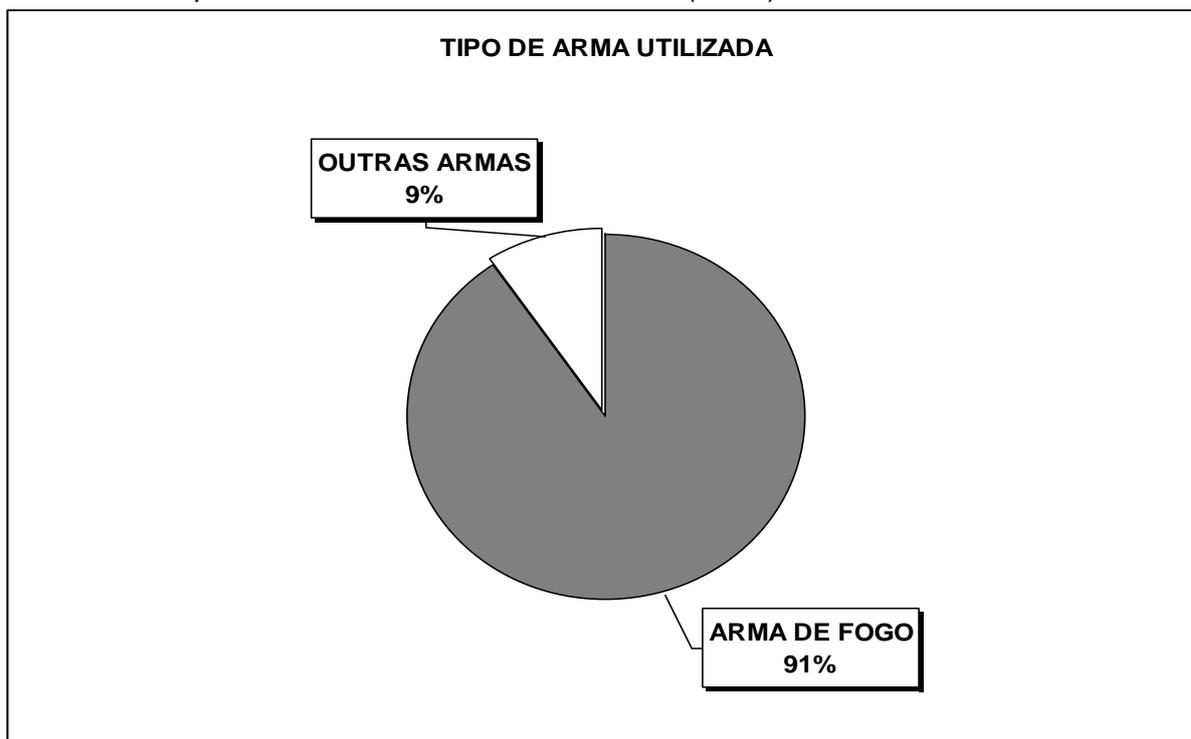
Fonte: (DATASUS, 2011).

Como é possível perceber com o gráfico acima, a maior concentração das taxas de mortalidade por homicídio está na população com idade entre 15 e 29 anos. Quando comparadas às taxas por período analisado, percebe-se uma tendência de aumento das mortes entre adolescentes, pois, mesmo diminuindo a incidência de homicídios do período de 2000/2004 para 2005/2009, houve um aumento de 20 para 22 mortes por 100 mil habitantes para a faixa etária de 15 a 19 anos, ao contrário das menores incidências em relação às outras faixas etárias acima de 20 anos.

As armas de fogo são os instrumentos mais utilizados para provocar os assassinatos. Essa tendência se repete no país, nos Estados e também no

município de Foz do Iguaçu, como demonstra o Gráfico 4 respectivo ao ano de 2009. Mais uma vez, o que torna as características das mortes peculiares ao município, para essa categoria, é a alta proporção de mortes causadas por esse instrumento. Se comparada com outras realidades, a arma de fogo é a mais utilizada, mas a proporção não atinge 91% das mortes, como ocorre em Foz do Iguaçu.

Gráfico 4 – Tipo de arma utilizada no homicídio (2009)



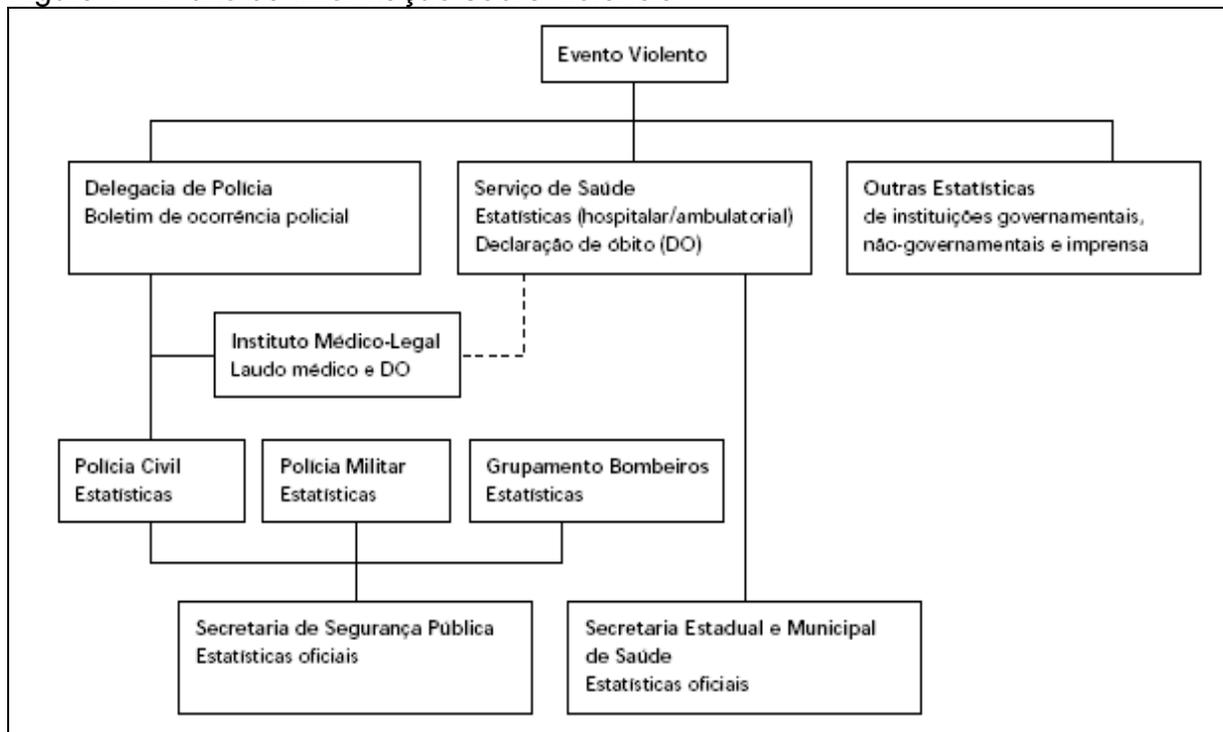
Fonte: (DATASUS, 2011).

O perfil das vítimas e das causas dos homicídios em Foz do Iguaçu segue as mesmas tendências registradas em outros Estados brasileiros, como nos Estados de São Paulo (MAIA, 1999) e de Pernambuco (LIMA et al., 2002), por exemplo.

Os dados apresentados até aqui são do DATASUS, que é uma fonte oficial da Saúde e é reconhecido mundialmente. Mesmo assim, no entanto, para a pesquisa desta dissertação foram utilizadas informações do jornal "A Gazeta do Iguaçu" e do jornal "Diário Vanguardia", que são fontes de registro não oficial. Conforme Zaluar (2004), os dados sobre homicídios podem ser obtidos por meio de várias fontes. Nenhuma delas pode ser considerada completa e totalmente correta, porque todas apresentaram problemas de confiabilidade e de validade. Nesse

sentido, o registro das fontes de dados, oficiais ou não, resulta de diversas relações sociais que carecem de cuidados para avaliar e assegurar sua credibilidade. Os fluxos da informação sobre violência são organizados conforme a Figura 7.

Figura 7 – Fluxo da informação sobre violência



Fonte: (NJAINE et al., 1997, p. 408).

Conforme o organograma, existem duas fontes oficiais de informação sobre violência no Brasil. Uma das fontes oficiais é a Secretaria de Segurança Pública, que registra o evento violento na Delegacia de Polícia, através dos Boletins de Ocorrência (BOs) ou Registros de Ocorrências (ROs), registrados tanto nas Polícias Civas, quanto nas Polícias Militares e no Grupamento de Bombeiros. A outra fonte de informação oficial sobre violência no Brasil são os registros das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, que utilizam as Declarações de Óbito (DOs), elaboradas pelos Institutos Médicos Legais (IMLs), a partir dos laudos de necropsias. Existem fontes de registro do evento violento não oficiais denominadas “Outras Estatísticas”. Estas são formadas por instituições governamentais, não governamentais e pela imprensa, como, por exemplo, os jornais (NJAINE et al., 1997).

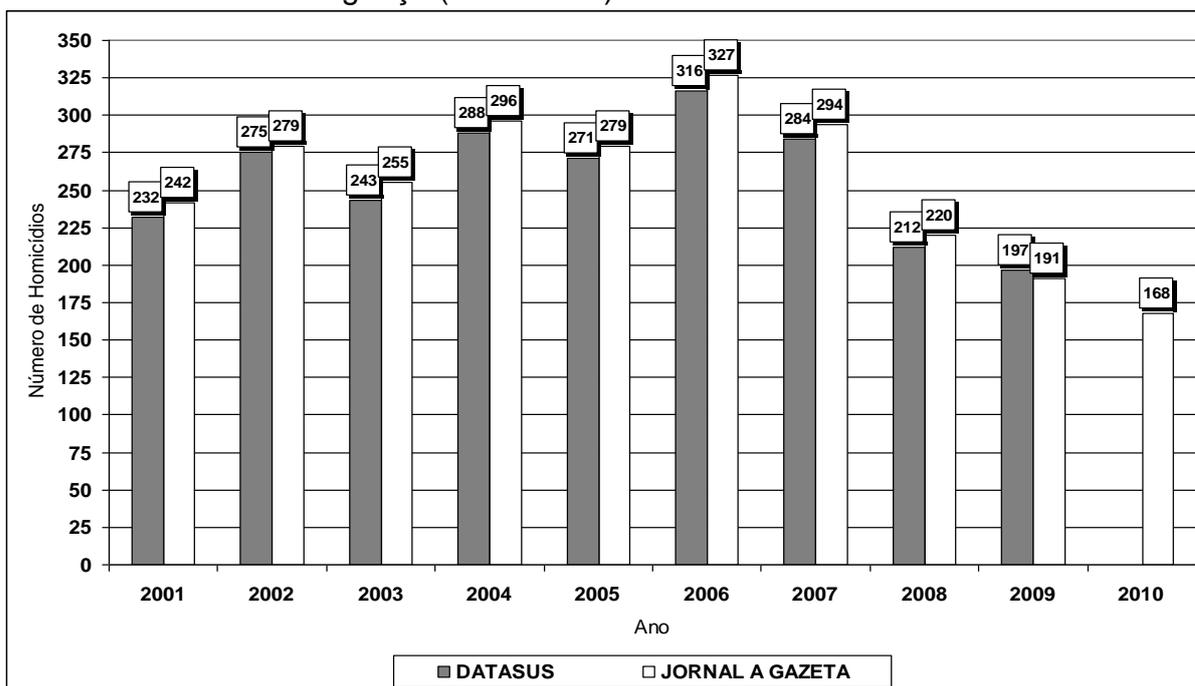
O Ministério da Saúde realizou uma avaliação sobre a evolução da cobertura dos dados de mortalidade no Brasil e a qualidade do preenchimento da

Declaração de Óbito (DO), para o ano 2005. Os resultados revelaram que as regiões Sul e Sudeste foram as que melhor coletaram os dados e o Estado do Paraná apresentou o melhor desempenho da Região Sul na qualidade de preenchimento da DO (BRASIL, 2005). Nesse sentido, os dados sobre mortalidade existente para o município de Foz do Iguaçu podem ser considerados confiáveis para o estudo desta dissertação.

Num comparativo entre a fonte oficial (DATASUS) e a não oficial (jornal A Gazeta do Iguaçu), entre os anos 2001 e 2009, percebe-se que os dados entre as duas fontes são semelhantes e com registros superiores de homicídios pelo Jornal. Esse registro a mais se deve ao fato de a seleção dos dados da Saúde ser por residentes em Foz do Iguaçu, enquanto que o jornal registrou todas as mortes que ocorreram no município, independentemente de a vítima ser residente do município ou não, fato esse que explica o registro superior de mortes pelo jornal. Na Base de Dados do SIM/MS existe a opção residência da vítima ou local da ocorrência da morte. Se for considerado o local da ocorrência da morte, o problema que surge com essa opção é que muitas vítimas morrem nos hospitais. Considerando o fato de o Estado do Paraná não possuir cobertura total das redes hospitalares em todos os municípios, muitas vítimas morrem a caminho ou nos hospitais dos municípios vizinhos mais ricos e desenvolvidos, distorcendo os dados sobre mortalidade.

O Gráfico 5 faz um comparativo entre os dados sobre homicídio da base de dados do DATASUS e do jornal A Gazeta do Iguaçu, porém não se tem uma visão ingênua de que uma fonte, como a imprensa escrita, não tenha suas limitações, bem como não possua ideologias. Ressalta-se também que a imprensa escrita procura ser fiel aos registros de ocorrências realizados pela polícia, que também sofrem distorções em seus registros. A diferença, nesse caso, é que, comparada a uma fonte oficial e reconhecida, as informações oferecidas por esse jornal se equiparam aos registros do DATASUS. Conforme se percebe no gráfico, a diferença entre as duas fontes foi de 8 e 12 registros de mortes por ano comparado. A exceção foi o ano de 2002, cuja diferença foi de apenas quatro registros. Isso reforça que os registros feitos pelo jornal A Gazeta do Iguaçu são confiáveis para efeito de análise nesta dissertação.

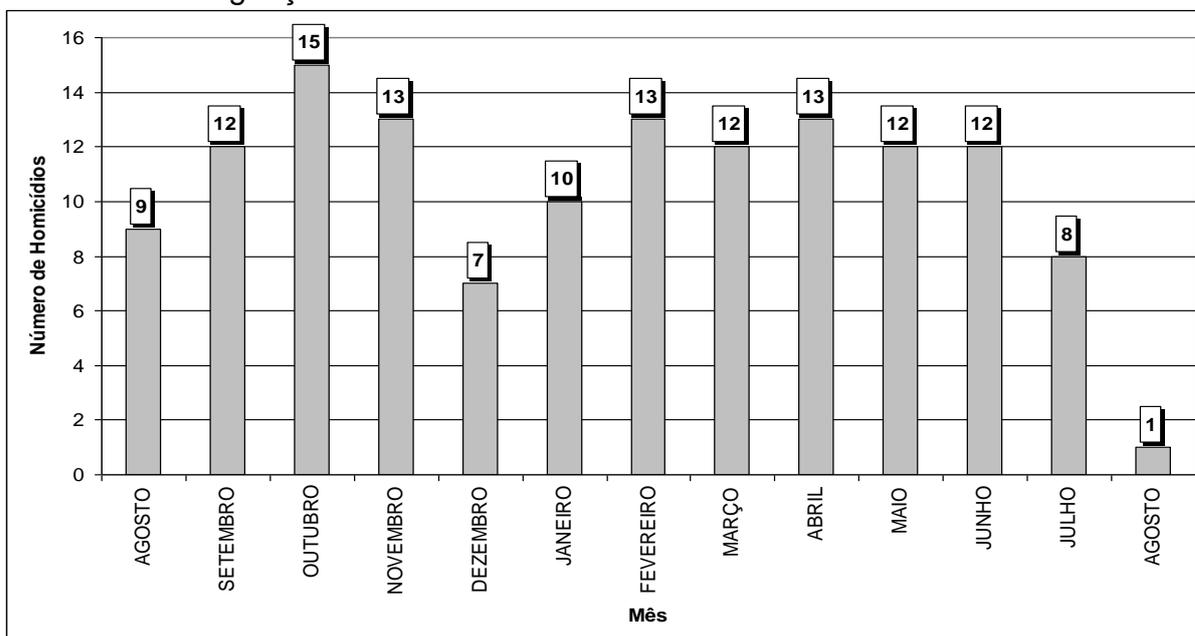
Gráfico 5 – Comparação dos registros de homicídios entre o DATASUS e o Jornal Gazeta do Iguaçu (2001-2010)



Fonte: (DATASUS, 2011; A GAZETA DO IGUAÇU, 2011).

Como citado anteriormente, o período de coleta de dados no jornal foi entre 5 de agosto de 2010 a 5 de agosto de 2011. O total de homicídios coletados(publicados pelo jornal) para a pesquisa foram 137 casos registrados a partir das notícias da página policial. Nesse período, o mês de outubro de 2010 foi que mais teve incidência, totalizando 15 mortes. Por sua vez, o mês que teve menor incidência foi dezembro de 2010, com sete mortes. Agosto de 2011 só teve um registro, porém o período da coleta de dados se limitou até o dia 5 do mês, conforme o Gráfico 6.

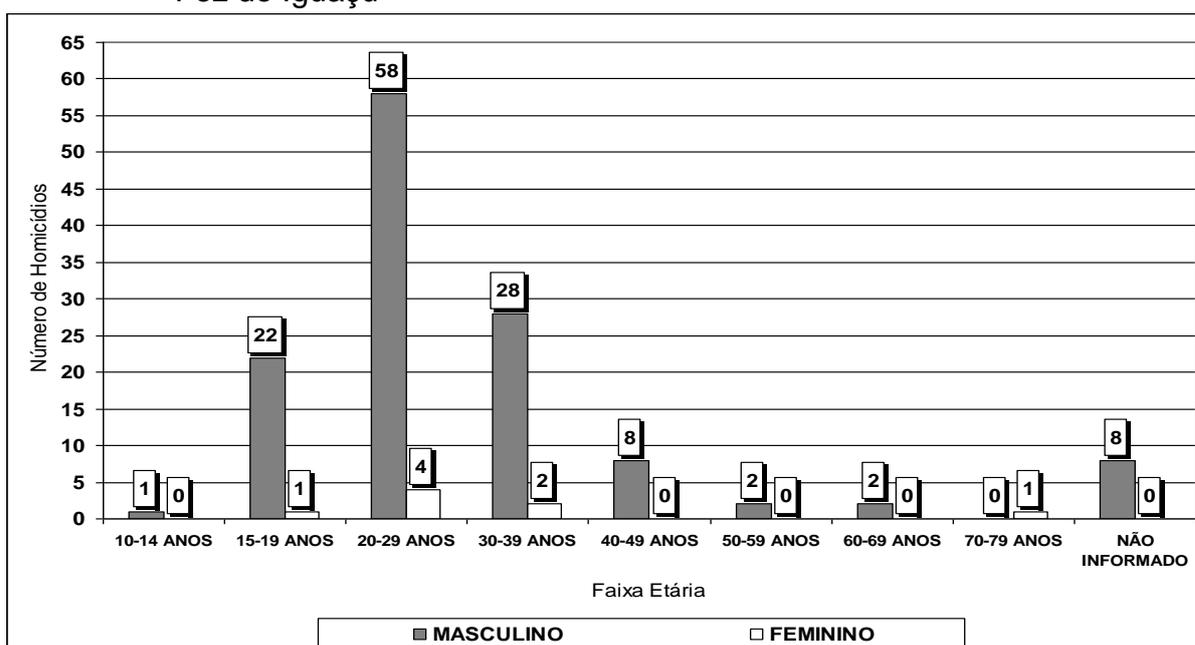
Gráfico 6 – Número de homicídios entre agosto de 2010 e agosto de 2011 para Foz do Iguaçu



Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011).

De acordo com o Gráfico 7, as vítimas que mais morrem por homicídio são do sexo masculino e predominantemente entre os 15 aos 39 anos, mas é na faixa etária dos 20 aos 29 anos a maior incidência das vítimas dos homicídios. Esse dado reforça as informações já obtidas pelo DATASUS.

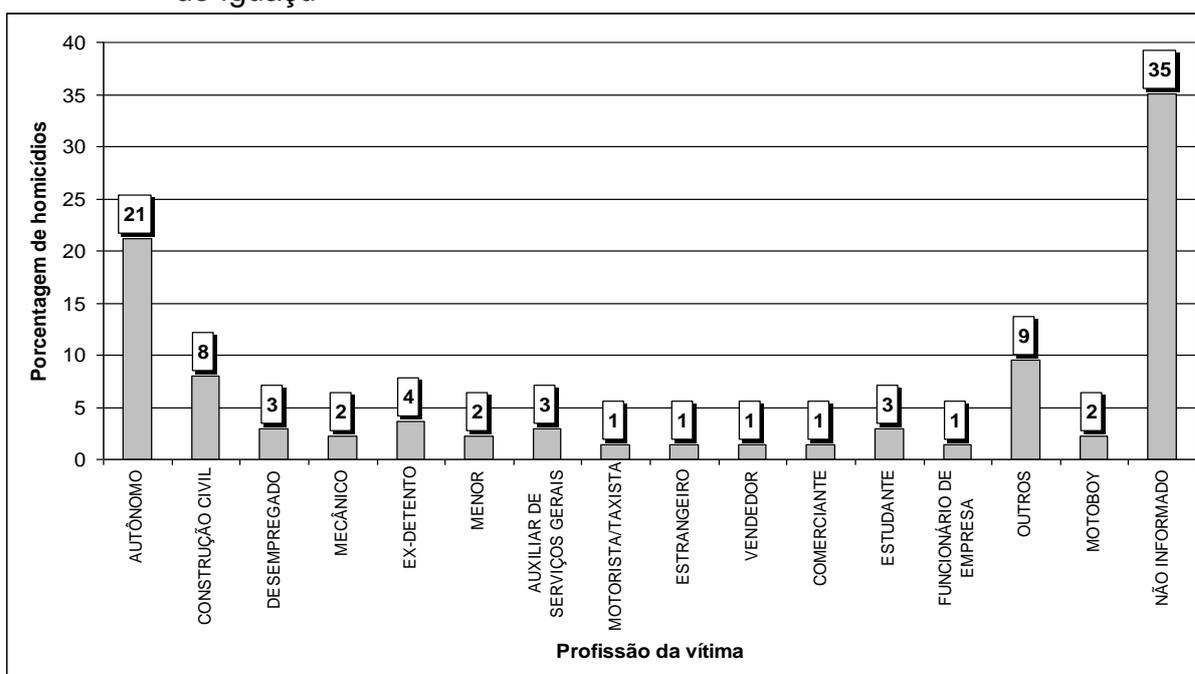
Gráfico 7 – Número de homicídios em relação ao sexo da vítima e à faixa etária para Foz do Iguaçu



Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011).

O Gráfico 8 apresenta a porcentagem de homicídios em relação à profissão da vítima. As definições das profissões são fornecidas pelo jornal e não seguem as categorizações dos órgãos oficiais como no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Conforme se verifica no gráfico, em 35% das notícias não foi apresentada qualquer informação sobre a profissão da vítima. Por sua vez, a profissão de autônomo, que apareceu em 21% das notícias, não traz maiores detalhes e informações sobre o ramo ou o setor de atividade em que a vítima trabalhava. No ramo da construção civil (8%) inclui-se a profissão de pedreiro e ajudante e/ou auxiliar de pedreiro.

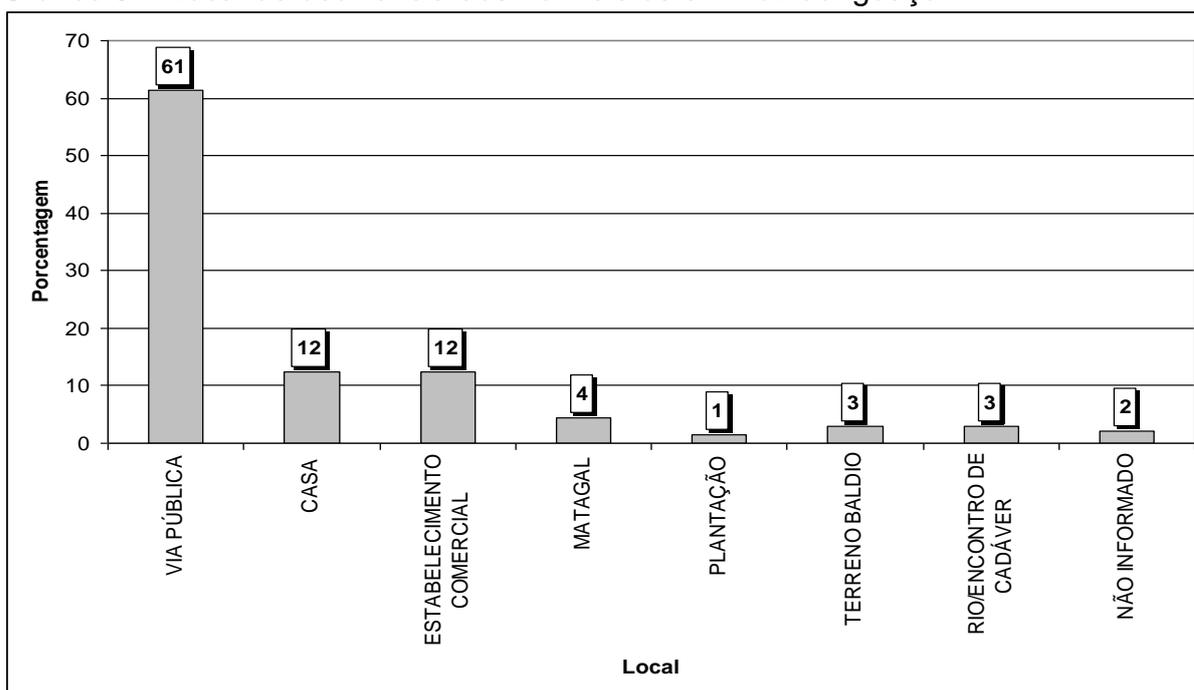
Gráfico 8 – Porcentagem de homicídios em relação à profissão da vítima para Foz do Iguaçu



Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011).

Os locais em que os homicídios ocorreram foram, predominantemente, as vias públicas (61%). Em casa ou no estabelecimento comercial foram os segundos e terceiros locais em que mais ocorreram crimes (12%).

Gráfico 9 – Local de ocorrência dos homicídios em Foz do Iguaçu



Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011).

Os períodos do dia em que mais ocorreram homicídios foram à noite e durante a madrugada, conforme se verifica na Tabela 2, abaixo.

Tabela 2 – Período da ocorrência dos homicídios em Foz do Iguaçu

Período	Quantidade	Porcentagem
Madrugada	40	29
Manhã	17	12
Tarde	24	18
Noite	43	31
Não informado	13	9
Total	137	100

Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011).

Conforme se verifica na Tabela 3, no período analisado, em 84% dos casos o tipo de instrumento e/ou a maneira mais utilizada para o cometimento do homicídio foi a arma de fogo, sendo em 82% somente esse tipo de arma e em 2% com o uso concomitante de arma branca. Os outros tipos de armas, de instrumentos ou formas do cometimento do homicídio estão especificados na Tabela 3, a seguir.

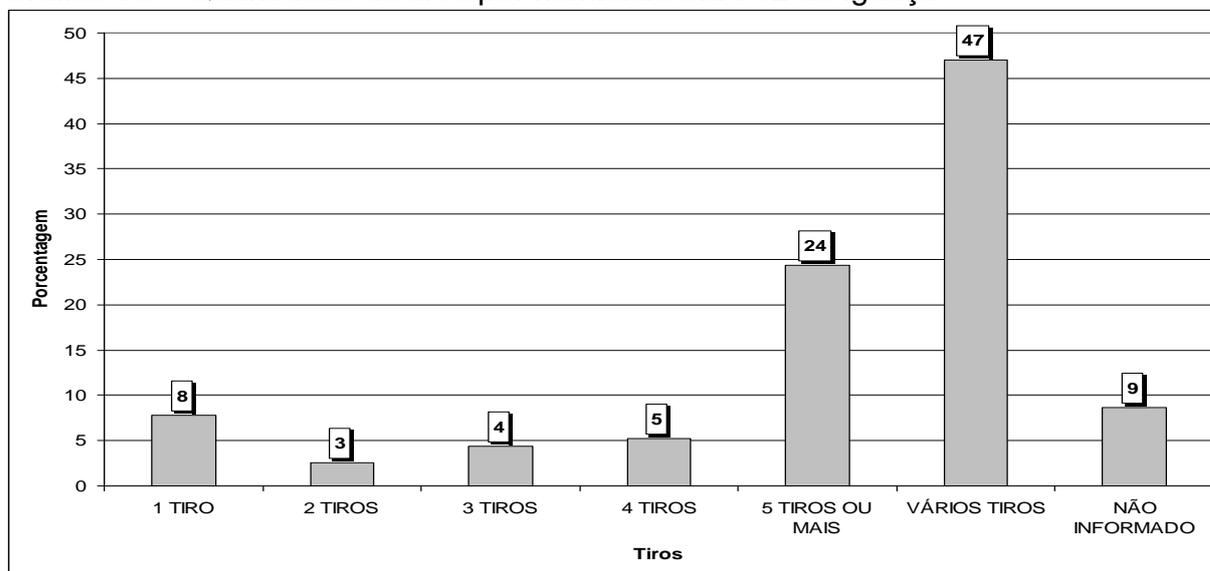
Tabela 3 – Tipo de instrumento e/ou maneira utilizado no homicídio em Foz do Iguaçu

Período	Quantidade	Porcentagem
Fogo	112	82
Arma branca	10	7
Agressão física	6	4
Arma branca e fogo	3	2
Carbonizado	3	2
Outro (especificar)	2	1
Não informado	1	1
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>100</b>

Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011).

Conforme o Gráfico 10, abaixo, percebe-se que a quantidade de tiros por homicídio concentra-se nas categorias “Vários Tiros”, com praticamente a metade das ocorrências e “Cinco ou Mais Tiros” em 24% dos casos. As especificações dadas são de responsabilidade da redatoria do jornal e, conforme os mesmos, a categoria “Vários Tiros” era fornecida quando a vítima de homicídio possuía muitos tiros, em regra, mais de cinco tiros. Ressalva-se, também, que a informação “Vários Tiros” era dada pela polícia ao redator no local da ocorrência do crime, sem ter ainda um laudo pericial concluído.

Gráfico 10 – Quantidade de tiros por homicídio em Foz do Iguaçu



Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011).

Dessa maneira, juntando as categorias “Cinco ou Mais Tiros”, com a categoria “Vários Tiros”, têm-se 71% dos casos com muitos tiros. As partes mais atingidas dos corpos das vítimas foram a cabeça e o tórax, mas essa informação

fica comprometida porque em mais da metade das notícias não constava qualquer detalhe. Outra informação nessa mesma situação era sobre o veículo utilizado para a fuga, sendo a motocicleta e o carro os mais utilizados. Mais uma vez, trata-se de um dado comprometido porque em mais da metade das notícias não constava qualquer detalhe.

Mesmo existindo algumas lacunas nas informações do jornal, essa maneira de executar o homicídio que se evidencia nos gráficos acima a partir dessas informações revela o *modus operandi* do crime, em geral, sendo crimes cometidos por motoqueiros encapuzados que se aproximam da vítima, atiram várias vezes (em geral na cabeça e no tórax) e fogem sem deixar pistas. Apesar de essa ser a maneira tradicional do crime por encomenda, os crimes foram cometidos também com carros, ou mesmo com agressores que chegavam a pé no estabelecimento comercial, na rua ou na residência da vítima, chamavam-na pelo nome e atiravam.

Em relação à motivação, conforme a Tabela 4 percebe-se que 77% dos homicídios têm característica de execução sumária. Essa categoria compreende sobremaneira as motivações dadas pelo jornal como vingança e/ou acerto de contas. Esses crimes apresentavam muitos tiros com armas de grosso calibre e poucas informações sobre o(s) agressor(es) e sobre suas circunstâncias e/ou causas.

Tabela 4 – Motivo do homicídio em Foz do Iguaçu

<b>Motivos</b>	<b>Motivações Apresentadas Pelo Jornal</b>	<b>Nº</b>	<b>% Total</b>
EXECUÇÕES SUMÁRIAS	Vingança ou acerto de contas	74	77%
	Motivação desconhecida ou não informado pelo jornal, mas com características de execução	28	
	Encontro de cadáver com características de execução	1	
	Vingança por tráfico de drogas - usuário	1	
	Disputa por ponto de mercadorias ilícitas	1	
INTERSUBJETIVOS	Passional	7	9%
	Briga de bar/baile	4	
	Violência familiar	1	
OUTROS	Encontro de cadáver	5	14%
	Não informado	5	
	Confronto com a polícia	4	
	Legítima defesa	2	
	Latrocínio	2	
	Explosão	1	
<b>TOTAL</b>		<b>136</b>	<b>100</b>

Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011).

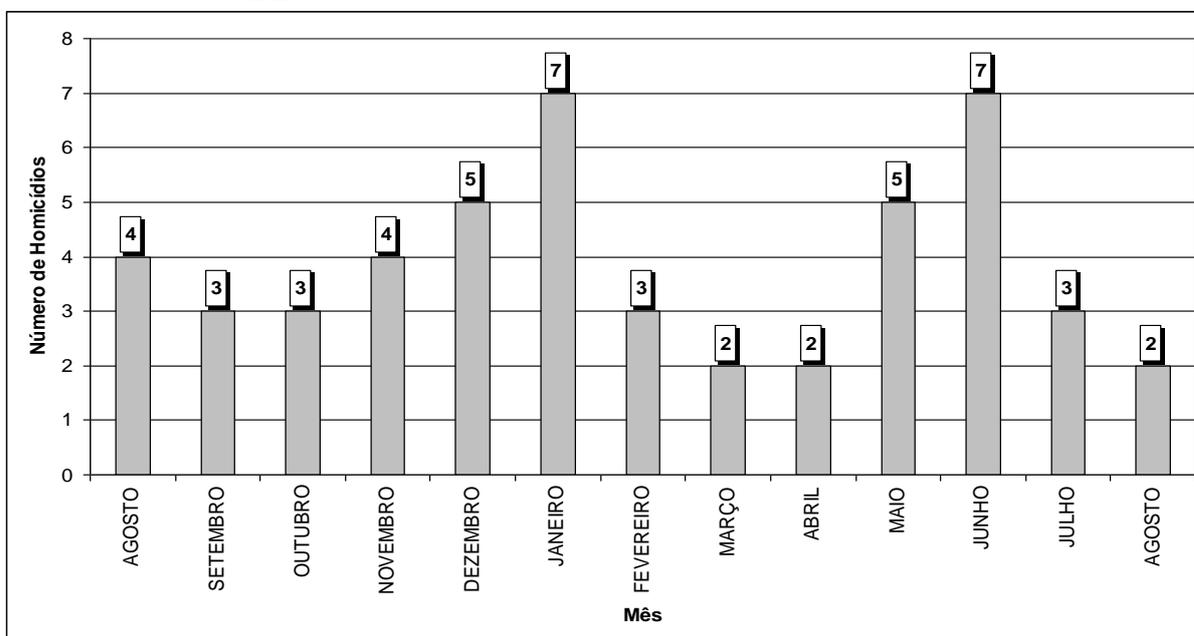
O item exposto buscou retratar o perfil dos homicídios em Foz do Iguaçu.

#### 4.2 Homicídios na RMCDL

O presente item tem por objetivo retratar o perfil dos homicídios na Região Metropolitana de Cidade do Leste (RMCDL). No total foram registrados 50 homicídios, sendo 24 em Cidade do Leste, 14 em Hernandárias, 7 em Presidente Franco e 5 em Minga-Guaçu.

Conforme já citado anteriormente, o período de coleta de dados no jornal “Diário Vanguardia” foi entre 5 de agosto de 2010 a 5 de agosto de 2011. Nesse período, os meses de janeiro e junho de 2011 foram os que mais tiveram incidência de homicídios, totalizando sete mortes cada mês. Por sua vez, os meses que tiveram menor incidência foram março e abril de 2011, com duas mortes cada mês. Agosto de 2011 também teve dois registros, porém o período da coleta de dados se limitou até o dia 5 do mês, conforme o Gráfico 11.

Gráfico 11 – Número de homicídios entre agosto de 2010 e agosto de 2011 para a RMCDL

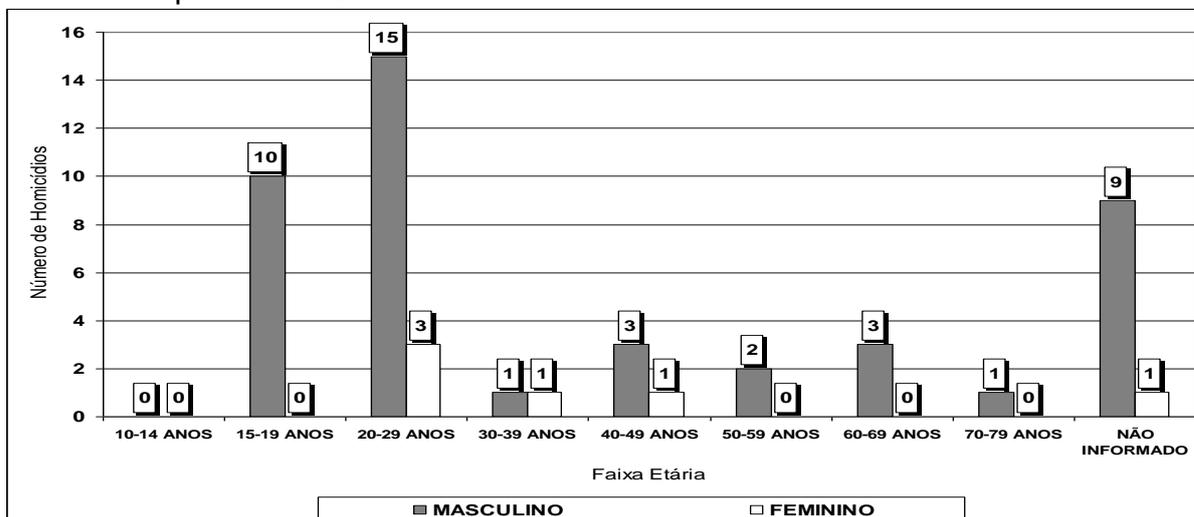


Fonte: (DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

De acordo com o Gráfico 12, as vítimas que mais morreram por homicídio foram do sexo masculino e, predominantemente, entre os 15 aos 29 anos, mas foi

na faixa etária dos 20 a 29 anos a maior incidência das vítimas dos homicídios. Observa-se, porém, que em nove casos não foi informada a idade da vítima.

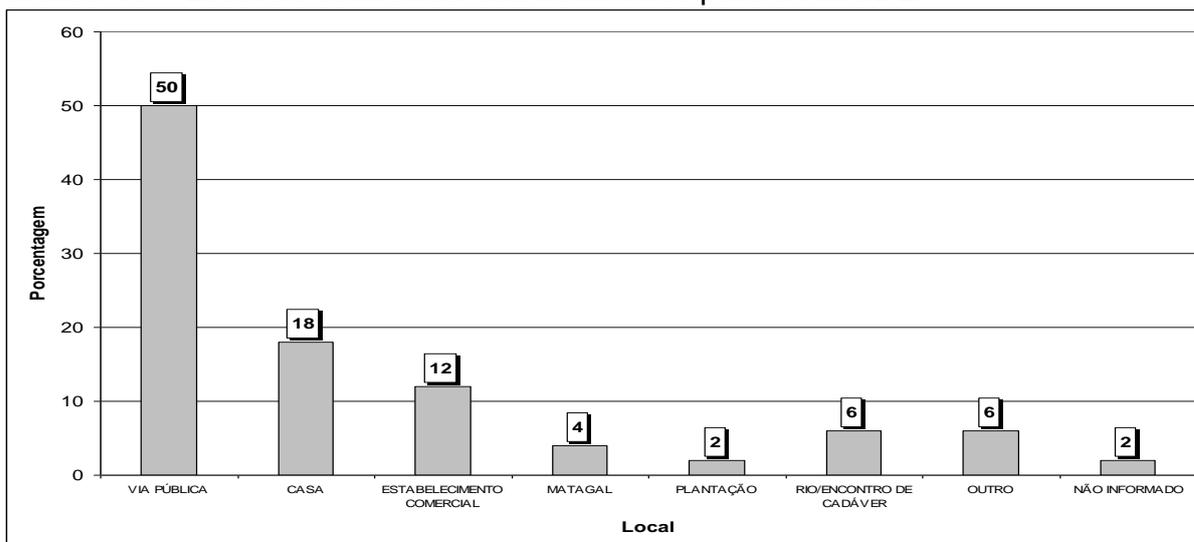
Gráfico 12 – Número de homicídios em relação ao sexo da vítima e a faixa etária para a RMCDL



Fonte: (DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

O local em que os homicídios ocorreram foi predominantemente em vias públicas (50%). Em casa foi o segundo lugar, com 18% dos casos, e no estabelecimento comercial foi o terceiro local, com 12% dos casos.

Gráfico 13 – Local de ocorrência dos homicídios para a RMCDL



Fonte: (DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

Os períodos do dia em que mais ocorreram homicídios foram durante a manhã e à noite, conforme se verifica na Tabela 5.

Tabela 5 – Período da ocorrência dos homicídios em Foz do Iguaçu

Período	Quantidade	Porcentagem
Madrugada	10	20
Manhã	14	28
Tarde	4	8
Noite	13	26
Não informado	9	18
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

Fonte: (DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

Conforme se verifica na Tabela 6, em 70% dos casos, no período de um no analisado, o tipo de arma e/ou a maneira mais utilizada para o crime foi a arma de fogo, sendo em 68% somente esse tipo de arma e em 2% com o uso concomitante de arma branca. Os outros tipos de armas, de instrumentos ou formas do cometimento do homicídio estão especificados na Tabela.

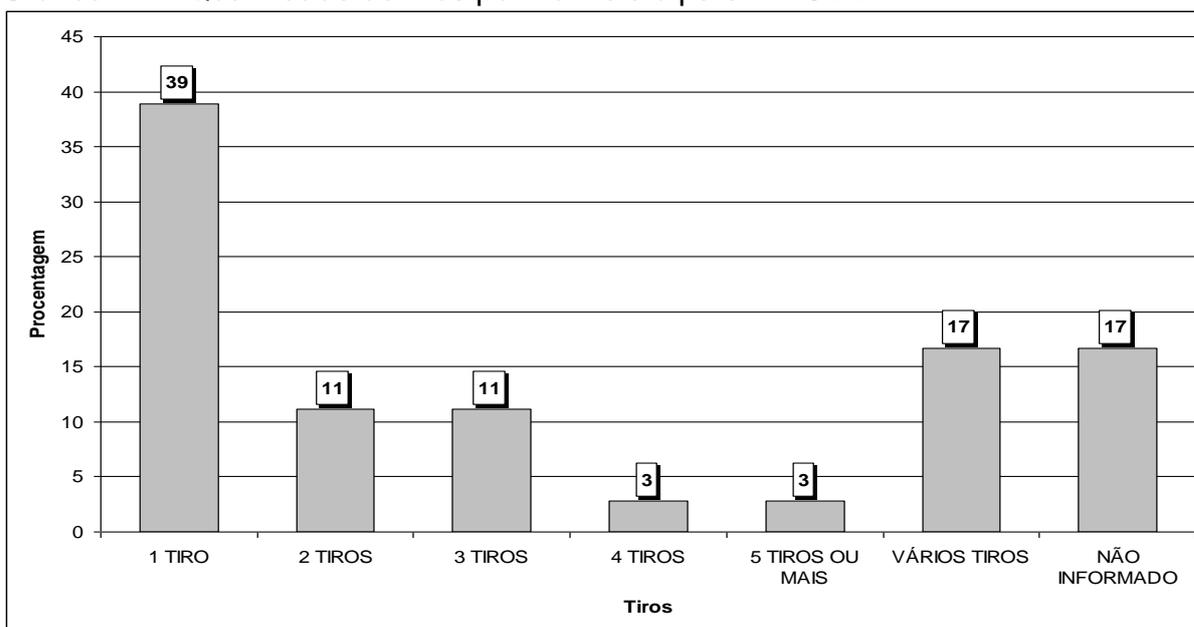
Tabela 6 – Tipo de arma utilizada no homicídio para a RMCDL

Período	Quantidade	Porcentagem
Fogo	34	68
Arma branca	11	22
Agressão física	2	4
Arma branca e fogo	1	2
Não informado	2	4
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

Fonte: (DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

Conforme o Gráfico 14, percebe-se que a quantidade de tiros por homicídio concentra-se nas categorias “Um Tiro” em 39% das ocorrências e “Vários Tiros” em 17% dos casos. Em 17% dos casos, o jornal não trouxe informações sobre o assunto. As especificações dadas no gráfico foram fornecidas pelo jornal. Dessa forma, a categoria “Vários Tiros” pode ser entendida da mesma forma como no caso brasileiro, cujo redator do jornal estava no local da ocorrência do crime e, como a polícia ainda não tinha o laudo pericial, informou como “vários tiros”, sem especificar a quantidade, que, de um modo geral, são mais de cinco.

Gráfico 14 – Quantidade de tiros por homicídio para RMCDL



Fonte: (DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

Quando o jornal especificava as partes do corpo da vítima mais atingidas, indicava predominantemente a cabeça e o tórax/peito, mas essa informação é um tanto comprometida porque em 11 casos (31%) não constava qualquer detalhe.

Tabela 7 – Partes do corpo atingidas por arma de fogo para a RMCDL

Partes do corpo atingidas	Quantidade	Porcentagem
Cabeça	11	31
Peito	7	20
Costas	2	6
Cabeça e tórax	1	3
Peito e costas	1	3
Cintura	1	3
Pescoço	1	3
Não informado	11	31
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: (DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

Em relação à motivação dos homicídios, conforme a Tabela 8 percebe-se que 34% (17 casos) têm característica de latrocínio, ocasionado em especial pelos “motobandis”, uma categoria de gangues de motos existente na RMCDL. Em seguida, os homicídios ocorreram também por vingança ou acerto de contas (14%), por motivos passionais e em confronto com a polícia em 10% dos casos. As outras motivações estão especificadas na Tabela.

Tabela 8 – Motivo do homicídio na RMCDL

Motivos	Motivações Apresentadas Pelo Jornal	Nº	% Total
EXECUÇÕES SUMÁRIAS	Vingança ou acerto de contas	7	14%
INTERSUBJETIVOS	Passional	5	18%
	Briga de bar/baile	2	
	Violência familiar	2	
OUTROS	Encontro de cadáver	2	68%
	Não informado	2	
	Confronto com a polícia	5	
	Legítima defesa	4	
	Latrocínio	17	
	Outro	4	
<b>TOTAL</b>		<b>50</b>	<b>100</b>

Fonte: (DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

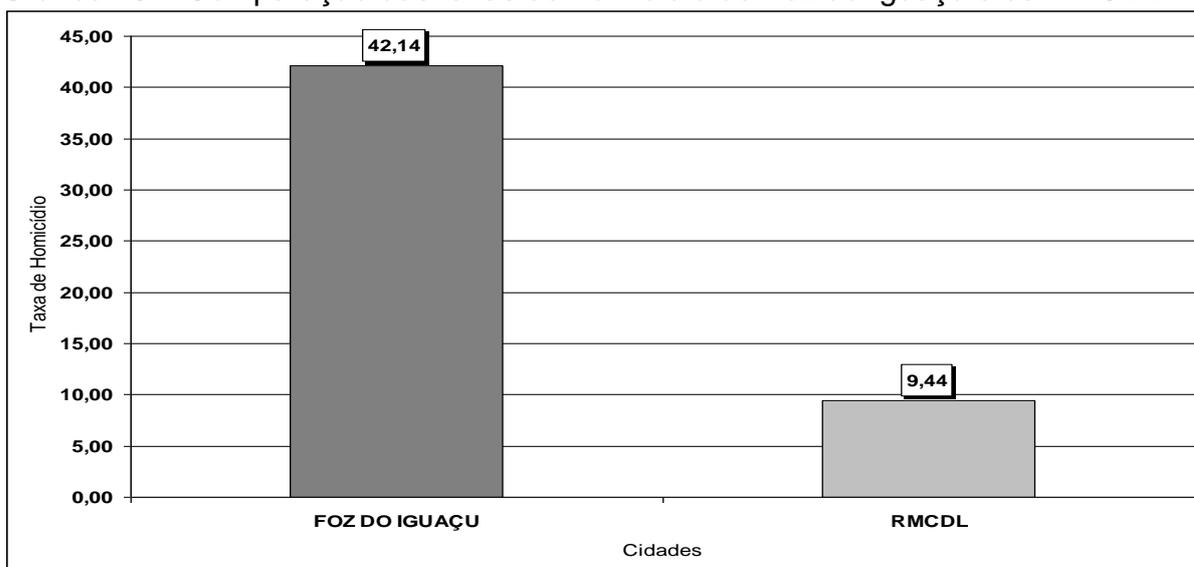
O presente item teve a pretensão de retratar o perfil dos homicídios na Região Metropolitana de Cidade do Leste. Percebe-se uma nítida diferença entre as características dos homicídios, bem como da quantidade numérica e percentual entre Foz do Iguaçu e a RMCDL. Assim, para uma melhor visualização, para tecer uma crítica, bem como levantar hipóteses sobre as possíveis causas dos homicídios em Foz do Iguaçu, o item a seguir faz um comparativo direto entre o perfil dos homicídios de Foz do Iguaçu e da RMCDL.

#### 4.3 Comparação entre o Perfil dos Homicídios entre Foz do Iguaçu e a RMCDL

O presente item tem a pretensão de comparar o perfil dos homicídios de Foz do Iguaçu e da RMCDL em relação aos principais resultados obtidos com a pesquisa. Apesar de Foz do Iguaçu e a RMCDL serem vizinhas, elas vivem e convivem com realidades diferentes em relação à quantidade e perfil das mortes por homicídio, conforme visto nos itens anteriores. O presente item busca estabelecer um comparativo direto entre os indicadores desses locais, bem como trazer análises estatísticas para, em seguida, tecer as conclusões e breve análise desta pesquisa.

De acordo com o Gráfico 15, o município de Foz do Iguaçu teve 42,14 mortes por 100 mil habitantes entre 5 de agosto de 2010 a 5 de agosto de 2011. Já a RMCDL teve 9,44 mortes por 100 mil habitantes. Apesar de o parâmetro comparativo para o cálculo ser o mesmo, é importante mencionar que a RMCDL possui o dobro populacional de Foz do Iguaçu, no entanto suas taxas de mortes são inferiores.

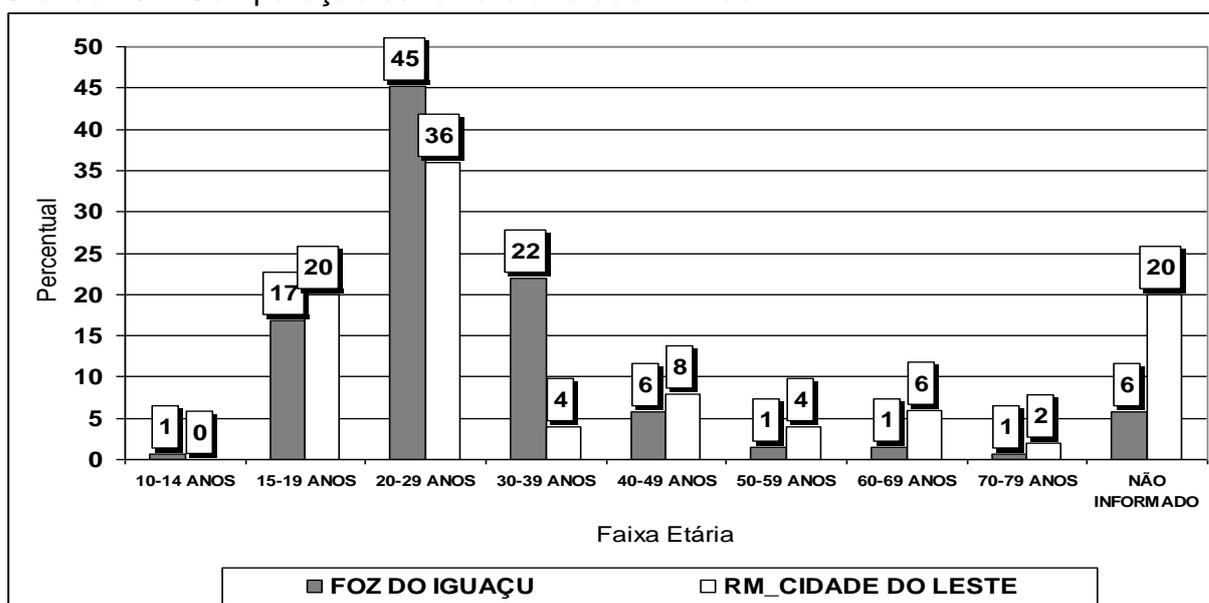
Gráfico 15 – Comparação das taxas de homicídio de Foz do Iguaçu e da RMCDL



Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011; DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

O Gráfico 16 estabelece uma comparação percentual entre as faixas etárias das vítimas. Percebe-se o grande predomínio das mortes entre adolescentes e jovens tanto no Brasil quanto no Paraguai. Para efeito de análise é importante citar que em 20% das notícias do jornal Diário Vanguardia essa informação foi omitida. Mesmo assim, percebe-se uma sutil incidência com pessoas com maior idade enquanto que em Foz do Iguaçu esse predomínio é eminentemente entre adolescentes e jovens.

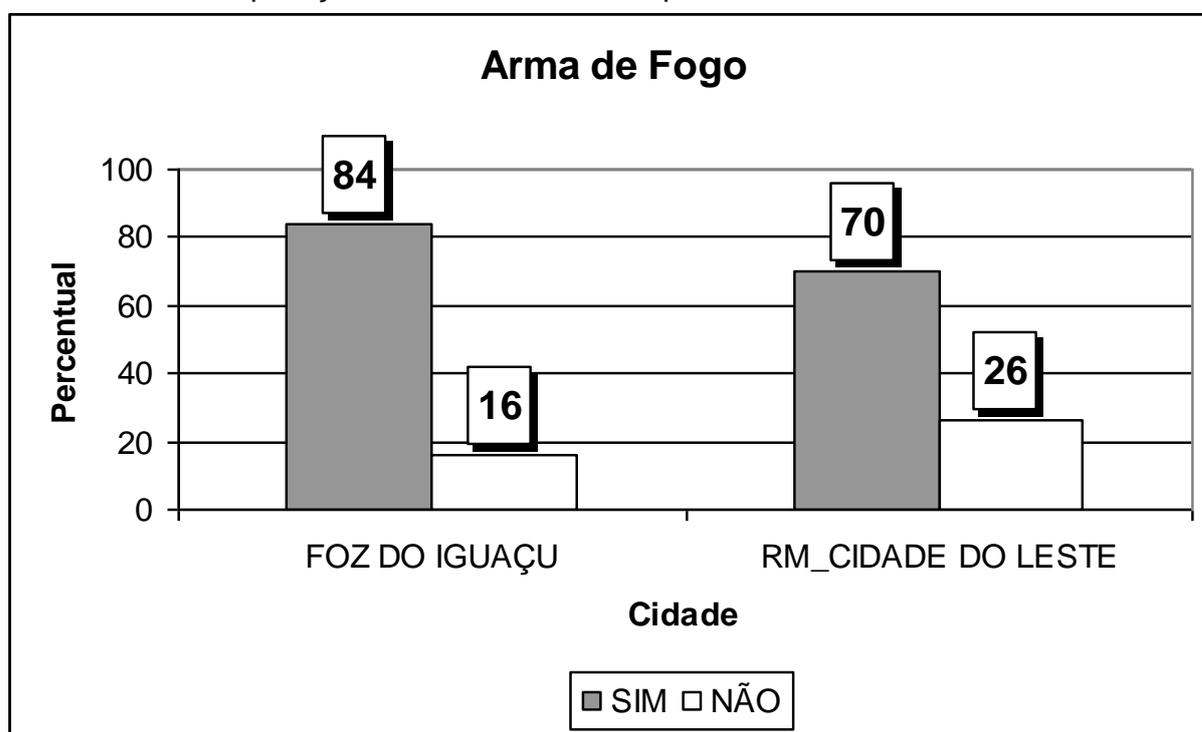
Gráfico 16 – Comparação da faixa etária das vítimas



Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011; DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

Sobre a comparação entre as armas utilizadas no crime, o predomínio é da arma de fogo em ambos os locais, no entanto no lado brasileiro a ocorrência é superior, sem considerar o fato de que no Brasil o porte de arma é ilegal, enquanto que no Paraguai é permitido. Foz do Iguaçu registrou 84% das mortes por arma de fogo, enquanto a RMCDL registrou 70% (Gráfico 17). Salienta-se também que houve uma queda sutil das mortes por arma de fogo em Foz do Iguaçu em relação ao ano de 2009.

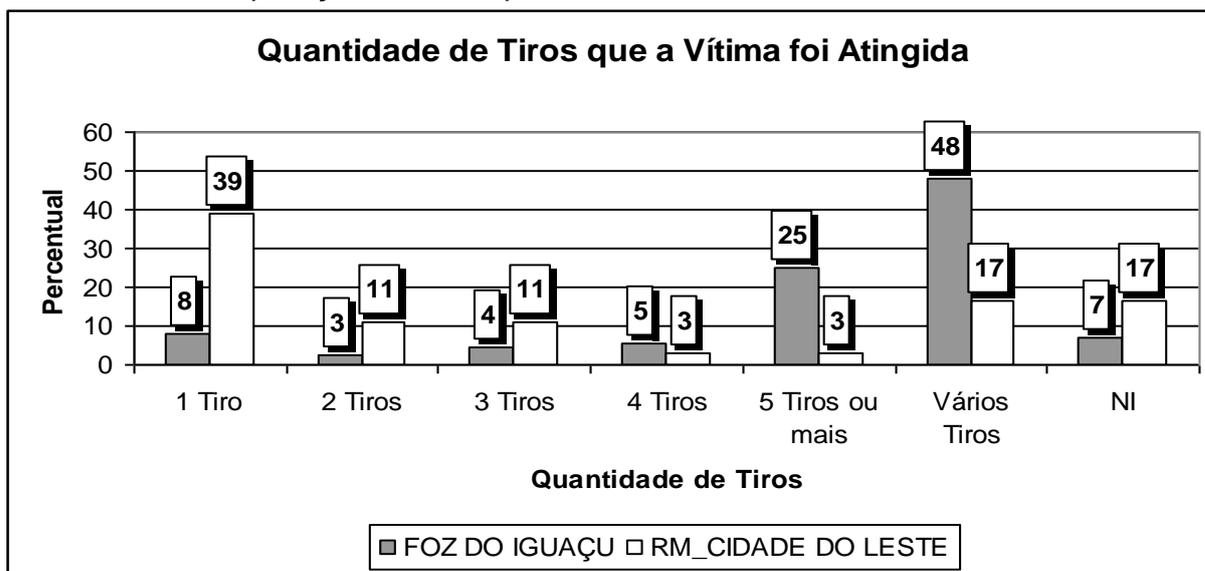
Gráfico 17 – Comparação da armas utilizadas para o crime



Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011; DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

Sobre a comparação entre a quantidade de tiros com que a vítima foi atingida, o contraste entre os dois locais pesquisados é evidente, como se verifica no Gráfico 18. Esse é um dos pontos que pode ajudar a desvendar o enigma da violência em Foz do Iguaçu, pois o lado brasileiro revela que os homicídios ocorrem predominantemente com muitos tiros ou acima de cinco tiros (71% dos casos). Na RMCDL, desconsiderando as ocorrências cuja quantidade de tiros foi omitida, praticamente 73% das mortes ocorreram com um, dois ou três tiros, evidenciando uma motivação criminal diferenciada do lado brasileiro.

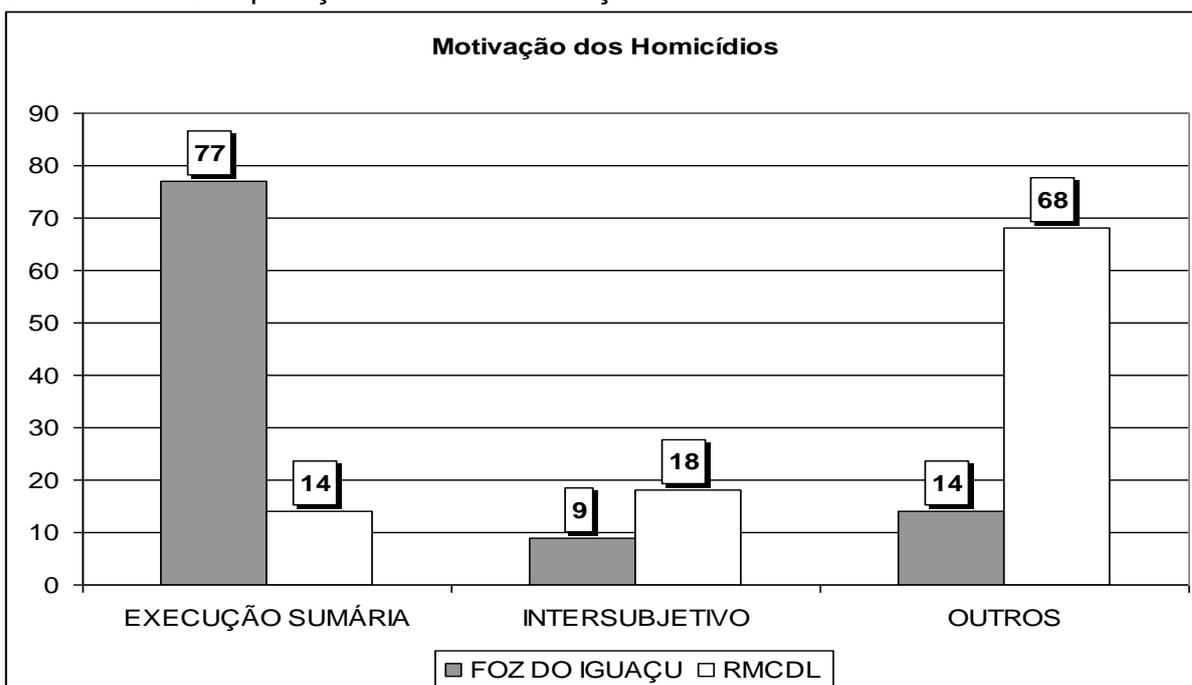
Gráfico 18 – Comparação sobre a quantidade de Tiros



Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011; DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

Ao realizar a comparação das motivações dadas pelos jornais para as mortes violentas, o que se percebe é que no Brasil a ocorrência das mortes com maior número de tiros é explicada, em parte, segundo apontado no noticiário, por motivação de vingança e/ou de acerto de contas e especificado como característica de execução sumária no Gráfico 19.

Gráfico 19 – Comparação entre as motivações dos homicídios



Fonte: (A GAZETA DO IGUAÇU, 2011; DIÁRIO VANGUARDIA, 2011).

O município de Foz do Iguaçu registrou 77% dos homicídios com características de execução sumária. Esse tipo de situação, comumente relatada nos Boletins de Ocorrência (BOs) como acerto de contas e/ou vingança e justificada em programas policiais sensacionalistas, em especial da mídia televisiva, como “bandido bom é bandido morto”, tira do foco as reais causas desse desrespeito à sociedade brasileira.

Tais explicações são insuficientes e equivocadas. Elas jamais poderão ser entendidas como as únicas explicações para o fenômeno, uma vez que grande parte desses homicídios não foi ou jamais será solucionada pela polícia. De acordo com a Polícia Civil do Paraná (2011), aproximadamente 59% dos casos de homicídios em Foz do Iguaçu (excluindo os latrocínios e as mortes em confronto com a polícia) foram esclarecidos no ano de 2010. Mesmo com essa porcentagem de resolução, esse dado oficial é contraditório, em especial quando entram no sistema judiciário por meio de inquéritos e são arquivados pelo ministério público pelas falhas no processo investigativo. Em última hipótese, quando viram processos criminais, uma quantidade considerável de acusados é absolvida ou cumpre a pena fora da prisão. Assim, não é surpresa o fato de advogados criminalistas possuírem desempenhos admiráveis nas defesas de acusados de homicídios:

[...] Um desses advogados, em determinado ano, acompanhou 130 casos de assassinato, dos quais apenas 10 foram a júri. Não mais do que três de seus clientes cumpriram pena na cadeia. Ele mesmo explica a razão de seu sucesso: a “ineficiência do sistema policial e judiciário brasileiro” (em 80% dos processos que acompanha a polícia não foi capaz de juntar provas que sustentem os inquéritos). Assim “fica fácil para qualquer advogado de defesa”, conclui. (SCURO NETO, 2009, p. 52).

Outra questão que a polícia não revela é se o homicídio foi realizado por um indivíduo isoladamente, por um grupo ou por grupos, assim como não explica qual foi motivo da vingança ou do acerto de contas, mesmo que os crimes em Foz do Iguaçu apresentem um *modus operandi* em sua consumação. Por outro lado, a máxima sensacionalista “bandido bom é bandido morto” de maneira alguma se justifica, uma vez que propõe a barbárie como solução para um complexo problema de segurança pública. Diante dessa realidade, o próximo item tem a pretensão de traçar algumas hipóteses para a problemática no município.

#### **4.4 Análise dos Homicídios em Foz do Iguaçu: buscas por hipóteses explicativas**

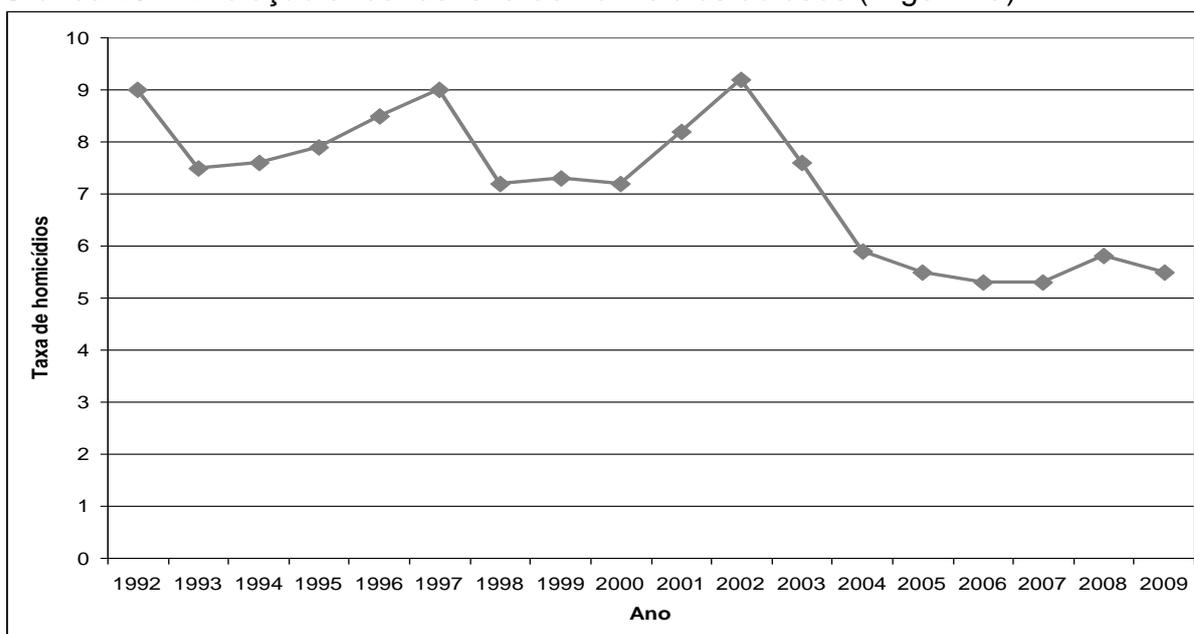
O presente item tem a pretensão de mapear algumas das possíveis motivações para as altas taxas de homicídios no município de Foz do Iguaçu. As explicações seguintes têm por base o quadro teórico apresentado no capítulo 2 e os dados sobre mortes violentas coletadas através da pesquisa de campo nos jornais “A Gazeta do Iguaçu” e “Diário Vanguardia”, entre agosto de 2010 e 2011, apresentadas neste capítulo.

Como citado no início da dissertação, a princípio tinha-se a intenção de verificar a relação das mortes por homicídio com o narcotráfico, mas a hipótese foi abandonada porque os dados disponíveis para a pesquisa eram insuficientes para sustentar a preponderância dessa relação causal<sup>20</sup>. Após o abandono da hipótese, o objetivo da pesquisa foi descrever o perfil dos homicídios nos três lados fronteiriços. Não se teve, no entanto, acesso aos dados de Porto Iguaçu, nem por jornais e nem por meios oficiais. Apesar disso, suspeita-se que a incidência de homicídios nesse município seja baixa, pelo baixo histórico de mortes que se tem na fronteira entre Brasil e Argentina e pelo histórico de mortes que se tem da Argentina. Conforme o Gráfico 20, percebe-se que, num período de 18 anos, a Argentina nunca ultrapassou a taxa de 9 mortes por 100 mil habitantes e encontra-se, a partir de 2004, em declínio das taxas. No ano de 2009 apresentava a taxa de 5,4 mortes por 100 mil habitantes (ARGENTINA, 2009).

---

<sup>20</sup> O abandono da hipótese ocorreu pela não existência de dados que permitam afirmar a relação. Talvez ela possa ser comprovada, mas não por meio da metodologia adotada.

Gráfico 20 – Evolução anual de taxa de homicídios dolosos (Argentina)



Fonte: (ARGENTINA, 2009).

Dreyfus (2007), em seus estudos, comenta sobre as baixas taxas de delinquência no município de Porto Iguazu. Na pesquisa realizada por Gonçalves, Cassuce e Galante (2010, p. 41), os autores chegaram à seguinte conclusão:

A localização dos municípios em relação às regiões fronteiriças foi outro fator que afetou, consideravelmente, os índices de criminalidade. Os resultados encontrados comprovam que os municípios que fazem fronteira com o Paraguai têm seus índices de violência, na média, superiores aos demais. Isso comprova o fato dessa ser uma área crítica quando se trata de controle da violência, o que já não ocorre em municípios que fazem fronteira com a Argentina. Uma provável explicação seria a de que o comércio com a Argentina apresenta características diferentes daquelas do comércio realizado com o Paraguai.

Para as hipóteses desta pesquisa demarcaram-se as três direções de explicações, tais como delimitadas por Adorno (2002)<sup>21</sup>: hipótese 1: desigualdade social e segregação urbana; hipótese 2: crise do sistema de justiça criminal; hipótese 3: mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência.

<sup>21</sup> No texto de Adorno (2002), a ordem no texto das três linhas explicativas é: a) mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência; b) crise do sistema de justiça criminal; c) desigualdade social e segregação urbana. Para efeito de análise optou-se por inverter essa ordem.

Hipótese 1: desigualdade social e segregação urbana. A linha demarcatória que divide o antes e o depois dessa região fronteira é a Itaipu Binacional. Mesmo assim, no entanto, a rota internacional no Paraguai, estabelecida após a inauguração da Ponte da Amizade em 1965, foi o primeiro passo de mudanças locais, por facilitar o deslocamento de trabalhadores e o escoamento e armazenamento de produtos agrícolas paraguaios. Após o término da construção da Itaipu, o comércio internacional passou a ser o responsável pela dinâmica local, sendo o movimento comercial o fator principal para o incremento populacional na região (CARDIN, 2010; RABOSI, 2004).

Apesar de serem provocados sérios problemas econômicos, sociais e ambientais para a região com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, o pagamento de *royalties* tentou, de alguma forma, reverter esse quadro de desequilíbrio. Percebe-se que Foz do Iguaçu tem uma das maiores riquezas do Estado do Paraná e do Brasil, sendo a terceira maior economia do Paraná com PIB de R\$ 5.467.714.000, atrás somente de Curitiba (capital do Estado) e de Londrina, além disso ocupa a 62ª posição no *ranking* do PIB do Brasil. Em relação ao PIB *per capita* (que foi de R\$ 18.831,07 no ano de 2008), ele era maior do que o PIB brasileiro (de R\$ 15.240,00) e maior do PIB do Paraná (de R\$ 16.928,00) (IBGE, 2010).

Em contrapartida, efetuadas comparações com Brasil, Paraná, Curitiba, Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo (outros municípios-polo da região), o município acumula indicadores socioeconômicos preocupantes, conforme exposto na Tabela 9. Os indicadores com piores desempenhos em relação aos outros locais analisados são a “Esperança de vida ao nascer” e a “Longevidade (IDHM-L)”. A “Taxa bruta de frequência escolar”, a “Educação (IDHM-E)” e o “IDH-M” apareceram na quarta posição, na frente somente dos indicadores do Paraná e do Brasil, ou seja, os números de Foz do Iguaçu só são melhores do que a média do Paraná e do país. Os indicadores “Taxa de alfabetização de adultos”, “Renda *per capita*” e “Renda (IDHM-R)” apareceram na terceira posição, atrás somente dos indicadores de Curitiba e Cascavel. Em relação aos indicadores socioeconômicos, Foz do Iguaçu está na posição 42 e na classificação nacional em 850 (IPARDES, 2011).<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Longevidade (IDHM-L); Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação (IDHM-E); Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda (IDHM-R); e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Tabela 9 – Indicadores socioeconômicos

INFORMAÇÃO/LOCAL	BRASIL	PR	CTBA	FOZ DO I.	CVEL	TOO	UNID.
Esperança de vida ao nascer	70,04	69,83	71,57	68,28	69,60	74,40	anos
Tx de alfabetização de adultos	86,37	90,47	96,63	92,52	93,01	92,43	%
Tx bruta de frequência escolar	81,89	82,88	90,44	86,46	95,10	93,39	%
Renda <i>per capita</i>	297,23	321,39	619,82	326,19	347,01	309,47	R\$ 1,00
Longevidade (IDHM-L)	0,727	0,747	0,776	0,721	0,743	0,823	
Educação (IDHM-E)	0,849	0,879	0,946	0,905	0,937	0,927	
Renda (IDHM-R)	0,723	0,736	0,846	0,739	0,749	0,730	
IDH-M	0,766	0,787	0,856	0,788	0,810	0,827	
Índice de Gini	0,650	0,607	0,590	0,580	0,590	0,550	
Classificação na UF			1	42	15	9	
Classificação nacional		6	17	850	376	160	

**Fonte:** (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL – PNUD, IPEA, FJP, 2000 apud IPARDES, 2011).

\*Índice de Gini **Fonte:** (IBGE, 2000 apud IPARDES, 2011).

\*\* Dados para o Brasil (IBGE, 2000).

Os dados da Tabela 9 fazem um comparativo dos indicadores de desigualdade social e revelam que, apesar de o município ser avantajado economicamente, o acúmulo dessas riquezas está distribuído desproporcionalmente entre sua população. Apesar de Foz do Iguaçu expressar uma tendência de desigualdade social maior que a dos municípios comparados, a diferença de desigualdade não é tão superior.

A formação de Foz do Iguaçu foi marcada por ciclos econômicos temporários que não ofereceram condições para um desenvolvimento local sustentável. O fim da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a recessão econômica durante as décadas de 1980 e 1990 provocaram um salto no número de desempregados. O circuito sacoleiro garantiu renda mínima para muitas famílias e abasteceu o mercado nacional de produtos importados. A consequência de toda essa combinação de fatores foi o aumento de favelas e dificuldades do poder público em atender os setores sociais como a educação, a saúde e a segurança pública (CARDIN, 2011c).

Conforme a Tabela 10, Peris e Braga (1996 apud ROSEIRA, 2006) realizaram um comparativo entre os principais municípios do Oeste do Paraná em relação às áreas de favela. Como é possível perceber, enquanto o município de Toledo não possuía favela, o município de Cascavel possuía nove e o município de Foz do Iguaçu registrava 58 áreas de favelas.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> O conceito de favela não será discutido aqui, pois os dados apresentados são oficiais. Mas, de acordo com o IBGE (2011) o conceito de favela é construído por cada prefeitura na construção de seus cadastros e estas desconsideram, na maioria das vezes, o conceito do IBGE.

Tabela 10 – Áreas de favelas

<b>Municípios</b>	<b>Unidades</b>
Foz do Iguaçu	58
Cascavel	9
Toledo	0

**Fonte:** (PERIS; BRAGA, 1996 apud ROSEIRA, 2006, p. 118).

Segundo o Foz Habita (apud SOUZA, 2011), em 1989 existiam 18 favelas no município de Foz do Iguaçu, em 2002 esse número subiu para 57 e, na atualidade, após o cadastramento do Instituto de Habitação, algumas favelas foram unificadas conforme sua proximidade, baixando esses indicadores para 28 favelas:

Grande parte das favelas do município estão localizadas em áreas de invasão, de preservação ambiental, constituídas de moradias insalubres, sem saneamento básico, energia elétrica, e outros e ainda um déficit habitacional que gira em torno de 10 mil unidades. Ainda, de acordo com dados do Plano Diretor do Município, Foz do Iguaçu conta com 10,22% de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. (SOUZA, 2011, p. 01).

Na pesquisa realizada por Andrade (2009) foi possível verificar que as vítimas de homicídios em Foz do Iguaçu, em grande parte, eram residentes na periferia e morriam próximas de suas residências. Além disso, o bairro que apresentou a maior taxa de homicídio foi o Jardim América, região de grande mobilidade populacional, localizado nas proximidades da Ponte da Amizade, principal entrada de produtos importados ilegalmente do Paraguai. A pesquisa também revelou que as mortes ocorreram predominantemente nas regiões de fronteira com o Paraguai. Além disso, Andrade (2009, p. 07) percebeu que “Os indicadores socioeconômicos relacionados ao grau de ocupação das pessoas nos setores formal e informal apresentaram autocorrelação espacial com significância estatística para com as taxas de homicídios e AED importadora”.<sup>24</sup> Observa-se que a distribuição espacial dos homicídios relaciona-se com o perfil de ocupação das vítimas.

Conforme foi visto nos itens 3.2.2 e 3.2.3, o incremento populacional de Cidade do Leste saltou de 26.485 habitantes em 1972 para 320.782 em 2007. Em Foz do Iguaçu, a população saltou de 33.966 habitantes para 319.189 habitantes em 2008. De um modo geral, somente as populações das duas cidades saltaram de

60.451 habitantes na década de 1970 para 639.971 no início do século XXI. Ao construir as teorias sobre violência para a cidade de Chicago, nos Estados Unidos, a Escola de Chicago atribuiu o aumento da violência, em especial o aumento dos homicídios, à urbanização precária, ocasionada pela intensa industrialização que provocava novos fenômenos no espaço e, conseqüentemente, traziam mudanças econômicas, demográficas e espaciais, além de alterar os costumes e as formas de interação e controle social. A principal delas seria a desigualdade social, muito discutida por autores e teorias posteriores influenciados por essa Escola.

Com respeito ao caso de Foz do Iguaçu, os fatores que influenciaram o inchaço populacional se devem principalmente à construção da Hidrelétrica de Itaipu. Por consequência, o término da construção de suas edificações expulsou milhares de trabalhadores de sua fonte de renda. Com a falta de trabalho e renda, muitas vezes acompanhada da baixa qualificação, muitos buscaram um meio alternativo de sobrevivência, em especial nas décadas de 1980 e 1990, com a passagem de mercadorias vindas do Paraguai pela Ponte da Amizade.

Certamente a desigualdade social não é suficiente enquanto hipótese para explicar um fenômeno tão complexo como é o homicídio. De qualquer modo, explicações relacionadas à desigualdade não podem ser descartadas para compor um conjunto de fatores associados, pois, conforme afirma Misse (2006, p. 26):

[...] Eu não acho que devemos eliminar de nossa discussão a questão da pobreza urbana, eu não acho que devemos eliminar a questão da desigualdade social, eu não acho que devemos eliminar a questão da exclusão social para tratar de segurança pública. Não é necessário elimina-las, mas acrescentá-las ao nosso problema. Não se trata de substituir fatores, mas, simplesmente, acrescentar e ver o peso de cada um nesse conjunto.

Certamente, o peso desse fator contribui para o cenário da tragédia local, em especial por Foz do Iguaçu de destacar pela alta renda e pelo desenvolvimento econômico e ter, em contrapartida, altos índices de desigualdade, conforme mostraram os indicadores socioeconômicos anteriormente apresentados.

Hipótese 2: crise do sistema de justiça criminal. Outra hipótese para Foz do Iguaçu possuir taxas de homicídios elevadas está relacionada à crise no sistema de justiça criminal, ou seja, a crise e a incapacidade do sistema de justiça criminal em

---

<sup>24</sup> Análise da Distribuição Espacial dos homicídios (espaço que importa as mortes).

conter o crime e a violência nos marcos do Estado democrático de direito, tendo por consequência a impunidade. Essa tendência se repete em todo o sistema de justiça no Brasil e não é exclusividade de Foz do Iguaçu. Historicamente, essa crise se aflora nas fronteiras internacionais, em especial naquelas que são habitadas e com fluxo de mercadorias constante, conforme discutido no capítulo 3.

As outras duas teorias que podem ser associadas a uma tentativa de explicação mais complexa deste fenômeno são a teoria da Desorganização Social e a Teoria do Estilo de Vida. A primeira teoria que trata da desorganização social acredita que quanto maior for a desorganização social de um local, maior será a criminalidade apresentada. Essa situação caracteriza-se em Foz do Iguaçu, especialmente quando se trata do fluxo de pessoas que residem no local, que circulam diariamente de outras regiões do país e/ou de outros lugares do mundo, bem como o fluxo de mercadorias e dinheiro, alta densidade populacional e desigualdade de renda.

A segunda teoria (Teoria do Estilo de Vida) considera que, para o crime ocorrer, são necessários três elementos: uma vítima em potencial; um agressor em potencial; e ausência de uma tecnologia de proteção. A ocorrência do crime depende do estilo de vida da vítima em potencial, pois quanto maior segurança oferecer o local em que realiza as atividades, menor é a probabilidade de ser vitimado. Considerando o cenário da fronteira estudada e o perfil dos homicídios, sabe-se que um número considerável das vítimas residia do município de Foz do Iguaçu e vivia próximo da Ponte da Amizade ou do Rio Paraná. Essas vítimas em potencial, também se relacionavam com um agressor em potencial, em especial nas barrancas do rio e estavam desprovidos de uma tecnologia de proteção legal.

Hipótese 3: mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência. O formato global do crime é recente, em especial pela formação de redes entre organizações criminosas. O tráfico internacional de drogas é a modalidade mais expressiva do comércio ilegal, mas não é a única existente, e, para garantir todo o funcionamento, as redes aplicam violência excessiva mediante o uso de potentes armas de fogo (CASTELLS, 1999).

Como visto no capítulo 3, não é possível estabelecer uma relação direta e causal da passagem de pessoas na Tríplice Fronteira Internacional com o tráfico internacional de drogas, porque a dinâmica fronteira se estabelece com as mais variadas mercadorias e comércios legais e/ou ilegais, que, em grande parte, são

facilitadas pela corrupção sistemática do Estado (ROSEIRA, 2006), mas não exclusivamente por ele. Essa dinâmica pode ser entendida da mesma forma como Michel Misse (1997) entendeu as sobreposições de “Mercadorias Ilegais” com “Mercadorias Políticas”, ou seja, toda a mercadoria que gera custos políticos para produzir valor de troca, mas que não necessariamente esteja envolvido com o Estado. Entender de maneira mais profunda as “mercadorias políticas” entrelaçadas na Tríplice Fronteira Internacional pode esclarecer sobremaneira as altas taxas de homicídios em Foz do Iguaçu.

Conforme Catells (1997), as organizações criminosas possuem sua própria maneira de garantir o cumprimento de acordos, dentre elas os assassinatos por encomenda. Esse é o ponto que deixa mais visível a problemática de Foz do Iguaçu. Conforme a pesquisa realizada nos jornais, percebe-se que a maioria dos homicídios tem características de execução sumária. Ao contrário de Cidade do Leste, onde as principais características dos homicídios têm motivações intersubjetivas, o que não significa que a RMCDL esteja isenta de redes, máfias e/ou grupos criminosos.

Em conversas informais com juízes, promotores e policiais da região, foi possível obter afirmações de que a baixa quantidade de homicídios na RMCDL se deva, possivelmente, à organização do espaço e do território no lado paraguaio pelas redes ou “máfias” criminosas, caracterizando-se pela venda por atacado de mercadorias lícitas e/ou ilícitas. Inversamente, o que ocorre no Brasil é que o comércio é considerado de varejo e a disputa por pontos de passagem (especialmente a barranca do rio) de mercadorias lícitas e/ou ilícitas intensifica as disputas, que são acobertadas por agentes públicos. Essas afirmações são meras suposições e tentativas de explicações sem caráter científico, mas que são formadas diante da complexidade da problemática em Foz do Iguaçu. Ressalta-se, também, que essas suposições criadas por agentes do sistema de justiça locais merecem investigação científica.

Diante dessas suspeitas e para efeito de análise é possível comparar os resultados da presente pesquisa aos resultados da pesquisa realizada por Segato (2005) na fronteira entre o México e os Estados Unidos. A autora analisou o caso de feminicídios ocorridos na Ciudad Juárez, Chihuahua, na fronteira norte do México com El Paso, no Texas (Estados Unidos). Num período de 11 anos, aproximadamente 300 mulheres com tipo físico semelhantes foram assassinadas,

com excesso de crueldade, evidências de estupro coletivo e tortura e os casos pouco foram investigados ou esclarecidos. Para a autora:

[...] é necessário dizer que parece óbvio: que nenhum crime realizado por marginais comuns prolonga-se por tanto tempo em total impunidade, e que nenhuma polícia séria fala com tamanha leviandade sobre o que, em geral, é um produto de uma longa investigação: o motivo, o impulso, a razão de um crime [...] (SEGATO, 2005, p. 269).

Para Segato (2005), as marcas nos corpos das mulheres brutalmente assassinadas remetem à assinatura de um poder local e regional que conta com tentáculos nacionais, além de que enunciam o poder arbitrário e o controle que esses assassinos detêm sobre pessoas e recursos de seu território:

Ali se mostra a relação direta que existe entre capital e morte, entre acumulação e concentração desreguladas e o sacrifício das mulheres pobres, escuras, mestiças devoradas pela fenda onde se articulam economia monetária e economia simbólica, controle de recursos e poder de morte. (SEGATO, 2005, p. 265-266).

Certamente as conclusões sobre Foz do Iguaçu não são idênticas às que Segato chegou, até porque as tipificações dos crimes são diferentes, mas a pesquisa produzida pela autora revela semelhanças no que se refere ao *modus operandi*. Não o *modus operandi* da agressão sexual ou da violência contra a mulher, até porque as vítimas em Foz do Iguaçu são predominantemente do sexo masculino. O *modus operandi* referido aqui é a característica que se repete nos homicídios, além da inoperância da Justiça. É como se os agressores tivessem uma fórmula, um roteiro a ser seguido, uma marca a ser estampada nos corpos das vítimas expressados numa relação entre capital e morte. Alguns exemplos desse *modus operandi* estão explanados a seguir:

#### **Exemplo 1<sup>25</sup>**

##### **Bandidos de moto executam um homem e ferem outro a tiros**

Os crimes praticados por pistoleiros de moto se tornaram comuns em Foz do Iguaçu. Em menos de 24 horas, bandidos mataram um autônomo e balearam gravemente um caminhoneiro em bairros distintos. Nos dois casos, marginais usaram pistolas calibre 9 milímetros nos atentados, agora investigados pela Polícia Civil.

<sup>25</sup> Os nomes das vítimas são fictícios para preservar-lhes a identidade.

A primeira ocorrência de crime contra a vida registrada pelas polícias Militar e Civil foi no cruzamento das avenidas Silvio Américo Sasdelli e Garibaldi, na região da Vila A. O Renault Clio, preto, placa AGA 6633, do autônomo João da Silva, 38, trafegava no bairro quando foi perseguido por um veículo Vectra, que interceptou e fechou a frente dele, no cruzamento das duas avenidas.

A emboscada prosseguiu com a chegada de dois criminosos de moto que impediram a fuga do autônomo. Os motociclistas sacaram pistolas e abriram fogo contra o Clio e ignoraram a passagem de outros carros pelo local.

Depois de crivar de balas o autônomo, os atiradores e o Vectra — que deu apoio aos marginais — fugiram em alta velocidade. Acionadas, equipes do SIATE (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência) e da Polícia Militar foram ao local do atentado e confirmaram a morte de Neto. Um rapaz estaria com o autônomo no carro, mas não foi atingido pelos atiradores.

Para a polícia, o assassinato tem característica de vingança ou acerto de contas entre os homicidas e a vítima. O assassinato pode estar ligado ao crime de contrabando na fronteira. (A GAZETA DO IGUAÇU, 2/9/2010).

### **Exemplo 2**

#### **Encapuzados matam homem no Jd. São Paulo**

Vítima morreu com mais de dez tiros de pistola; polícia acredita em acerto de contas.

Para a polícia, a morte de Silva está relacionada à vida pregressa dele [ex presidiário].

Quatro homens encapuzados são apontados como os assassinos do autônomo Pedro da Silva, 28 [...] A vítima estava em frente de casa, no Jardim São Paulo, quando acabou surpreendida e morta com mais de dez tiros de pistola calibre 9 milímetros.

As primeiras informações repassadas à polícia dão conta que Silva estava no portão de casa, na Rua Monsenhor Guilherme, quando um Renault Clio Prata, parou perto dele. Quatro desconhecidos ocupavam o carro, mas apenas dois desceram armados e caminharam na direção de Silva.

Encapuzados, ambos sacaram as pistolas e atiraram várias vezes contra o autônomo, que não teve chances de defesa. Após efetuar os disparos, os pistoleiros voltaram para o carro e fugiram na companhia dos comparsas sem deixar pistas.

Parentes de Silva estariam próximos dele na hora do atentado. Eles acionaram o SIATE (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência) para socorrer a vítima. Os socorristas chegaram minutos depois ao chamado, mas constataram a morte de Silva.

Policiais militares e investigadores da Delegacia de Homicídios também estiveram no local do crime. Os agentes conversaram com algumas testemunhas, todavia não obtiveram informações precisas sobre os atiradores e a motivação do assassinato. Para a polícia, a morte pode ter sido um acerto de contas entre a vítima e os algozes. (A GAZETA DO IGUAÇU, 30/12/2010).

### **Exemplo 3**

#### **Atirador invade casa e mata adolescente**

Vítima havia sobrevivido a um atentado no ano passado; polícia já tem um suspeito.

Populares acompanharam as investigações preliminares no local do crime contra a vida.

Um bandido armado com revólver invadiu a casa de um adolescente de 17 anos e o matou com vários tiros. Depois do crime – com característica de vingança –, o atirador fugiu sem deixar pistas. A polícia tem informações sobre o principal suspeito, mas até o início da tarde ninguém havia sido preso.

O assassinato ocorreu em uma residência na Rua das Flores, Vila São Sebastião, por volta das 12h30. Roque da Silva, 17, estava no interior do imóvel quando foi surpreendido por um criminoso. O invasor sacou a arma e atirou várias vezes contra o jovem, que não teve chances de defesa.

Segundo populares, o marginal teria saído da residência com o revólver na mão e desapareceu. Uma equipe do SIATE (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência), acionada por meio do telefone 193, esteve no local do atentado e constatou que o jovem estava morto.

Após a perícia da Criminalística, o corpo foi levado ao Instituto Médico Legal (IML), examinado por legistas e colocado à disposição da família. O menor deverá ser enterrado hoje em Foz do Iguaçu.

Policiais militares, guardas municipais e investigadores da Delegacia de Homicídios (DH) conversaram com alguns populares que acompanhavam as investigações no local do crime. Antes de deixar o bairro, a polícia conseguiu pistas sobre o caso. (A GAZETA DO IGUAÇU, 12/2/2011).

Os exemplos acima mostram as maneiras mais comuns das execuções que ocorrem em Foz do Iguaçu. Percebe-se, assim, que a condução do crime é muito parecida, mesmo os agressores agindo de forma solitária, em duplas, ou em grupos. Essa forma parecida de agir pode revelar que parte considerável das execuções possui um *modus operandi*.

O presente item procurou destacar algumas hipóteses e associar os principais eixos teóricos explicativos do Brasil às informações levantadas pela pesquisa documental. A intenção central desta pesquisa foi buscar explicações para as altas taxas de homicídios em Foz do Iguaçu. O processo de pesquisa revelou que essa tarefa é impossível de ser realizada sem considerar o agregado urbano e a dinâmica da tríplice fronteira onde essas cidades se inserem. Ao mesmo tempo é fundamental entender o porquê das diferentes características dos homicídios ocorrentes lá e cá, muitas vezes separados por alguns quilômetros ou nem isso. Tal tarefa não foi desenvolvida nesta pesquisa, no máximo foi realizado um esforço interpretativo, mas que certamente será abordada em pesquisas futuras. Sei que

esta dissertação trouxe mais perguntas que respostas. De qualquer forma, foram elas e serão elas que me conduzirão para futuros estudos nesse campo temático.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da dissertação foi verificar o perfil dos homicídios na fronteira entre Brasil e Paraguai, para levantar algumas hipóteses sobre as altas taxas de homicídio em Foz do Iguaçu, Paraná. O procedimento técnico foi a pesquisa documental, com a fonte de análise extraída da imprensa escrita.

No capítulo 2 fez-se a discussão sociológica sobre a violência e os homicídios. Por violência entende-se a força empregada sem medida e sem prever as consequências provocadas à outra pessoa. Trata-se de uma ação com intenção que provoca dano. Já o homicídio é definido pela OMS como morte violenta e especificada como causa externa, podendo ser acidental ou intencionalmente ocorrida. No Código Penal, o homicídio tem várias especificações e agravantes, mas, para ser caracterizado como doloso precisa da ação intencional do agente causador do dano. Mesmo assim, para efeito de análise, as mortes por latrocínio, confronto com a polícia e legítima defesa foram inclusas na pesquisa.

Fez-se, também, um apanhado histórico das principais teorias sobre violência. Os primeiros pensadores surgiram na França, embalados pelo contexto social, político e econômico que o país vivia. Quételet foi um dos primeiros pensadores que tentaram estabelecer uma causa para a violência. Em seus estudos, o autor pretendia, através de análises estatísticas, descobrir regularidades sociais para a ocorrência dos delitos. Durkheim, por sua vez, atribui caráter exclusivamente sociológico na explicação sobre o crime ao considerá-lo um fato social, atribuindo-lhe as características de coerção, de exterioridade e de generalidade. Para o pensador, o crime, assim como todo fato social, é normal, porém, ao atingir indicadores altos em relação ao que a sociedade estabelece como aceitável, ele torna-se patológico, colocando em risco a harmonia e o consenso social e, como toda doença, ele deve ser curado ou controlado. A consciência coletiva é a moral vigente na sociedade. Quebrada essa moral, a anomia impera, predominando o sentimento de falta de lei. O crescimento da criminalidade é atribuído ao fracasso da lei e da ordem e ao fato de o Estado em questão estar sendo incapaz de proteger seus súditos.

No início do século XX predominaram as teorias americanas, influenciadas pelos fatores sociais, econômicos e demográficos que a cidade de Chicago enfrentava. Esses fatores eram atribuídos pelos estudiosos à urbanização

desordenada. A Universidade de Chicago foi a pioneira na discussão da criminalidade nos Estados Unidos e, posteriormente, foi chamada de Escola de Chicago. A Escola deu início à Teoria da Ecologia Urbana e das Zonas Concêntricas e, posteriormente, influenciou várias outras teorias e modelos explicativos.

As mudanças ocasionadas pela globalização foram perceptíveis também no contexto da violência. Um novo paradigma surgiu e não pôde ser ignorado pelos pensadores, pois a dicotomia local/global teve de ser cuidadosamente analisada e entendida dentro do contexto do objeto estudado. Dentro desse contexto, Manuel Castells (1999) desenvolveu uma teoria sobre a violência e afirmou que a nova configuração da sociedade possibilitou a formação de redes entre as organizações criminosas e facilitou as operações transnacionais. O crime organizado tem nas drogas o peso principal do setor, isso acrescido pelo contrabando de armas e demais mercadorias ilegais, sendo a formação de redes o *modus operandi* das organizações criminosas. O que garante o sucesso do setor é a própria maneira de garantir o cumprimento de acordos, como a intimidação, a tortura, o sequestro e os assassinatos. Aliada a todos esses fatores está a corrupção sistemática dos agentes do Estado.

No Brasil, as discussões sobre os determinantes da criminalidade violenta e dos homicídios no campo das Ciências Sociais surgiram com maior densidade a partir da década de 1970, juntamente com o aumento considerável dos óbitos por homicídios e das mudanças econômicas, políticas, sociais e urbanas vivenciadas no país. Diante desses acontecimentos, surgiram várias discussões no campo da Sociologia, da Antropologia, da História, da Política, da Economia, etc., cada uma recortando a temática de forma particularizada e não consensual. Desse modo, as discussões teóricas feitas pelos pesquisadores brasileiros estavam vinculadas mais por temas do que por teorias. Os modelos teóricos, quase sempre, estavam sobrepostos num mesmo autor (ZALUAR, 1999). De um modo geral, as discussões sobre os determinantes do crescimento da criminalidade violenta e dos homicídios, que se acentuaram a partir da década de 1970, concentraram-se em três linhas de pesquisa: nas mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência; na crise do sistema de justiça criminal; e na desigualdade social e segregação urbana (ADORNO, 2002).

No capítulo 3, o objetivo foi explanar o cenário da tragédia em Foz do Iguaçu. Primeiramente foram discutidos os conceitos de território, espaço, fronteira e

alteridade. Com Santos (1985) verificou-se que o espaço é anterior ao território e ambos são constituídos pelo processo histórico, que define os aspectos econômicos, políticos e sociais. Para Albuquerque (2010), a fronteira possui várias definições, que variam desde a fronteira física até a imaginária, mas que jamais seja rígida. Os limites políticos e jurídicos das soberanias nacionais simbolizam a fixidez das nações com territórios visivelmente demarcados. Diferentemente, no entanto, as fronteiras estão em movimento devido aos fluxos migratórios, às estratégias geopolíticas, às influências econômicas e culturais e pela circulação de mercadorias. De qualquer forma, como afirma Martins (2009), as fronteiras revelam tensões, conflitos, disputas e diferenças de saberes, tornando-as lugares de descoberta do outro e de desencontro, passando pelo crivo da alteridade.

A tríplice fronteira estudada começou a ser povoada a partir de 1888. Sua ocupação foi estratégica tanto para o Brasil como para a Argentina, que instalaram postos militares após a Guerra do Paraguai para atuar sobre a confluência dos Rios Paraná e Iguaçu. Até a década de 1950, a região era pouco povoada. A partir dessa data a população local se intensificou, em especial a partir da década de 1970, com o início da construção da Hidrelétrica de Itaipu (AMARAL, 2008).

Na atualidade, a tríplice fronteira forma uma conurbação contígua entre três países, que, juntos, somam mais de 800 mil habitantes, formando um sistema internacional urbano peculiar, pois as áreas urbanas são contíguas em todos os aspectos, como no econômico, cultural, geográfico e de seguridade. O lado argentino tem menor crescimento e expressão econômica, representado por Porto Iguaçu e sobrevive do turismo, constituindo uma das áreas mais pobres e menos desenvolvidas da Argentina. No lado brasileiro, Foz do Iguaçu é uma peça fundamental para a economia regional (Estado do Paraná). Cidade do Leste, por sua vez, é peça fundamental para todos os setores da economia nacional paraguaia, sendo a porta de entrada para o porto brasileiro (DREYFUS, 2007).

Essas cidades se constituíram a partir das *obragens*, financiadas por capital inglês e gerenciado por empresas argentinas, que exploravam recursos naturais brasileiros como a madeira, em especial a erva-mate. Influenciada pelo movimento getulista denominado “Marcha para Oeste” da primeira metade do século XX, a região começou o seu aceleração demográfica algumas décadas depois com a construção da Ponte Internacional da Amizade (Brasil e Paraguai) (1965), da BR-277 (1969), da Hidrelétrica de Itaipu (1973 – assinatura do tratado) e da Ponte

Tancredo Neves (Brasil e Argentina) (1985). As consequências dessas obras foram de ordem demográfica, econômica, social e ambiental. Outro fator que alterou a dinâmica local foi a criação da zona franca em 1960 em Cidade do Leste. Essa área de livre comércio atraiu vasta quantidade de trabalhadores, que adquiriam mercadorias nessa cidade para revendê-los a baixos custos em vários pontos do Brasil. Isso desencadeou o contrabando e o descaminho através dos Rios Iguaçu e Paraná com o circuito sacoleiro.

No capítulo 4 foram apresentados os resultados da pesquisa realizada junto aos jornais “A Gazeta do Iguaçu” e o “Diário Vanguardia”. A coleta dos dados foi realizada entre agosto de 2010 e agosto de 2011. Historicamente, desde que os dados sobre mortalidade foram registrados pelo DATASUS, as mortes por homicídios no município de Foz do Iguaçu sempre foram elevadas, chegando, no ano de 2006, a uma taxa de 102 mortes por 100 mil habitantes. Das vítimas, jovens e adolescentes do sexo masculino foram os mais atingidos. O meio mais utilizado para a consumação do ato foi a arma de fogo e os crimes ocorreram em vias públicas, durante a noite e de madrugada. Os homicídios revelaram um *modus operandi* tendo por característica principal indícios de execução sumária com muitos tiros.

No Paraguai, os dados sobre homicídios dos órgãos oficiais praticamente inexistem. Por este motivo optou-se pelos dados não oficiais, nesse caso da imprensa escrita. Assim como ocorre em Foz do Iguaçu, as vítimas eram jovens e adolescentes do sexo masculino. A arma de fogo foi o meio mais utilizado para a consumação dos atos de homicídio, que ocorreram predominantemente em vias públicas, durante a manhã e à noite. Em relação às causas, a diferença entre os dois espaços é significativa. Percebe-se no lado paraguaio a incidência maior do latrocínio e de mortes por conflito intersubjetivo (crimes passionais, entre familiares, vizinhos, conhecidos, etc.), com baixa quantidade de tiros (um a três), o que é diferente das execuções sumárias, que possuem características diferenciadas e um diferente *modus operandi*.

Permanece como dúvida, ainda, o fato de a RMCDL estar num contexto muito parecido ao de Foz do Iguaçu, como o da desigualdade social, da morosidade do sistema de justiça, da corrupção do Estado e de todos os sintomas que essa fronteira produz, mas nem por isso reflete indicadores tão elevados de homicídios como Foz do Iguaçu. Afinal, o que pode explicar essas diferentes taxas? Essa

discussão é pertinente e merece novas pesquisas, o que, no momento, foge do escopo investigativo da presente dissertação.

O estudo e a explicação das altas taxas de homicídios em Foz do Iguaçu passam tanto pelas explicações listadas quanto pela situação específica que caracteriza este aglomerado urbano. Pelas explicações listadas, foram compilados paradigmas gerais, como a desigualdade social e a segregação urbana, a crise no sistema de justiça criminal e, também, as mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência.

Com respeito ao primeiro paradigma, Foz do Iguaçu realmente apresenta indicadores socioeconômicos que apontam desigualdades. Não obstante, a cidade não se distingue radicalmente de outros municípios brasileiros que possuem taxas de homicídios inferiores. Dessa forma, o que pode explicar as altas taxas de homicídios de Foz do Iguaçu?

Como já se insistiu anteriormente, Foz do Iguaçu não se resume a Foz do Iguaçu, tampouco ao Brasil. Deve-se considerar que o que separa Foz do Iguaçu de Cidade do Leste é uma ponte. Do lado paraguaio faltam dados oficiais sobre as características sociais, econômicas, culturais e espaciais, mas o que se vê em Cidade do Leste, em especial no circuito comercial da cidade, é um aparente caos. Centenas de ambulantes montam barracas e vendem de tudo em calçadas onde já não há espaço para pedestres. Edifícios precários abrigam lojas que oferecem o que há de mais sofisticado no mundo. Indígenas perambulam pedindo esmolas. Crianças oferecem todo tipo de bugigangas, de meias a memórias digitais (*pen drive*). Carros caindo aos pedaços circulam ao lado de Mercedes e BMWs. Enfim, só esses elementos em Cidade do Leste permitem supor que a desigualdade é severa.

Tomando o lado brasileiro, ainda dentro da primeira linha explicativa, é possível imaginar o impacto gerado em um local quando um campo de trabalho que chegou a juntar 40 mil trabalhadores desativa bruscamente esses empregos. Talvez tal impacto não apareça nos índices atuais apresentados, mas os processos sociais são de longo prazo, sendo bem provável que, no auge dessa liberação de mão de obra, a desigualdade social tenha sido um problema muito mais grave e que gestou o embrião dos problemas atuais. Assim, ao avaliar os índices de desigualdade de Foz do Iguaçu e suas consequências, devem-se considerar, mesmo sem

disponibilidade de dados, as características específicas do aglomerado urbano internacional onde a cidade se situa.

Sobre o argumento da crise do sistema de justiça criminal, o mesmo deve ser considerado. Ou seja, uma crise no sistema judicial do Paraguai certamente legaria influências a uma cidade conurbada como Cidade do Leste e, conseqüentemente, Foz do Iguaçu. Um exemplo pode ser o caso do presidente do Paraguai Luiz Ángel González Macchi (1999-2003), acusado de dirigir um carro de luxo roubado no Brasil. Nada mais nada menos um então presidente do país dirige um carro roubado. Além disso, são abundantes as notícias de foragidos brasileiros que buscam fuga no Paraguai, como o caso de traficantes fugitivos da invasão do chamado Complexo do Alemão (Rio de Janeiro) buscar abrigo no Paraguai (SANTOS, s/d). No Paraguai também foi capturado o traficante carioca Polegar. O país aparentemente figura como um sonho de consumo de fugitivos da justiça, mas certamente são necessários mais indícios que remetam a uma crise do sistema judicial criminal. Além dessa situação, somam-se os diversos casos reportados de corrupção policial no lado brasileiro. Tais situações exemplificam aspectos de uma crise jurídica que, em alguma medida, podem relacionar-se com as taxas de homicídio em Foz do Iguaçu.

Por fim, o argumento que aponta para mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência demonstra que os grandes fluxos de turismo de compras legal e ilegal em Foz do Iguaçu e em Cidade do Leste caracterizam essas novas modalidades criminais. Considerando apenas o descaminho de produtos eletrônicos, tem-se aí a própria manifestação da globalização, ou seja, um país atrasado recebe produtos de Primeiro Mundo, que são comercializados por estrangeiros de diversas nacionalidades (árabes, chineses, coreanos, entre outros) e são transportados por outra população pobre (sacoleiros de nacionalidades brasileira e paraguaia), com dinheiro vivo de origem duvidosa e encaminhada (ou desencaminhada) para outro país (Brasil). Para ilustrar a dimensão dessa situação, pode-se lembrar que a zona franca de Cidade do Leste é a terceira maior zona franca do mundo em volume de negócios (lícitos e ilícitos). Some-se a isso o imenso volume de pirataria que faz a fama dos produtos originados do Paraguai. É possível perceber que o que ocorre na fronteira de Foz do Iguaçu com Cidade do Leste é a própria face das mudanças nos padrões do crime e da violência.

Analisados em termos gerais, os três paradigmas citados e apontados como possíveis explicações para as altas taxas de homicídio em Foz do Iguaçu podem parecer genéricos e pouco convincentes uma vez que todos eles ocorrem em muitos locais com diferentes taxas de criminalidade. Mesmo assim, porém, observados à luz dos exemplos acima, é possível ver que Foz do Iguaçu concentra todos esses elementos em alta intensidade. Daí a alta intensidade de homicídios também.

A região estudada concentrou, por um período, uma das maiores obras já realizadas nos dois países envolvidos, e dispensou num curto período de tempo quase toda a mão de obra (grande parte de baixa qualificação) empregada. Uma solução possível a esses trabalhadores foi o chamado circuito sacoleiro, que é o conjunto de milhares de pessoas que atravessam diariamente a Ponte de Amizade buscando itens para revender no Brasil sem a carga tributária brasileira. Em termos jurídicos, isso é chamado de descaminho e é uma prática irregular. Ao acrescentar-se a isso o fato de a maior parte desses itens ser comprada com dinheiro vivo, que evade do país sem nenhuma declaração, tem-se um local ideal para lavagem de dinheiro. Eis outro crime. De uma maneira menos possível de comprovar, mas igualmente plausível, pode-se acreditar que esses itens são comprados de redes comerciais dirigidas por grupos estrangeiros que abrigam todo tipo de pirataria internacional. Eis mais outro crime. Todas essas pessoas enfrentam diariamente as forças policiais. E, nesse enfrentamento, toda sorte de negociação ilícita pode ser travada. Apesar dessa numerosa presença, quase toda cidade brasileira tem seu “camelódromo”, que oferece produtos trazidos do Paraguai. Em larga escala, isso significa que produtos entram ilicitamente no Brasil nas barbas dos controles alfandegários. Têm-se aí fortes indícios de corrupção ativa e passiva. Eis mais um crime.

Pode-se imaginar, também, que, se um sacoleiro recebe R\$ 200,00 para levar ao Rio de Janeiro ou qualquer outra cidade do Brasil um conjunto de bonecas fabricadas na China, já incorre num ilícito passivo de penalidade. Ao mesmo tempo, o que ele poderia trazer se recebesse R\$ 1.000,00? Certamente não faltam a essas pessoas solicitações de armas, munição, drogas e, certamente, não falta quem aceite essas encomendas, fazendo do Paraguai uma das principais fontes de origem de armas e de drogas.

É necessário considerar também que nem todos esses produtos passam pela Ponte da Amizade. Existe uma larga fronteira entre Brasil e Paraguai. Em Foz do

Iguaçu essa fronteira oferece uma grande logística para esse tipo de atividade: mão de obra barata, estradas, ponte, grande fluxo de veículos, grande fluxo de possíveis transportadores, etc. Surgem aí os pequenos, diversos e muito lucrativos portos clandestinos, muito deles localizados oportunamente dentro de áreas de favelas. Sendo assim, não é difícil imaginar que esses locais sejam alvos de intensas disputas, como o são os pontos de tráfico nas cidades brasileiras. E, como pontos de disputas, as execuções sumárias sejam o meio empregado para os “acertos de contas”.

Resumindo: diariamente passam por Foz do Iguaçu milhões de dólares sem origem e carregados por pessoas com atividade irregular, tentadas a aumentar seus lucros através de atividades irregulares mais graves. Esse grande fluxo financeiro é vigiado de perto por autoridades também tentadas à corrupção. Some-se a isso a ideia de que esse seria um excelente lugar para foragidos da Justiça do Brasil encontrarem nova sede para atividades criminosas, fazendo do Paraguai o sonho de consumo de muitos criminosos. Todas essas atividades criminosas certamente geram todo tipo de desavenças e conflitos que, como se sabe, não podem ser resolvidos na justiça comum. Assim, são comumente resolvidos na justiça criminal, resultando no enorme número de homicídios explicados pela polícia como “acerto de contas”.

Concluindo: Foz do Iguaçu concentra os ingredientes ideais para que as altas taxas de homicídios ocorram. Concentra os três paradigmas estudados também observados em muitas outras cidades brasileiras, mas com o diferencial da alta intensidade e das mazelas que assolam o país vizinho. Enfim, essa conjunção de fatores, sem desconsiderar outros fatores que escapam a esta análise, pode potencializar as altas taxas de homicídio aqui analisadas.

Esta dissertação revestiu-se de importância na medida em que explanou o cenário das tragédias na fronteira internacional, levantou uma série de questionamentos que ainda precisam ser investigados e apresentou as principais hipóteses em relação aos homicídios ocorridos em Foz do Iguaçu. A intenção desta pesquisa não foi esgotar o tema, mas contribuir para o avanço das discussões dessa complexa e pertinente problemática.

## REFERÊNCIAS

- A GAZETA DO IGUAÇU. **Polícia**. 2011. Disponível em: <<http://www.gazeta.inf.br/>>. Acesso em: maio/out. 2011.
- ADORNO, Sérgio. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. **BIB**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 03-24, jan./jun. 1993.
- \_\_\_\_\_. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal de júri. **Revista USP – Dossiê Judiciário**. São Paulo, n. 21, p. 132-151, mar./maio 1994.
- \_\_\_\_\_. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down104.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.
- \_\_\_\_\_. Violência e civilização. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (Org.). **A sociologia para o século XXI**. Pelotas Universidade Católica de Pelotas: Pelotas, 1999, p. 77-106.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.
- AMARAL, Arthur Bernardes do. **A Guerra ao terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos**. 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610356\\_08\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610356_08_pretextual.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2011.
- ANDRADE, Luciano. **Análise da distribuição espacial dos homicídios juvenis em um município brasileiro de tríplice fronteira no período de 2000 a 2007**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&o\\_obra=196067](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=196067)>. Acesso em: 20 out. 2011.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ARGENTINA. Ministério da Justiça da Argentina. **Estadísticas en materia de criminalidad**. 2009. Disponível em: <<http://www.jus.gov.ar/areas-tematicas/estadisticas-en-materia-de-criminalidad.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Fundação da Unesp, 1998.

BATISTTI, César. Trajetórias ocupacionais da fronteira Brasil/Paraguai. In: SILVA, Micael Alvino (Org.). **Ensaio historiográfico: sociabilidade e identidade na fronteira**. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2009, p. 56-67.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 74-89, jun. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; REIS, Ilka Afonso. Desigualdade, desenvolvimento sócio-econômico e crime. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 385-405. Disponível em: <[http://www.crisp.ufmg.br/arquivos/artigos\\_publicacoes/desigualdade.pdf](http://www.crisp.ufmg.br/arquivos/artigos_publicacoes/desigualdade.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BECKER, Bertha. Prefácio. In: ALBERTIN, Catherine et al. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Universidade de Brasília; Paris: Orstom, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde: Departamento de Análise de Situação em Saúde. Análise da tendência da morte violenta. In: \_\_\_\_\_. **Saúde Brasil**, Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Lei nº 11.464 de ....** 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11464.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BRUIT, Héctor Hernán; ABRAHÃO, Fernando. Criminalidade e modernização em Campinas: 1880 a 1930. Bases teórico-metodológicas e fontes para o seu estudo. **Resgate**, Campinas, v. 10, p. 09-22, 2001. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/135/138>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CARDIA, Nancy; ADORNO; Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 43-73, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a04v1747.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CARDIN, Eric Gustavo. A formação do ser social e a informalidade na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTÚDIOS DEL TRABAJO, 7., 2005, Buenos Aires, Argentina. **Anais...** Buenos Aires, 2005, p. 01-21. Disponível em: <[www.aset.org.ar](http://www.aset.org.ar)>. Acesso em: 20 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Globalização e desenvolvimento regional na Tríplice Fronteira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 45, n. 2, p. 162-170, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/938/93812726008.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Laranjas e sacoleiros na Tríplice Fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2011c.

\_\_\_\_\_. Mecanismos de contrabando y tráfico en la Triple Frontera. **Fronteras 7**, Equador, p. 05, mar. 2011b. Disponível em: <<http://www.flacso.org.ec/portal/pnTemp/PageMaster/pc8gkeis7pqz6z53zvbae8tgayt2if.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores das vias públicas de Ciudad del Este: considerações preliminares sobre os mesiteros e suas associações. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 7, p. 01-17, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/739/45>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Organização dos “Barqueiros” na Fronteira do Brasil com o Paraguai. In: BOSSI, Antônio de Pádua; VARUSSA, Rinaldo José. **Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2011a, p. 79-98.

CARVALHEIRO, Elizângela Mara; STAMM, Cristiano; FERRERA DE LIMA, Jandir. A análise da movimentação turística no município de Foz do Iguaçu - Paraná (1983-2000). **Informe GEPEC**, Toledo, v. 7, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/295/212>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio.** São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 3.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n2/a02v47n2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre de. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2005. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1144.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1144.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR).** 2008. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24222/TESE%20-%20TERRITORIALIDADES%20TRANSFRONTEIRICAS%20DO%20IGUASSU%20-%20MAURO%20JOSE%20FERREIRA%20CURY%2007-07->

2010.pdf;jsessionid=1C4F0272F1E7E2872D0920E4EEA33FCD?sequence=1>.  
Acesso em: 30 jul. 2011.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (DATASUS). Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). **Estatísticas vitais**. 2011. Disponível em: <[www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)>. Acesso em: 14 fev. 2011.

DIÁRIO VANGUARDIA DIGITAL. **Policiales**. 2011. Disponível em: <<http://diariovanguardia.com.py/locales/noticias-locales/policiales.html>>. Acesso em: set./out. 2011.

DREYFUS, Pablo. La Triple Frontera: zona de encuentros y desencuentros. In: HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco; SOLIS, Luis Guillermo (Org.). **La percepción de Brasil en el contexto internacional: perspectivas y desafíos**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007, p. 105-134. Disponível em: <<http://www.flacso.org/fileadmin/usuarios/David/05.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Agenda de seguridad en el MERCOSUR: la Triple Frontera como "espacio de inseguridad regional"**. VivaRio: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org/files/DreyfusTriplefrontera.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2011.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **Da divisão do trabalho social; as regras do método sociológico; o suicídio; as formas elementares da vida religiosa**: seleção de textos de José Arthur Giannotti. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FEGHALI, Jandira. Introdução. In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Orgs.). **Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 13-16.

FÉLIX, Sueli Andruccioli. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília: UNESP Publicações, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **O espaço urbano e a criminalidade: lições da Escola de Chicago**. São Paulo: Método, 2004.

GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; KAHN, Túlio; MELLO JORGE, Maria Helena Prado de. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 627-633, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n4/25536.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GONÇALVES, Jonas Maurício; CASSUCE, Francisco Carlos da Cunha; GALANTE, Valdir Antonio. A influência das regiões de fronteira e de variáveis socioeconômicas na criminalidade no Estado do Paraná. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 06, n. 02, p. 23-44, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/100.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 37-46, jan./jun. 2002.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **IBGE traça o perfil administrativo de todos os municípios brasileiros**. 2011. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/1704munic.shtm>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno estatístico Estado do Paraná**. Curitiba: Ipardes, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=00019&btOk=ok>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Caderno estatístico município de Cascavel**. Curitiba: Ipardes, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85800&btOk=ok>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Caderno estatístico município de Curitiba**. Curitiba: Ipardes, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=80000&btOk=ok>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Caderno estatístico município de Foz do Iguaçu**. Curitiba: Ipardes, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85850&btOk=ok>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Caderno estatístico município de Toledo**. Curitiba: Ipardes, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85900>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

ITAIPU BINACIONAL. **Complexo turístico de Itaipu tem aumento de 14% no movimento de visitantes.** 12 maio 2011. Disponível em: <<http://www.itaipuemfozdoiguacu.com/itaipu/complexo-turistico-de-itaipu-tem-aumento-de-14-no-movimento-de-visitantes/>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-124, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/79/67/>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. **Análise espacial dos homicídios nos municípios do Estado do Paraná.** 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Desenvolvimento Regional e Agronegócios, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2009. Disponível em: <[http://tede.unioeste.br/tede/tde\\_arquivos/2/TDE-2009-06-15T174424Z-294/Publico/Sandra%20C%20Kleinschmitt.pdf](http://tede.unioeste.br/tede/tde_arquivos/2/TDE-2009-06-15T174424Z-294/Publico/Sandra%20C%20Kleinschmitt.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

LIDIANÍPOLIS NEWS. **Mais segurança em Foz do Iguaçu/PR.** 31 ago. 2011. Disponível em: <<http://lidianopolisnews.blogspot.com/2011/08/mais-seguranca-em-foz-do-iguacu.html>>. Acesso em: 21 set. 2011.

LIMA, Fernando Raphael Ferro de. A aglomeração urbana da tríplice fronteira: Foz do Iguaçu no contexto do Paraná. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2007. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/FLG385.txt>>. Acesso em: 21 set. 2011.

LIMA, Maria Luiza de et al. Evolução de homicídios por área geográfica em Pernambuco entre 1980 e 1998. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 462-469, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v36n4/11765.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

MACHADO, Lia Osório et al. **Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005, v. 1.

MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. **Crime, sociologia e políticas públicas.** Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

MAIA, Paulo Borlina. Vinte anos de homicídios no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 13, n. 4, p. 121-129, out./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a12.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Fronteira Brasil-Paraguai: Foz do Iguaçu/Ciudad del Este**, 2011. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/daa/amap1.html>>. Acesso em: 11 set. 2011.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**, v. 1, n. 2, p. 93-116, jul./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. A violência como sujeito difuso. In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Orgs.). **Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 19-31.

NJAINE, Kathie et al. A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 405-414, jul./set. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v13n3/0165.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEVUSP). **Execução sumária**. 2011. Disponível em: <[http://www.nevusp.org/portugues/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=742](http://www.nevusp.org/portugues/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=742)>. Acesso em: 20 out. 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação internacional de doenças (CID)**. 2002. Disponível em: <[www.who.int](http://www.who.int)>. Acesso em: 14 fev. 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. CHINA-PARAGUAI-BRASIL uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 117-133, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/09.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2011.

POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ. **Delegacia de homicídios de Foz do Iguaçu divulga balanço referente à mortes violentas**. 05 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2963&tit>>. Acesso em: 07 fev. 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU. **Dados gerais**. 2011. Disponível em: <[http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home/dados\\_gerais.asp](http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home/dados_gerais.asp)>. Acesso em: 16 maio 2011.

RABOSSI, Fernando. Dimensões da espacialização das trocas: a propósito de mesiteros e sacoleiros em Ciudad del Este. **Ideação. Revista do Centro de Educação e Letras**, Foz do Iguaçu, v. 6, n. 6, p.151-176, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSEIRA, Antonio Marcos. Foz do Iguaçu, integração regional e dinâmica espacial na tríplice fronteira. In: **Encuentro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideu**. 12 Encuentro de Geógrafos da América Latina, 2009.

\_\_\_\_\_. **Foz do Iguaçu: cidade rede Sul-Americana**. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18062007-152226/pt-br.php>>. Acesso em: 20 out. 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a07n39.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

SANTOS, Marcos. Contribuição geográfica da Escola de Chicago ao estudo da criminalidade violenta em Uberlândia/MG. In: Simpósio Internacional sobre cidades medias, 2., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Simpósio Internacional sobre cidades medias 2006. CD-ROM.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Rafaela dos. Traficante Fernandinho Beira-Mar oferece refúgio a bandidos do Rio no Paraguai. **O Globo Rio**, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/traficante-fernandinho-beira-mar-oferece-refugio-bandidos-do-rio-no-paraguai-2863672>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica: introdução à lógica jurídica, instituições do direito, evolução e controle social**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 265-285, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n2/26882.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

SILVA, Regina Coeli Machado e. Reconstrução de identidades de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu, desafios analíticos. In: Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), 25., 2006, Goiânia, GO. **Caderno de resumos...** Goiânia, 2006, p. 01-20.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Edson Bello Clemente de. Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 103-116, jan./jul. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1198/906>>. Acesso em: 21 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Estado:** produção da região do Lago de Itaipu – turismo e crise energética. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente, 2002.

SOUZA, Rosane Cleide de. **O serviço social e a política de habitação.** 2011.

Disponível em:

<[http://www.uniamerica.br/blog/servico\\_social/projetos\\_de\\_extensao/o\\_servico\\_social\\_e\\_a\\_politica\\_de\\_habitacao](http://www.uniamerica.br/blog/servico_social/projetos_de_extensao/o_servico_social_e_a_politica_de_habitacao)>. Acesso em: 20 out. 2011.

STATIC.PANORAMIO. **Ponte Internacional Tancredo Neves.** 2011. Disponível em: <<http://static.panoramio.com/photos/original/3679527.jpg>>. Acesso em: 3 set. 2011.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). **Cidadania e violência.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996, p. 10-25.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência:** os jovens da América Latina.

Distrito Federal: RITLA, 2008. Disponível em:

<<http://cms.sangari.com/midias/2/44.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 05-41, maio, 1997. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol09n1/o%20novo.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Violência hoje. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl., p. 1147-1153, 2007. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a02v11s0.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da exposição local. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Cidadania e violência.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996, p. 53-66.

\_\_\_\_\_. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 03-17, 1999. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a01.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Qualidade de dados: políticas públicas eficazes e democracia. In:

\_\_\_\_\_. **Integração perversa.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 13-22.